



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 51

SEXTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 60, DE 1992 -CN

Da COMISSÃO MISTA, sobre a constitucionalidade e mérito da Medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992, emendada a epígrafe, que foi publicada no *Diário Oficial da União*, de 19 desse mês, e retificada no dos dias 20 e 21 seguintes

RELATOR Deputado FRANCISCO DORNELLES

#### - I -

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição, submeteu a apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 309, de 16 de outubro de 1992, emendada a epígrafe, que foi publicada no *Diário Oficial da União*, de 19 desse mês, e retificada no dos dias 20 e 21 seguintes

2. - O referido texto compreende 31 artigos, distribuídos em capítulos e estes, às vezes, em seções e subseções, assim dispostos.

- Cap. I - DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (arts. 1º a 13),
  - Seção I - Da Estrutura (arts. 1º e 2º),
  - Seção II - Das Finalidades e da Organização (arts. 2º a 13),
- Cap. II - DOS MINISTÉRIOS (arts. 14 a 19),
  - Seção I - Dos Ministérios Militares (art. 15);
  - Seção II - Dos Ministérios Cíveis (arts. 16 a 19),
    - Subseção I - Dos Órgãos Comuns aos Ministérios Cíveis (art. 17),
    - Subseção II - Do Ministério das Relações Exteriores (art. 18),
    - Subseção III - Dos Órgãos Específicos (art. 19),
- Cap. III - DA TRANSFORMAÇÃO, CRIAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE ÓRGÃOS E CARGOS (arts. 20 a 27),
- Cap. IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (arts. 28 a 31)

3. Com a Mensagem nº 123, de 1992-CN (nº 656/92, na origem) - firmada, em 19 de outubro último, pelo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República - veio a Exposição de Motivos nº 3, de 16 daquele mês, subscrita pelos Senhores Ministros de Estado da Justiça e Chefe da Secretaria de Governo, na qual se justifica a Medida Provisória, na conjuntura atual, quanto à relevância e urgência da matéria, e se alega, em síntese, que:

a) ao dispor sobre a reorganização da Presidência da República e dos Ministérios, a Medida Provisória possibilita mecanismos político-administrativos que restaurem a credibilidade governamental e permitam o controle da legalidade no trato da coisa pública,

b) tal reestruturação descentraliza a Administração Pública, extinguindo Secretarias da Presidência da República, o que permitirá ao Presidente da República dedicar-se a coordenar e integrar os demais órgãos a ele subordinados, além de acompanhar as ações governamentais; enquanto os Ministros poderão exercer com mais eficiência as atividades de suas Pastas, cujas áreas de competência são definidas mais racionalmente;

c) a criação de órgãos, como a Ouvidoria Geral da República, no Ministério da Justiça, e a Auditoria Geral da União, no Ministério da Fazenda, permitirão, respectivamente, o controle do Estado pela sociedade e melhor controle interno da legalidade e legitimidade da gestão administrativo-financeira pública

4. Esses pressupostos constitucionais já foram examinados por esta Comissão, no dia 22 do corrente, quando da aprovação do parecer concludindo pela admissibilidade da MP

5. Nesse *interim* e tempestivamente, 55 ilustres Congressistas apresentaram 220 Emendas, que serão apreciadas por ocasião do mérito. Estão assim distribuídas

Dep. AÉCIO BORBA: 5 (nºs 216 a 220),  
 Sen. ALMIR GABRIEL: 7 (nºs 207 a 212 e 214),  
 Sen. ALVARO PACHECO: 3 (nºs 130 a 132),  
 Dep. ANTONIO FALÉIROS: 1 (nº 199),  
 Dep. ARIOSTO HOLANDA: 2 (nºs 201 e 203),  
 Dep. AUGUSTO CARVALHO: 2 (nºs 128 e 129),  
 Dep. BETO MANSUR: 1 (nº 147),  
 Dep. CARLOS ALBERTO CAMPISTA: 3 (nºs 141, 142 e 148),  
 Sen. CARLOS PATROCÍNIO: 4 (nºs 10 a 13),  
 Dep. CARRION JUNIOR: 1 (nº 136),  
 Dep. CELSO BERNARDES: 1 (nº 71),  
 Sen. CHAGAS RODRIGUES: 1 (nº 20),  
 Dep. EDEN PEDROSO: 3 (nºs 134, 206 e 215),  
 Dep. ETEVALDA GRASSI DE MENEZES: 2 (nºs 144 e 145),  
 Dep. FÁBIO FELDEMANN: 9 (nºs 37 a 45),  
 Dep. FELIPE MENDES: 1 (nº 150),  
 Dep. FETTER JUNIOR: 40 (nºs 149 e 151 a 189),  
 Dep. FLÁVIO ARNS: 2 (nºs 24 e 25),  
 Dep. GENEALDO CORREIA: 3 (nºs 50, 51 e 198),  
 Dep. GENESIO BERNARDINO: 1 (nº 26),  
 Sen. GERSON CAMATA: 4 (nºs 74 a 77),  
 Dep. HÉLIO CESAR ROSAS: 1 (nº 21),  
 Dep. IRMA PASSONI: 4 (nºs 46, 47, 204 e 205),  
 Dep. JABES RIBEIRO: 49 (nºs 56 e 78 a 125),  
 Sen. JOÃO CALMON: 1 (nº 23),  
 Dep. JOÃO NATAL: 4 (nºs 06 a 09),  
 Dep. JACKSON PEREIRA: 5 (nºs 14 a 18),  
 Sen. JONAS PINHEIRO: 1 (nº 01),  
 Dep. JOSE CARLOS ALELUIA: 4 (nºs 137 a 140),  
 Dep. JOSE LUIZ MAIA: 8 (nºs 190 a 197),  
 Dep. JOSE MOURA: 2 (nºs 54 e 55),  
 Dep. LUIZ CARLOS HAULY: 1 (nº 04),  
 Dep. LUIZ GIRAÓ: 2 (nºs 126 e 127),  
 Dep. LUIZ PIAUHYLINO: 1 (nº 202),  
 Sen. MANSUETO DE LAVOR: 4 (nºs 48, 49, 52 e 53),  
 Dep. MARIA LAURA: 1 (nº 35),  
 Dep. NELSON BURNIER: 1 (nº 135),  
 Sen. NELSON CARNEIRO: 2 (nºs 03 e 36),  
 Dep. NILSON GIBSON: 2 (nºs 19 e 22),  
 Dep. ONAIREVES MOURA: 4 (nºs 69 a 73),  
 Dep. PAULO MUNHOZ DA ROCHA: 1 (nº 133),  
 Dep. PRISCO VIANA: 8 (nºs 27 a 34),  
 Dep. REINHOLD STEPHANES: 1 (nº 146),  
 Dep. RODRIGUES PALMA: 1 (nº 02),  
 Sen. RONAN TITO: 1 (nº 05),  
 Dep. SÉRGIO AROUCA: 1 (nº 213),  
 Dep. TOURINHO DANTAS: 11 (nºs 58 a 68);

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Dep. UBIRATAN AGUIAR. 1 (nº 143);  
Dep. VALTER PEREIRA. 1 (nº 57).  
LÍDERES — PT, PPS, PCdoB, PDT, PSB e PSDB. 1 (nº 200)

Este, o Relatório

## - II -

6 De conformidade com o disposto na Resolução nº 1, de 1989-CN, tendo sido admitida, como foi, a Medida Provisória, cabe examinar a matéria quanto aos aspectos constitucionais e de mérito.

7 No que tange aos aspectos de **constitucionalidade**, não há reparos a fazer: o Senhor Presidente da República exercitou, legítima e regularmente, a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, ao editar a MP nº 309, de 1992, e ao submetê-la à deliberação deste Congresso.

7.1 Por outro lado, a matéria e daquelas que, para ser objeto de lei, exigiria a iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, inciso II, alíneas a e e, da Constituição.

7.2 Ademais, por princípio, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, como reza o art. 48, *caput* e incisos X e XI, inclusive convertendo em lei medidas provisórias, a teor do previsto no parágrafo único do art. 62, ambos da Constituição.

7.3 Restaria indagar se haveria empecilhos no que tange a matéria orçamentária. Examinada a questão à luz da excepcionalidade do caso em tela, afigura-se que, a par da coexistência dos pressupostos de relevância e urgência, e preocupação do atual Governo evitar a realização de despesa além das disponibilidades orçamentárias, haja visto as cautelas adotadas nos arts. 25, 26 e, sobretudo, 27 da MP. Por outro lado, como esta preste a fundar o corrente exercício financeiro, é de crer que certo aumento de despesas poderá ocorrer mais no próximo exercício - a tempo, ainda, de se adotarem as providências legislativas indispensáveis a sua cobertura.

8 Quanto ao **mérito**, vale observar que a MP nº 309/92 implica, basicamente, o seguinte:

a) a Presidência da República - PR fica com estrutura mais leve, tendo 4 Secretarias transformadas em Ministérios (Cultura, Integração Regional, Ciência e Tecnologia, e Meio Ambiente) e 1 (de Desportos) incorporada ao agora designado Ministério da Educação e Desporto, restando, a nível de Secretaria/PR, apenas a de Assuntos Estratégicos;

b) a quantidade de Ministérios aumenta de 14 para 20, não apenas por transformação daquelas quatro Secretarias da PR, mas porque o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento é tripartido em novas Pastas: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação; Ministério da Fazenda e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; e o Ministério dos Transportes e das Comunicações é bipartido no Ministério dos Transportes e no das Comunicações.

c) criam-se órgãos relevantes na estrutura orgânica, como a Ouvidoria Geral da República (no Ministério da Justiça), a Auditoria Geral da União e a Junta de Programação Financeira (no Ministério da Fazenda), além da Junta de Conciliação Orçamentária e Financeira (na Secretaria de Planejamento/PR).

d) o número de cargos de Ministro de Estado aumenta de 16 para 25, inclusive porque, além do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento/PR, foram criados, na Presidência da República, cargos de Ministro para os titulares da Secretaria-Geral, do Gabinete Militar e do EMFA (o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Governo foi transformado no de Ministro-Chefe da Casa Civil, e o de Ministro-Chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional foi transformado no de Ministro da nova Pasta de Integração Regional);

e) algumas áreas de competência foram redistribuídas, quer por ser maior o número de Pastas ministeriais, quer por haver mais racionalidade na atribuição de assuntos a cada área.

8.1 Parece-nos, pois, que - dadas as convincentes razões invocadas pelo Governo, na aludida Exposição de Motivos anexa a Mensagem presidencial - deve ser aprovado o conteúdo dessa Medida Provisória. Mas sem prejuízo de alguns aperfeiçoamentos, sobretudo em face das Emendas oferecidas, que serão em seguida analisadas.

8.2 Por isso, torna-se necessário oferecermos, ao final, Projeto de Lei de Conversão, nos termos do art. 7º, § 1º, inciso I, da Resolução nº 1, de 1989-CN.

9 As 220 **Emendas** apresentadas podem classificar-se, quanto ao seu objeto, especialmente, em:

- a) alteração da área de competência dos órgãos ou de sua descrição,
- b) criação de órgão,
- c) alteração de localização, nível, denominação ou composição de órgão,
- d) fusão ou supressão de órgãos,
- e) inclusão de outros dispositivos,
- f) alteração de redação.

9.1 Dentre elas, destacam-se as que oferecem efetivo aperfeiçoamento ao texto, importando correção técnica e legal e em seu aprimoramento e que, por isso mesmo, são admitidas, no todo ou em parte, conforme enumeradas ao final deste Parecer.

Caracterizam, por vezes, ajustamentos ao texto constitucional, como é o caso da exclusão do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional do rol de órgãos da Presidência da República (art. 1º parágrafo único, alínea a). A definição constitucional desses órgãos colegiados (Constituição da República, arts. 89 e 91) não permite dar-lhes o tratamento constante da Medida Provisória, que os subordina ao Presidente da República.

Da mesma forma, a natureza constitucional do controle interno (Constituição da República, arts. 70 e seguintes) recomenda a adoção de denominação apropriada para a Auditoria Geral da União (art. 19, inciso II, alínea f), qual seja, de Secretaria Central de Controle Interno. Acresce que, do ponto de vista técnico, a modificação é sustentada pelo fato de a auditoria constituir um instrumento da ação de controle, não se confundindo com esta, e, além disso, a nova denominação guarda consistência com a adotada para os órgãos setoriais de sistema (art. 17, inciso III).

Por outro lado, as emendas admitidas tratam de correções essenciais. Exemplifica-se com a alocação da Secretaria da Administração Federal (art. 19, inciso VI, alínea f) na Presidência da República, tendo em vista a sua condição de órgão central de diversos sistemas administrativos e, especialmente, que o órgão responsável pela coordenação e execução da reforma administrativa profunda, de que carece a máquina administrativa federal, esteja dotado da autonomia e de status organizacional necessários a sua missão.

Uma terceira categoria de emendas refere-se a ajustamentos técnicos. É o caso da exclusão do Conselho de Assuntos Econômicos da estrutura da Presidência da República (art. 1º, parágrafo único, alínea b, nº 5). Indefinido quanto à finalidade e composição (art. 11), o Conselho não se caracteriza propriamente como órgão da estrutura básica, podendo ser constituído por ato administrativo do Poder Executivo.

Nessa categoria também se inserem as emendas referentes a ajustamentos na descrição da competência de órgãos, para lhe conferir maior precisão. Citam-se como exemplos as alterações relativas à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República (art. 4º) e a Consultoria Geral da República (art. 8º). Igualmente relevante é a correção concernente à descrição dos assuntos que compõem a área de competência dos órgãos, como a inclusão da referência à previdência privada aberta e a explicitação da competência referente à administração tributária, do Ministério da Fazenda (art. 16, inciso III, alíneas a e b).

Finalmente, cabe menção às emendas de redação, que vêm contribuir da mesma forma para o aperfeiçoamento do texto legal.

9.2. O critério técnico e legal adotado para admissão de emendas conduziu à identificação das emendas rejeitadas, também enumeradas ao final deste Parecer.

As emendas rejeitadas, a partir daquele critério, resumem-se, com as respectivas razões de rejeição, especialmente em:

a) referência a matéria já contemplada adequadamente no texto, cuja admissão resultaria em hipotese de redundância ou de pormenorização dispensável em razão da natureza da norma;

b) inclusão de órgão da estrutura regimental na estrutura básica, que conduziria ao superdimensionamento dos Ministérios, com suas nefastas consequências administrativas e operacionais.

c) inclusão de entidades da administração indireta na estrutura básica ou referência a tais entidades no texto, no primeiro caso, é descabida a subordinação direta e, no segundo, há que se preservar o critério geral definido no art. 28 que, a ser alterado, implicaria referência a todas as entidades e não apenas a algumas,

d) matéria já regulada e vigente, cuja alteração pode ser objeto de projeto específico a qualquer tempo;

e) matéria estranha ao texto, cuja inclusão não é recomendada pela boa técnica legislativa.

- III -

10 Em face do exposto, concluímos pela aprovação da Medida Provisória nº 309, de 1992, quanto aos aspectos de constitucionalidade e mérito, bem assim pelo acolhimento total das Emendas nºs 3, 20, 31, 33, 34, 48, 49, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 82, 86, 100, 105, 106, 107, 114, 117, 120, 141, 146, 148, 158, 159, 169, 198, 209, 216 e 220, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 14, 16, 24, 25, 36, 59, 75, 85, 97, 118, 119, 129, 130, 144, 147, 149, 151, 154, 156, 157, 165, 166, 176, 186, 190, 191, 196, 199, 200, 207, 211, 217, 218 e 219, a par da rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 150, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 197, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 213, 214 e 215, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo.

11 A Emenda nº 3, que transferia para o Rio de Janeiro a sede da EM-BRATUR, acolhida pelo Relator, foi rejeitada pela Comissão Mista.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1992

Dep. CID CARVALHO, Presidente  
Dep. FRANCISCO DORVILLE, Relator  
Sen. FLAVIANO MELLO  
Sen. JOÃO RÔCH  
Sen. ALMIR GABRIEL  
Sen. VALMIR CAMPELO  
Sen. HENRIQUE ALMEIDA  
Dep. AMAURY MULLER  
Dep. PRISCO VIANA  
Dep. JABES RIBEIRO

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5 DE 1992

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta.

Capítulo I  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Seção I  
Da Estrutura

Art. 1º A Presidência da República é constituída, essencialmente, pela Casa Civil, pela Secretaria Geral, pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação e pela Casa Militar.

§ 1º Também a integram:

a) como órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República:

1. o Conselho de Governo,
2. a Consultoria Geral da República,
3. o Alto Comando das Forças Armadas,
4. o Estado-Maior das Forças Armadas,

b) como órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República:

1. a Secretaria de Assuntos Estratégicos,

2. a Secretaria da Administração Federal,

3. a Assessoria de Comunicação Institucional,

§ 2º Junto à Presidência da República funcionarão como órgãos de consultoria do Presidente da República

1. o Conselho da República,

2. o Conselho de Defesa Nacional.

Seção II  
Das Finalidades e da Organização

Art. 2º A Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação da ação governamental e no relacionamento com o Congresso Nacional, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subchefia para Assuntos Parlamentares;

II - Subchefia para Acompanhamento da Ação Governamental,

III - Subchefia para Assuntos Jurídicos;

IV - Subchefia para Divulgação e Relações Públicas

Art. 3º A Secretaria Geral da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação da ação administrativa da Presidência da República, mediante serviços de secretaria particular e ajudância-de-ordens, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subsecretaria Geral,

II - Gabinete Pessoal,

III - Cerimonial,

IV - Assessoria;

V - Secretaria de Controle Interno

Art. 4º A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, com a finalidade de assistir ao Presidente da República na coordenação do sistema de planejamento e orçamento, formulação de estudos e pesquisas sócio-econômicas, elaboração e acompanhamento dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, e na supervisão dos sistemas cartográfico e estatístico nacionais, tem a seguinte estrutura básica:

I - Comissão de Financiamentos Externos,

II - Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior;

III - Secretaria de Orçamento Federal,

IV - Secretaria de Planejamento e Avaliação,

V - Secretaria de Assuntos Internacionais,

VI - Junta de Conciliação Orçamentária e Financeira

Art. 5º A Casa Militar da Presidência da República, com a finalidade de assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, nos assuntos referentes à administração militar, de zelar pela segurança do Chefe de Estado e pela segurança pessoal dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, bem como dos respectivos palácios e residências presidenciais, tem a seguinte estrutura básica:

I - Subchefia Executiva,

II - Subchefia da Marinha,

III - Subchefia do Exército,

IV - Subchefia da Aeronáutica,

V - Subchefia de Segurança.

Art. 6º O Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado e pelo Consultor Geral da República, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental, reunir-se-á quando por ele convocado

Parágrafo único O Conselho de Governo será presidido, em cada reunião, pelo Ministro de Estado para este fim designado pelo Presidente da República.

Art. 7º À Consultoria Geral da República incumbe assessorar diretamente o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, uniformizar a jurisprudência administrativa federal e coordenar, supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da Administração Pública Federal, bem como desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, nos termos da lei complementar prevista na Constituição.

Art. 8º O Alto Comando das Forças Armadas, integrado pelos Ministros Militares, pelo Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e pelo Chefe do Estado-Maior de cada uma das Forças Singulares, tem por finalidade assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à política militar e à coordenação de assuntos pertinentes as Forças Armadas.

Parágrafo único O Alto Comando das Forças Armadas reunir-se-á quando convocado pelo Presidente da República e será secretariado pelo Ministro-Chefe da Casa Militar

Art. 9º O Estado-Maior das Forças Armadas, mantida sua atual estrutura, tem por finalidade assessorar o Presidente da República nos assuntos referidos no art. 50 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e legislação especial superveniente.

Art. 10 A Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a finalidade de coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional, e coordenar a formulação e acompanhar a execução da Política Nacional de Energia Nuclear, tem a seguinte estrutura básica.

- I - Subsecretaria de Planejamento Estratégico,
- II - Subsecretaria de ~~Programas e~~ Projetos Estratégicos,
- III - Subsecretaria de Inteligência,
- IV - Centro de Estudos Estratégicos,

Art. 11 A Secretaria da Administração Federal, com a finalidade de formular e executar as políticas de desenvolvimento administrativo e gerencial, no âmbito do Poder Executivo, e coordenar, controlar e supervisionar as atividades referentes às ações dos sistemas de pessoal civil, de modernização e organização administrativa, de recursos da informação e da informática, e de serviços gerais, na administração direta, autárquica e fundacional, tem a seguinte estrutura básica:

- I - Subsecretaria de Planejamento, Coordenação e Desenvolvimento Gerencial e Organizacional,
- II - Subsecretaria de Recursos Humanos,
- III - Subsecretaria de Normas e Processos Administrativos,
- IV - Subsecretaria de Remuneração e Carreiras

Art. 12 A Assessoria de Comunicação Institucional tem por finalidade o controle, a supervisão e coordenação da publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e de sociedades sob controle da União.

Art. 13 O Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com a composição e as atribuições previstas na Constituição, têm a organização e o funcionamento regulados em lei especial.

Parágrafo único. O Conselho de Defesa Nacional terá como Secretário Executivo o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

## Capítulo II DOS MINISTÉRIOS

Art. 14 São os seguintes os Ministérios:

- I - da Justiça,
- II - da Marinha,
- III - do Exército,
- IV - das Relações Exteriores;
- V - da Fazenda,
- VI - dos Transportes;
- VII - da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária,
- VIII - da Educação e do Desporto,
- IX - da Cultura,
- X - do Trabalho,
- XI - da Previdência Social,
- XII - da Aeronáutica,
- XIII - da Saúde,
- XIV - da Indústria, do Comércio e do Turismo,
- XV - de Minas e Energia;
- XVI - da Integração Regional;
- XVII - das Comunicações,
- XVIII - da Ciência e Tecnologia,
- XIX - do Bem-Estar Social;
- XX - do Meio Ambiente

Parágrafo único. São Ministros de Estado os titulares dos Ministérios, da Casa Civil da Presidência da República, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, da Casa Militar da Presidência da República, do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

## Seção I Dos Ministérios Militares

Art. 15 A estrutura e os assuntos que constituem área de competência dos Ministérios Militares são os especificados no Decreto-lei nº 200, de 1967, e legislação especial superveniente.

## Seção II Dos Ministérios Cíveis

Art. 16 Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério Civil são os seguintes:

### I - Ministério da Justiça

- a) ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais,
- b) segurança pública, polícia federal, rodoviária e ferroviária federal, e do Distrito Federal,
- c) administração penitenciária,
- d) estrangeiros,
- e) documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais,
- f) defesa da ordem econômica e dos direitos do consumidor;
- g) índios,
- h) ouvidoria geral

### II - Ministério das Relações Exteriores

- a) política internacional,
- b) relações diplomáticas, serviços consulares,
- c) participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com países e entidades estrangeiras,
- d) programas de cooperação internacional,
- e) apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais;

### III - Ministério da Fazenda

- a) moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta,
- b) política e administração tributária e aduaneira, fiscalização e arrecadação,
- c) administração orçamentária e financeira; controle interno, auditoria e contabilidade públicas,
- d) administração das dívidas públicas interna e externa,
- e) administração patrimonial,
- f) negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras e internacionais,
- g) preços e tarifas públicas e administradas,
- h) fiscalização e controle do comércio exterior,

### IV - Ministério dos Transportes

- a) transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário,
- b) marinha mercante, portos e vias navegáveis;
- c) participação na coordenação dos transportes aeroviários, na forma da lei,

### V - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

- a) política agrícola, abrangendo produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos,
- b) produção e fomento agropecuários; fomento pesqueiro e florestal, ressalvada a competência do Ministério do Meio Ambiente;
- c) mercado, comercialização e abastecimento agropecuários, inclusive estoques reguladores e estratégicos,
- d) informação agrícola;
- e) defesa sanitária animal e vegetal,
- f) fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;

- g) padronização e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;
- h) proteção, conservação e manejo do solo e água, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário,
- i) pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária,
- j) reforma agrária,
- l) meteorologia e climatologia,
- m) desenvolvimento rural, cooperativismo e associativismo,
- n) energização rural, agroenergia, inclusive eletrificação rural,
- o) assistência técnica e extensão rural,

**VI - Ministério da Educação e do Desporto**

- a) política nacional de educação,
- b) educação pre-escolar, educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e ensino supletivo, educação tecnológica e educação especial,
- c) pesquisa educacional,
- d) extensão universitária,
- e) magisterio,
- f) coordenação de programas de atenção integral a crianças e adolescentes,
- g) coordenação e supervisão do desenvolvimento dos desportos no País,

**VII - Ministério da Cultura**

- a) planejamento, coordenação e supervisão das atividades culturais,
- b) formulação e execução da política cultural,
- c) proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro,

**VIII - Ministério do Trabalho.**

- a) trabalho e sua fiscalização;
- b) mercado de trabalho e política de empregos,
- c) política salarial,
- d) política de imigração,
- e) formação e desenvolvimento profissional,
- f) relações do trabalho,
- g) segurança e saúde do trabalho,

**IX - Ministério da Previdência Social**

- a) previdência social,
- b) previdência complementar,

**X - Ministério da Saúde**

- a) política nacional de saúde,
- b) ações na área da saúde,
- c) ação preventiva na área de saúde e vigilância sanitária;
- d) controle de drogas, medicamentos e alimentos,
- e) pesquisas médico-sanitárias,

**XI - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo**

- a) desenvolvimento e modernização da indústria, do comércio e dos serviços,
- b) propriedade industrial, marcas e patentes,
- c) metrologia legal, normalização e qualidade industrial,
- d) comércio exterior,
- e) turismo;
- f) apoio a micro, pequena e média empresa,
- g) registro de comércio;

**XII - Ministério de Minas e Energia**

- a) geologia, recursos minerais e energeticos,
- b) regime hidrológico e fontes de energia hidráulica,
- c) mineração e metalurgia,
- d) indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear,

**XIII - Ministério da Integração Regional**

- a) programas e projetos de integração regional,
- b) desenvolvimento urbano,
- c) relações com estados e municípios,
- d) irrigação,
- e) defesa civil,
- f) macro-saneamento,

**XIV - Ministério das Comunicações**

- a) telecomunicações, inclusive administração, outorga, controle e fiscalização da utilização do espectro de radiofrequências,
- b) serviços postais,

**XV - Ministério da Ciência e Tecnologia**

- a) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia,
- b) formulação e execução da política de desenvolvimento de informática e automação,

**XVI - Ministério do Bem-Estar Social**

- a) assistência social, assistência à criança, ao adolescente e ao idoso,
- b) formulação e execução de políticas de habitação e saneamento,
- c) radicação de populações, ocupação do território e migrações internas,
- d) promoção humana,
- f) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária,

**XVII - Ministério do Meio Ambiente**

- a) planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente,
- b) formulação e execução da política nacional do meio ambiente,
- c) preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis,
- d) implementação de acordos internacionais na área ambiental

**Subseção I  
Dos Órgãos Comuns aos Ministérios Cíveis**

Art 17 Haverá, na estrutura básica de cada Ministério Civil e na da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República:

- I - Secretaria Executiva,
- II - Gabinete,
- III - Secretaria de Controle Interno,
- IV - Consultoria Jurídica, exceto no Ministério da Fazenda,
- V - Secretaria de Administração Geral

§ 1º A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional exercera, também, as funções de Consultoria Jurídica do Ministério da Fazenda

§ 2º A estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores é indicada no art 18

**Subseção II  
Do Ministério das Relações Exteriores**

Art 18 São órgãos da estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores

- I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado
- a) Gabinete,
- b) Cerimonial,

c) Incorporação de Intelectuais, Etcetera

## II - Órgãos de Apoio

a) Consultoria Jurídica

b) Secretaria de Controle Interno

## III - Órgãos de Apoio

a) Secretaria Geral das Relações Exteriores, composta de

1 Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos,

2 Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior,

3 Subsecretaria Geral do Serviço Exterior,

4 Subsecretaria Geral de Planejamento Político e Econômico,

b) Instituto Rio Branco

c) Missões e Representações permanentes

d) Representação Consular

## IV - Órgãos de Apoio

a) Comissão de Conciliação

b) Comissão de Promoção

### Subseção III Dos Órgãos Específicos

Art. 19 - São dados exemplos dos Ministérios civis

#### I - No Ministério da Justiça

a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana,

b) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária,

c) Conselho Nacional de Trânsito,

d) Conselho Federal de Entregadores,

e) Conselho Administrativo de Defesa Econômica,

f) Conselho Superior da Defesa da Liberdade de Criação e Expressão,

g) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher,

h) Conselho Nacional de Segurança Pública,

i) Ouvidor Geral da República

j) Secretaria de Direitos da Cidadania e Justiça,

l) Secretaria de Defesa Social,

m) Secretaria da Polícia Federal

n) Secretaria de Trânsito

o) Secretaria de Estudos Legislativos

p) Arquivo Nacional

q) Imprensa Nacional

#### II - No Ministério da Fazenda

a) Conselho Monetário Nacional,

b) Conselho Nacional de Política Fazendária,

c) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional,

d) Conselho Nacional de Seguros Privados,

e) Câmara Superior de Recursos Fiscais,

f) Tribunal de Contas da União,

g) Conselho Superior de Fomento,

h) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional,

i) Secretaria de Gestão Fiscal,

j) Secretaria do Trabalho Nacional,

k) Secretaria de Política Econômica

l) Secretaria do Patrimônio da União,

m) Secretaria Central de Controle Interno,

n) Secretaria de Assuntos Internacionais,

o) Escola de Administração Fazendária,

p) Junta de Programação Financeira,

#### III - No Ministério dos Transportes

a) Secretaria de Produção,

b) Secretaria de Planejamento,

c) Secretaria de Desenvolvimento,

#### IV - No Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma

a) Conselho Nacional de Política Agrícola,

b) Comissão Especial de Recursos,

c) Secretaria de Política Agrícola,

d) Secretaria de Defesa Agropecuária,

e) Secretaria de Fomento Pesqueiro e Florestal,

f) Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira,

#### V - No Ministério da Educação e do Desporto

a) Conselho Federal de Educação,

b) Conselho Nacional de Desportos,

c) Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional,

d) Secretaria de Educação Fundamental,

e) Secretaria de Educação Média e Tecnológica,

f) Secretaria de Educação Superior,

g) Secretaria de Desportos,

h) Secretaria de Projetos Educacionais Especiais,

i) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais,

#### VI - No Ministério da Cultura

a) Conselho Nacional de Política Cultural;

b) Comissão Nacional de Incentivo à Cultura,

c) Comissão de Cinema;

d) Secretaria de Planejamento, Intercâmbio e Projetos Especiais,

e) Secretaria de Apoio à Cultura,

f) Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual,

#### VII - No Ministério do Trabalho

a) Conselho Nacional do Trabalho,

b) Conselho Nacional de Imigração,

c) Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,

d) Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador,

e) Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional,

f) Secretaria de Políticas de Emprego e Salário,

g) Secretaria de Relações do Trabalho,

h) Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho,

i) Secretaria de Fiscalização do Trabalho;

#### VIII - No Ministério da Previdência Social

a) Conselho Nacional de Seguridade Social,

b) Conselho Nacional de Previdência Social,

c) Conselho de Recursos da Previdência Social,

Agrária

nal,

- d) Conselho de Gestão da Previdência Complementar,
- e) Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador,
- f) Secretaria da Previdência Social,
- g) Secretaria da Previdência Complementar,
- h) Inspeção Geral da Previdência Social;

**IX - No Ministério da Saúde.**

- a) Conselho Nacional de Saúde,
- b) Secretaria de Vigilância Sanitária,
- c) Secretaria de Assistência à Saúde,

Lei nº 8 029, de 12 de abril de 1990,

**X - No Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo**

- a) Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial,
- b) Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação,
- c) Secretaria de Política Industrial,
- d) Secretaria de Política Comercial,
- e) Secretaria de Comércio Exterior,
- f) Secretaria de Serviços,

**XI - No Ministério de Minas e Energia.**

- a) Secretaria de Minas e Metalurgia,
- b) Secretaria de Energia,

**XII - No Ministério da Integração Regional**

- a) Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste,
- b) Secretaria de Relações com Estados, Distrito Federal e Municípios,
- c) Secretaria de Desenvolvimento Regional,
- d) Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
- e) Secretaria de Defesa Civil,
- f) Secretaria de Irrigação,
- g) Secretaria de Áreas Metropolitanas;

**XIII - No Ministério das Comunicações**

- a) Conselho Nacional de Comunicações;
- b) Secretaria de Fiscalização e Outorga;
- c) Secretaria de Administração de Radiofrequências,
- d) Secretaria de Serviços de Comunicações,

**XIV - No Ministério da Ciência e Tecnologia**

- a) Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia,
- b) Conselho Nacional de Informática e Automação,
- c) Secretaria de Planejamento e Avaliação;
- d) Secretaria de Coordenação de Programas,
- e) Secretaria de Tecnologia,
- f) Secretaria de Política de Informática e Automação,
- g) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais,
- h) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia,
- i) Instituto Nacional de Tecnologia;

**XV - No Ministério do Bem-Estar Social**

- a) Conselho Nacional de Serviço Social,
- b) Secretaria de Habitação;

c) Secretaria de Saneamento,

d) Secretaria da Promoção Humana,

e) Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

**XVI - No Ministério do Meio Ambiente**

a) Conselho Nacional do Meio Ambiente,

b) Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente

§ 1º Da Secretaria de Política Comercial, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, fará parte o Departamento Nacional do Café

§ 2º O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (inciso XII) terá as atribuições previstas no art. 14 da Lei nº 7 827, de 27 de setembro de 1989.

**Capítulo III**

**DA TRANSFORMAÇÃO, CRIAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE ÓRGÃOS E CARGOS**

Art. 20 São transformados os Ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, da Agricultura e Reforma Agrária; do Trabalho e da Administração, da Ação Social, dos Transportes e das Comunicações, e da Educação, respectivamente, em Ministérios da Fazenda; da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, do Trabalho, do Bem-Estar Social, dos Transportes, e da Educação e do Desporto

Art. 21 São transformadas as Secretarias de Governo da Presidência da República, de Desenvolvimento Regional, da Cultura, da Ciência e Tecnologia, e do Meio Ambiente, respectivamente, em Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Integração Regional, Ministério da Cultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, e Ministério do Meio Ambiente

Parágrafo único Fica incorporada ao Ministério da Educação e do Desporto a Secretaria de Desportos, da Presidência da República

Art. 22 São criados o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República

Art. 23 São criados os cargos de Ministro de Estado da Cultura, da Indústria, do Comércio e do Turismo, das Comunicações, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, da Secretaria Geral da Presidência da República, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, da Casa Militar da Presidência da República, do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Art. 24 São criados os cargos de Secretário-Executivo, Chefe de Gabinete, Consultor Jurídico, Secretário de Administração Geral e Secretário de Controle Interno, sendo um em cada Ministério de que tratam os incisos IX, XIV, XVI, XVII, XVIII e XX do art. 14, bem assim na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República

Art. 25 O acervo patrimonial e o quadro de pessoal dos órgãos referidos nos arts. 20 e 21 e da Secretaria da Administração Federal serão transferidos para os Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes atribuições

Parágrafo único Fica o Poder Executivo autorizado a manter até 31 de dezembro de 1993, na condição em que se encontram requisitados, os servidores que estejam em efetivo exercício nos órgãos transformados ou transferidos nos termos desta Lei.

Art. 26 É o Poder Executivo autorizado a transferir os subprojetos e subatividades, constantes da Lei nº 8 409, de 28 de fevereiro de 1992 e de suas alterações, com os respectivos saldos de dotações, para a programação orçamentária dos Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as atribuições correspondentes, mantida a respectiva classificação funcional-programática, inclusive os títulos, descritores, objetivos e metas, bem como a respectiva classificação por grupos de natureza da despesa

Art. 27 Para os fins do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a criar, por transformação, ou a transferir, no âmbito da Administração Pública Federal, mediante alteração de denominação e especificação, sem aumento de despesa, cargos de natureza especial ou cargos e funções de confiança dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Gratificada (FG).

**Capítulo IV  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 28 As entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta serão vinculadas aos órgãos da Presidência da República e aos Ministérios, segundo as normas constantes do parágrafo único do art. 4º e § 2º do art. 5º do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e sujeitas à supervisão exercida por Ministro de Estado ou por Secretário da Presidência da República, mantidas as extinções e dissoluções de entidades, realizadas ou em fase final de realização, com base na autorização concedida pela Lei nº 8 029, de 12 de abril de 1990

Art. 29 O Poder Executivo disporá sobre a organização, a reorganização e o funcionamento dos Ministérios e órgãos de que trata esta Lei, mediante transformação das estruturas estruturais

Art. 30 O prazo a que se refere o art. 52, da Lei nº 8 447, de 21 de julho de 1992, é prorrogado para 30 de novembro de 1992

Art. 31 O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até o dia 1º de março de 1993, projeto de lei de revisão do Plano Plurianual estabelecido pela Lei nº 8 173, de 30 de janeiro de 1991, alterado pela Lei nº 8 446, de 21 de julho de 1992, adequado aos objetivos e metas estabelecidos na Lei Orçamentária para o exercício de 1993

Art 32 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art 33 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei nº 8 028, de 12 de abril de 1990, o parágrafo único do art. 5º e o art. 49 da Lei nº 8 447, de 21 de julho de 1992

Sala das Comissões, 3 de novembro de 1992.

Dep. CID CARVALHO, Presidente  
Dep. FERNANDO LUIZ DE ALMEIDA, Relator

# PROJETO DE LEI Nº 52, DE 1992-CN

MENSAGEM Nº 109, DE 1992-CN

Nº 605/92, NA ORIGEM

## EMENDAS

### Emenda nº 52-00001-0

Inclua-se onde couber, no PL 52-CN a importância de Cr\$60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) a serem aplicados na construção, aparelhamento e aquisição de acervo de uma biblioteca municipal no município de São Geraldo do Araguaia — PA, Estado do Pará.

Biblioteca Pública de São Geraldo do Araguaia—PA.

Área construída: 180m²

Custo da obra: 40.000.000,00

Mobiliário: 10.000.000,00

Acervo: 10.000.000,00

Fonte de cancelamento:

08.048.0247.4035.0001 — Promoção, Difusão e intercâmbio de bens e serviços culturais.

### Justificação

O Município de São Geraldo do Araguaia—PA, com uma população de 30.000 hab. e um contingente escolar (1º e 2º graus) superior a 5 alunos. O município não dispõe de nenhuma Biblioteca Pública Municipal.

# PROJETO DE LEI Nº 53, DE 1992-CN

MENSAGEM Nº 110, DE 1992-CN

(Nº 606/92, na origem)

## EMENDAS

### Índice das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 53/92

Alano de Freitas — 048  
Annibal Teixeira — 044  
Basilio Villani — 008 e 009  
Celia Mendes — 034  
César Souza — 043  
Clóvis Assis — 035 a 037  
Elio Dalla-Vecchia — 001, 021 e 028  
Evaldo Gonçalves — 068  
Felipe Nery — 029  
Flávio Derzi — 010  
Francisco Dornelles — 054  
Francisco Evangelista — 023  
Geddel Vieira Lima — 030, 041  
Genebaldo Correa — 055  
Giovanni Queiroz — 049 a 052  
Hagahus Araujo — 056

Inocência Oliveira — 005 e 006  
Jorge Khoury — 059  
José Carlos Aleluia — 042, 060 a 065  
José Luiz Maia — 045  
José Richa — 018  
José Santana de Vasconcelos — 033  
Lavoisier Maia — 007  
Leur Lomanto — 053  
Louremberg Nunes Rocha — 046  
Lucia Vania — 022  
Luiz Soyer — 057 e 058  
Munhoz da Rocha — 002 a 004  
Osvaldo Reis — 066 e 067  
Renato Vianna — 016  
Rivaldo Meideiros — 031 e 032  
Rubens Bueno — 017  
Ruberval Pilotto — 011  
Samir Tannus — 047  
Valdomiro Lima — 024 a 027  
Valmir Campelo — 012 a 015, 019  
Waldir Guerra — 020  
Wellington Fagundes — 038 a 040.

Mensagem: 110/92

53-00001-3

PROJETO DE LEI NUMERO 53/92

DATA 01 de 01

### EMENDA

AUTOR Deputado ELIO DALLA VECCHIA

PARTE PR PDT

### TEXTO JUSTIFICATIVO

Acrescente-se a programação de trabalho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, Projeto de Lei nº 53/92, a seguinte subatividade:

Restauração da Pavimentação asfáltica da BR 277/PR, trecho Guarapuava (KM 352) a entroncamento Três Pinheiros (KM 403). Subprojeto nº 16.088.0539.1205.0264. Valor: Cr\$ 13.000.000.000,00 (Treze Bilhões de cruzeiros)

### Fonte de Cancelamento:

16.088.0539.1205.0061 - Cr\$ 1.000.000.000,00  
16.088.0539.1205.0337 - Cr\$ 2.000.000.000,00  
16.088.0539.1205.0343 - Cr\$ 3.000.000.000,00  
16.088.0539.1205.0430 - Cr\$ 4.000.000.000,00  
16.088.0539.1205.0461 - Cr\$ 3.000.000.000,00

### JUSTIFICATIVA

Esta obra faz-se necessária em virtude do alto grau de deterioração em se encontra o pavimento atualmente, em função das recentes enchentes ocorridas naquela região.

É inadmissível que tão importante obra demore mais de quatro anos para ser concluída, enquanto o prazo normal para restauração desta natureza não exceda a 180 dias. De 1988 a 1992 esta obra já foi interrompida 7 vezes.

Neste trecho escoar-se toda a safra agrícola do oeste a noroeste do Estado do Paraná, destinando-se ao Porto de Paranaguá, para exportação. É ainda, via de turismo para o litoral paranaense e catarinense de países vizinhos, como a Argentina e Paraguai.

Devido aos problemas acima expostos tem ocorrido inúmeros acidentes com vítimas fatais. Diante dos fatos recorro para que a presente emenda seja aprovada.



Mensagem: 118/92	
53-00002-1	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
53/92 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MUNHOZ DA ROCHA	PR	PSDB

ACRESCEER AO SUBPROJETO 16.088.0539.1205.0039, BR 153/PR - DIVISA SP/PR-DIVISA PR/SC, O VALOR DE Cr\$ 3.000.000.000,00 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS)

FONTE DE CANCELAMENTO : 16.088.0537.1204.0156

VALOR: Cr\$ 3.000.000.000,00 ( TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO

ESSA RODOVIA FOI MUITO ATINGIDA DURANTE A CHEIA, NO ESTADO DO PARANÁ, E SUA RECUPERAÇÃO É DE VITAL IMPORTÂNCIA PARA O ESCOAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA, BEM COMO REDUZIRÁ A INCIDÊNCIA DE ACIDENTES.

Mensagem: 118/92	
53-00003-0	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
53/92 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MUNHOZ DA ROCHA	PR	PSDB

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM -DNER, PROJETO DE LEI Nº 53/92 - CN, SUBPROJETO DE RECUPERAÇÃO DA RODOVIA LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE SÃO MATEUS DO SUL - UNIÃO DA VITÓRIA/PR

FONTE DE CANCELAMENTO: 16.088.0537 1204 0023

VALOR. Cr\$ 5.000.000.000,00 ( CINCO BILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO:

ESSA RODOVIA FOI MUITO ATINGIDA DURANTE A CHEIA, NO ESTADO DO PARANÁ, E SUA RECUPERAÇÃO É DE VITAL IMPORTÂNCIA PARA O ESCOAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA, BEM COMO REDUZIRÁ A INCIDÊNCIA DE ACIDENTES.

Mensagem: 118/92	
53-00004-8	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
53/92 - CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO MUNHOZ DA ROCHA	PR	PSDB

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER, PROJETO DE LEI Nº 53/92 - CN, SUBPROJETO DE RECUPERAÇÃO DA RODOVIA LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE CURITIBA E RIO NEGRO/PR.

FONTE DE CANCELAMENTO: 16 088 0539.1205.0003

VALOR : Cr\$ 3.000 000.000,00 (TRÊS BILHÕES DE CRUZEIROS)

JUSTIFICAÇÃO:

ESSA RODOVIA FOI MUITO ATINGIDA DURANTE A CHEIA, NO ESTADO DO PARANÁ, E SUA RECUPERAÇÃO É DE VITAL IMPORTÂNCIA PARA O ESCOAMENTO DA SAFRA AGRÍCOLA, BEM COMO REDUZIRÁ A INCIDÊNCIA DE ACIDENTES

Mensagem: 118/92	
53-00005-6	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN-53/92	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

16.088.0539 1205. XXXX - Restauração de Rodovias / "Restauração da BR-232-PE- Trecho Recife/Parnamirim-Acesso a Serra Talhada. Ext: 2,1 Km. Valor: Cr\$ 1.000.000.000,00 (HUM BILHÃO DE CRUZEIROS)

FONTE DE RECURSOS

Deduz-se o valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (HUM BILHÃO DE CRUZEIROS) do sub-projeto "Restauração de Rodovias BR-232-PE-Recife-Parnamirim". Cod: 16.088.0539.1205.0050

JUSTIFICATIVA

A intersecção do acesso a Serra Talhada com a BR-232/PE, face as péssimas condições atuais é ponto crítico, provocando muitas perdas de vida, a obra está em execução com recursos do OGU/92 necessitando de implementação para prosseguimento dos trabalhos.

Mensagem: 118/92	
53-00006-4	
PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PLN-53/92	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO INOCENCIO OLIVEIRA	PE	PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTO

Inclua-se

16.088.0539.1205 XXXX Restauração de Rodovias/Restauração da BR-232-PE Trecho Recife/Parnamirim (Sub-trecho Serra Talhada/Bom Nome). Ext: 41,70 Km Valor: Cr\$ 4.000.0000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros)

FONTE DE RECURSOS

Deduz-se o valor de Cr\$ 4.000.000.000,00 (QUATRO BILHÕES DE CRUZEIROS) do Sub-projeto " Restauração de Rodovia BR-232-PE-Recife-Parnamirim".

JUSTIFICATIVA

A precária situação da BR-232/PE Sub-trecho Serra Talhada-Bom Nome, torna necessário investimentos para concluir os trabalhos, ora em andamento, com recursos do orçamento/92, salientando que esta rodovia é o principal eixo de transporte do estado de Pernambuco.

Projeto 118/92

53-00007-2

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR SENADOR LAVOISIER MAIA

UF RN

PARTIDO PDT

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

TEXTOInclusão-se

16.088.0539.1205 XXXX - Restauração de Rodovia/Restauração BR-101-RN-Trecho Natal-Div. RN/PB (Sub-trecho Natal-Eduardo Gomes)

Ext: 14,50 Km

Valor: Cr\$ 4.165.875.000,00 (QUATRO BILHÕES, CENTO E SESENTA E CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL CRUZEIROS)

FONTE DE RECURSOS

- A) Deduzir o valor de Cr\$ 1.165.875.000,00 (UM BILHÃO, CENTO E SESENTA E CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E CINCO MIL CRUZEIROS). 16.088.0539.1205.0019.
- B) Deduzir o valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (TRES BILHÕES DE CRUZEIROS) do projeto BR-316/PA-Belém-Div. PA/MA (Km 71,3 Km 227,5) 16.088.0539.1205.0477

JUSTIFICATIVA

O Trecho tem elevado fluxo de veículos, necessitando da continuidade da restauração da pista existente e da construção da 2ª pista.

O projeto está em andamento porém sem os recursos necessários para consequente continuidade.

Projeto 118/92

53-00008-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO BASÍLIO VILLANI

UF PR

PARTIDO PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MANTENHA-SE NO PLN 53/92, PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNTER, ANEXO I, O SUBPROJETO DE RESTAURAÇÃO DA RODOVIA BR 369/PR - DIVISA SP/PR - CASCAVEL (KM 0 AO 65) - 16.088.0539.1205.0460 - NO VALOR DE Cr\$ 12.816.666.000,00.

JUSTIFICATIVA

O CRÉDITO ORA PROPOSTO, VISA DAR CONTINUIDADE A RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO DO TRECHO QUE VAI DE KM 0 AO 65, COM EXTENSÃO DE 65 KM, DA BR 369/PR, DIVISA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E PARANÁ.

DEVIDO AO INTENSO USO DA RODOVIA POR VEÍCULOS PESADOS, COM TRÁFEGO DE 15 MIL VEÍCULOS POR DIA, FAZ-SE NECESSÁRIO A CONCLUSÃO DA OBRA.

Projeto 118/92

53-00009-9

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO BASÍLIO VILLANI

UF PR

PARTIDO PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

MANTENHA-SE NO PLN 53/92, PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNTER, ANEXO I, O SUBPROJETO DE RESTAURAÇÃO DA RODOVIA BR 369/PR - DIVISA SP/PR - CASCAVEL (KM 65,5 AO 135,5) - 16.088.0539.1205.0461 - NO VALOR DE Cr\$ 11.150.000.000,00.

JUSTIFICATIVA

O CRÉDITO ORA PROPOSTO, VISA DAR CONTINUIDADE A RESTAURAÇÃO DO PAVIMENTO ASFÁLTICO DO TRECHO QUE VAI DO KM 65,5 AO 135,5 (JATAIZIMMO - RIO LARANJINHA), COM EXTENSÃO DE 69,9 KM, DA BR 369/PR, DIVISA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO/PARANÁ.

DEVIDO AO INTENSO USO DA RODOVIA POR VEÍCULOS PESADOS, COM TRÁFEGO DE 15 MIL VEÍCULOS POR DIA, FAZ-SE NECESSÁRIO A CONCLUSÃO DA OBRA.

Projeto 118/92

53-00010-2

PROJETO DE LEI NÚMERO 53/92 (CN)

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO FLÁVIO DERZI

UF MS

PARTIDO PFL

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

No Projeto de Lei nº 53/92 (CN), onde se lê:

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de Pontos Críticos ... 2.951.000

Leia-se:

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de Pontos críticos ... 451.000

16.088.0539.1205.0382 - BR-158/MS - Div. GO/MS - Div MS/SP - Aparecida do Taboado - Selvíria ..... 2.500.000

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa a suplementação de recursos para garantir a restauração da Rodovia BR-158 no trecho divisa Goiás/Mato Grosso do Sul e divisa Mato Grosso do Sul/São Paulo, que representa importante via de escoamento de uma área de produção agrícola. Este trecho, em função do transporte de cargas pesadas, encontra-se em precário estado, necessitando urgentemente de recuperação.

Mensagem: 118/92

53-00011-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 53/1192

PÁGINA 02

EMENDA

AUTOR RUBERVAL PILLOTO

UF SC

PARTIDO PDS

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

**E M E N D A M O D I F I C A T I V A**

ONDE SE LÊ:

Artº 1º ..... crédito suplementar no valor de .....

LEIA-SE:

Artº 1º ..... crédito especial no valor de .....

**JUSTIFICATIVA**

- Trata-se de dotação correspondente a contrapartida de financiamento com recursos do Banco Mundial, referente ao programa "Recuperação de Rodovias Federais" que, há de continuar no próximo exercício. E que os prazos de tramitação nesta casa, de sanção da Presidência da República e sua real liberação para o investimento, demandam um tempo que poderá ultrapassar o atual exercício orçamentário.

Para que programa tão importante não sofra solução de continuidade o referido PL deverá ser modificado em seu texto.

Mensagem: 118/92

53-00013-7

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 53/92

PA 01

DE 01

EMENDA

AUTOR Senador VALMIR CAMPELO

UF DF

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no projeto 18.088.0539.1205 - Restauração de Rodovias o seguinte subprojeto.

- 16.088.0539.1205.XXXV - BR 070/DF - Trecho EPCT - DF.180
- Extensão 13 Km
- Valor 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzeiros)
- Fonte de Cancelamento
- 18.088.0539.1205.0016 - BR 101/PB - Divisa RN/PB - Divisa PB/PF
- Valor 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros)
- 16.088.0539.1205.0061 - BR 282/SC - Florianópolis - São Miguel D'Oeste
- Valor 5 000 000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros)
- 16.088.0539.1205.0476 - BR 101/SE - Divisa AL/SE - Divisa SE/BA
- Valor 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros)

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Rodovia com fluxo de tráfego pesado e intenso, pois esta Rodovia interliga diversos pontos do país.

A situação agrava-se sobremaneira pois além da interligação de Regiões tal rodovia encontra-se no perímetro urbano do Distrito Federal causando, assim, seu péssimo estado de conservação graves acidentes automobilísticos.

Mensagem: 118/92

53-00014-5

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 53/92

PA 01

DE 01

EMENDA

AUTOR SENADOR VALMIR CAMPELO

UF DF

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no projeto 16.088.0539.1205 - Restauração de Rodovias o seguinte subprojeto.

- 16.088.0539.1205.XXXX - BR 060/DF
- Trecho DF. 180 - Divisa DF/GO
- Extensão 21 Km
- Valor 7.000.000.000,00 (sete bilhões de cruzeiros)
- Fonte de Cancelamento
- 16.088.0539.1205.0334 - BR 324/BA - Divisa PI/BA - Salvador
- Valor 3.500.000.000,00 ( três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros)
- 16.088.0539.1205.0343 - BR 010/MA - Imperatriz-Estreito
- Valor 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros)

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Rodovia com intenso fluxo de tráfego leve e pesado, pois, além de interligar diversas regiões do país ao Distrito Federal, encontra-se no perímetro urbano causando, assim sua má conservação acidentes graves e fatais.

Mensagem: 118/92

53-00012-9

PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 53/92

PA 01

DE 01

EMENDA

AUTOR SENADOR VALMIR CAMPELO

UF DF

PARTIDO PTB

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no projeto 16.088.0535.1202 - Eliminação de pontos críticos o seguinte subprojeto

- 16.088.0535.1202.XYXX - Eliminação de pontos críticos no D.F.
- Valor 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros)
- Fonte de cancelamento:
- 16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de pontos críticos
- Valor. 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros).

**JUSTIFICATIVA**

O Distrito Federal é peculiar em sua malha rodoviária. A ligação entre o Plano Piloto e as Satélites é feita através de rodovias federais que, por concentrar grande fluxo de tráfego pesado estão em péssimo estado de conservação necessitando, urgentemente, de recuperação, principalmente agora após o período mais marcante das pesadas chuvas que assolaram nossa região.

Mensagem: 118/92

53-00015-3

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 53/92

PA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

Senador VALMIR CAMPELO

UF

DF

PARTIDO

DTR

TEXTO JUSTIFICACÃO

Inclua-se no projeto 16.088.0535.2419 - Manutenção da Sinalização Rodoviária o seguinte subprojeto

- 16.088.0535.2419 .XXX - Manutenção da Sinalização Rodoviária no D.F.

Valor 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros)

Fonte de Cancelamento

16.088.0535.2419.0001 - Manutenção da Sinalização Rodoviária

Valor 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros)

JUSTIFICATIVA

A sinalização rodoviária no Distrito Federal encontra-se, em quase sua totalidade, desgastada e em péssimas condições de visualização.

Esta verba seria oportuna para a manutenção das sinalizações horizontal e vertical, contribuindo, assim, para a segurança do tráfego.

Mensagem: 118/92

53-00016-1

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 53/92 - CN

PÁGINA

01 de 01

## EMENDA

AUTOR

DEPUTADO RENATO VIANNA

UF

SC

PARTIDO

PMDB

TEXTO JUSTIFICACÃO

NO CRÉDITO SUPLEMENTAR:CANCELE DA SUBATIVIDADE

16.088.0539.1205.0477

R\$ 5.000.000

BR-316/PA - BELEM - DIV. PA/MA (KM 71,3 A 227,5)

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS.

ACRESCENTE A SUBATIVIDADE

16.088.0539.1205.xxxx

R\$ 5.000.000

BR-470/SC. NAVEGANTES - DIV. SC/RS (KM 37 a KM 57)

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A BR-470/SC é importante via de ligação do Vale do Itajaí aos Portos de Itajaí e São Francisco do Sul. Sua restauração vem sendo feita através do D.N.E.R em vários trechos, exceto o que ora solicitamos a inclusão de recursos ( KM 37 a KM 57 ).

Este trecho junto a Blumenau está em estado lastimável, e é de importância capital para Santa Catarina.

A restauração do trecho em questão já está contratada, e com o recurso cuja locação solicitamos, as obras terão andamento normal.

Mensagem: 118/92

53-00017-0

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN nº 53/92

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA ADITIVA

AUTOR

Deputado RUBENS BUENO

UF

PR

PARTIDO

PSDB

TEXTO JUSTIFICACÃO

## PROJETO A SER SUPLEMENTADO

16.088.0537.1204.0328

BR-487/PR - Campo Mourão-Cruzeiro D'Oeste (km 0 a Km 34,8)

Valor: Cr\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros)

## FONTES DE CANCELAMENTO

16.088.0539.1205.0343

BR-010/MA - Imperatriz-Estrela

valor: Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros)

16.088.0539.1205.0476

BR-101/SE - Div. AL/SE - Div. SE/BA

valor: Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros)

16.088.0539.1205.0477

BR-316/PA - Belém - Div. PA/MA

valor: Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros)

## JUSTIFICAÇÃO

A BR-487/PR, no trecho Campo Mourão-Cruzeiro D'Oeste, é fundamental importância para aquela região do Estado do Paraná. A execução das obras de pavimentação e construção da referida estrada, atualmente paralisada, impõe-se com uma exigência fundamental para o desenvolvimento da região de Campo Mourão e adjacências, motivo pelo qual propomos a presente suplementação de recursos, visando recuperar o tempo perdido em função do contingenciamento dos recursos já previstos no Orçamento de 1992.

Mensagem: 118/92

53-00018-8

DISPOSITIVO EMENDADO

PLN 53/92

PÁGINA

01 DE 01

## EMENDA

AUTOR

SENADOR JOÃO RICA

UF

PR

PARTIDO

PSDB

TEXTO

Mantenha-se no PLN 53/92, Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes - DNER, Anexo I, o Subprojeto de Restauração da Rodovia BR 282-SC - Florianópolis - São Miguel do Oeste ( Km 540 ao 585 ) - 16.088.0539.1205.0061 - no valor de Cr\$ 11.081.253.000,00

JUSTIFICACÃO

O crédito ora proposto, visa dar continuidade a restauração do pavimento asfáltico do trecho que vai do Km 540 ao 585 ( Florianópolis - São Miguel D'Oeste ), com extensão de 45 Km, da BR 282-SC.

A emenda visa informar o trecho das obras a serem realizadas, que não foram especificadas no projeto.



Mensagem 116/92

53-0004-3 4

53	110/606	01	25 02
----	---------	----	-------

## EMENDA

FRANCISCO EVANGELISTA	PB	Sem partido
-----------------------	----	-------------

Suprima-se a fonte de cancelamento proposta:

No subprojeto: 16.088.0539.1205.0477

BR 426/PB - Planço - Santana dos Garrotes - Nova Olinda  
Valor: Cr\$ 2.767.200

Cancele-se a suplementação proposta ao subprojeto

16.088.0539.1205.0440

BR 471/SC - Foz - BR 282 (Km 193 a 304)  
Valor: Cr\$ 2.767.200

## JUSTIFICATIVA:

Quando apresentamos uma emenda ao Orçamento da União/92, solicitando recursos para a construção da BR 426/PB - Planço - Santana dos Garrotes - Nova Olinda, foi por entender a sua prioridade e viabilidade econômica. Esta rodovia corta os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, sendo que resta pouco mais de 100 km para que seja totalmente pavimentada nesse trecho.

No caso específico do trecho Planço - Santana dos Garrotes - Nova Olinda, com uma extensão de 39 km, vai facilitar o escoamento da produção agrícola oriunda do projeto de irrigação Gravata (em fase de conclusão), no município de Nova Olinda/PB, com área de 980 hectares irrigados, cujos canais partem de dois grandes açudes que armazenam mais de 210 milhões de metros cúbicos de água.

Vale salientar que a conclusão de um dos açudes (o Canoas), está se efetivando com recursos federais alocados no Orçamento 92, bem como na parte dos canais do projeto de irrigação Gravata.

Trata-se, portanto, de importante obra para a região e para a Paraíba, uma vez que se constituirá no maior projeto irrigado daquele Estado.

Durante o mandato de dois Governos estaduais na Paraíba, foi tentado a construção daquela estrada com recursos próprios. Cerca de 85 % das obras (pontes, bueiros e etc.), já foram concluídas, com boa parte da terraplanagem em ponto de receber a pavimentação asfáltica. O projeto técnico da BR 426/PB já foi aprovado pelo próprio DNCR, em Brasília e, os recursos alocados no Orçamento 92 para a sua execução.

Pelo exposto, solicitamos a compreensão dessa Comissão, para apreciar esta emenda, levando em conta a sua importância quando se trata de beneficiar uma área de grande produção agrícola.

Mensagem 116/92

53-00024-2

PLN 53	01	25 01
--------	----	-------

## EMENDA

Valdomiro Lima	RS	PDT
----------------	----	-----

Altere-se no programa de trabalho

Suplementação

- Inclua-se no programa

16.088.053.91205.0417 - Cr\$ 10 bilhões

BR - 116/RS - Cristiana - Caxias do Sul

(Km 153,1 a Km 179,4)

Suplementação: (Fonte de Cancelamento)

- Exclua-se do programa de trabalho.

16.088.0539.1205.0016 - Cr\$ 9 bilhões

BR 101/PB

divisa RN (PB - Div. PB/RN)

- Exclua-se do programa de trabalho

16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 1 bilhão

BR 316/PA - Belém - Div. PA/MA

Justificativa

Este projeto é prioritário para o Governo do Estado e de fundamental importância ao desenvolvimento da região.

Mensagem 116/92

53-00025-1

PLN 53	01	25 01
--------	----	-------

## EMENDA

Valdomiro Lima	RS	PDT
----------------	----	-----

Altere-se no programa de trabalho:

Suplementação

- Inclua-se no programa

16.088.0539.1205.0418 - Cr\$ 15 bilhões

BR - 116/RS - Caxias do Sul - São Marcos

(Km 112 a Km 151,9)

Suplementação: (Fonte de Cancelamento)

- Exclua-se do programa de trabalho

16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 10 bilhões

BR 316/PA - Belém - Div. PA/MA

Suplementação: (Fonte de Cancelamento)

- Exclua-se do programa de trabalho:

16.088.0539.1205.0476 - Cr\$ 5 bilhões

BR 101/SE - Div. Al/SE - Div. SE/BA

Justificativa

Este projeto é prioritário para o Governo do Estado e de fundamental importância ao desenvolvimento da região.

Mensagem: 118/92

53-00026-7

PLN 53	01 de 01
--------	----------

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
VALDOMIRO LIMA	RS	PDT
TEXTO JUSTIFICACAO		

Altera-se o programa de trabalho:

Suplementação

- Inclua-se no programa de trabalho  
16.088.0537.1204.0070 - Cr\$ 10 bilhões  
BR 285/RS - Vacaria - Bom Jesus

Suplementação: (Fonte de Cancelamento)

- Exclua-se do programa de trabalho  
16.088.0539.1205.0430 - Cr\$ 10 bilhões  
Br 116/MA - Dir. BA/MA - DIV MG/RS

Justificativa

Este projeto é prioritário para o Governo do Estado e de fundamental importância ao desenvolvimento da região.

Mensagem: 118/92

53-00027-7

PLN 53	01 de 01
--------	----------

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
VALDOMIRO LIMA	RS	PDT
TEXTO JUSTIFICACAO		

Altere-se o programa de trabalho:

Suplementação

- Inclua-se no programa de trabalho:  
16.088.0537.12040234 - Cr\$ 20 bilhões  
BR 453/S3 - Entr. RS 476 (Lagoado Grande)  
Entr. RS 020 (Tainhas) Km 42,3

Suplementação: (Fonte de Cancelamento)

- Exclua-se do programa de trabalho:  
16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 20 bilhões  
BR 316/PA - Belém - DIV PA/PA

Justificativa

Este projeto é prioritário para o Governo do Estado e de fundamental importância ao desenvolvimento da região.

Mensagem: 118/92

53-00028-5

PL 53/92 - CN	01 de 01
---------------	----------

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO ELIO DA SILVA ALBUQUERQUE	PR	PDT
TEXTO JUSTIFICACAO		

Acrescente-se à programação de trabalho do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, projeto de Lei nº 53/92, o seguinte subprojeto:

16.088.0537.1205.XXXX - Cr\$ 20 bilhões  
BR 476/PR Km 140 a Km 210 - Trecho São Mateus/União da Vitória

Fonte de Cancelamento

16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 20 bilhões  
BR 116/MA Belém D.V. PA/MA Km 71,7 a Km 227,5

JUSTIFICATIVA

A BR 476/PR foi destruída pelas enchentes ocorridas recentemente no Sul do País. Esta rodovia representa importante via de ligação do Estado do Paraná e é prioridade para o Governo do Estado do Paraná.

Mensagem: 118/92

53-00029-3

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	1 de 1

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
FELIPE NERY	MG	PDS
TEXTO JUSTIFICACAO		

Incluir no PL o seguinte sub-projeto:

16.088.0539.1205.XXXX Restauração de rodovias  
BR-101/BA - KM 767 ao KM 808

Meta: Restaurar 30 KM

Valor: Cr\$ 9.000.000.000,00

Esfera: Fiscal

Fontes de Cancelamento:

16.088.0539.1205.0337  
Valor: Cr\$ 4.000.000.000,00  
16.088.0539.1205.0016  
Valor: Cr\$ 5.000.000.000,00

Justificativa:

Trata-se de obra já financiada pelo BIRD, em andamento e sendo a catada esta emenda se evitará a sua paralisação, sendo a rodovia de alto tráfego, imprescindível para escoamento de produção por fazer a ligação Norte/Sul do país.

Mensagem 111/92  
53-00030-7

PROJETO DE LEI NÚMERO  
91 54/92

## EMENDA

Deputado RIVALDO MEDEIROS  
PB BLOCO

Incluir no PLO o subprojeto  
de restauração de rodovias  
BR-361/BA - KM 193 a 304

Meta: Restaurar 10 km

Valor: Cr\$ 9.000.000,00

Esta emenda

Fontes de cancelamento

Incluir no PLO o subprojeto

de restauração de rodovias

BR-361/BA - KM 193 a 304

Valor: Cr\$ 9.000.000,00

Justificação:

Esta emenda visa a restaurar a rodovia BR-361/BA, em andamento e em andamento, visando a melhoria da circulação de veículos e a segurança dos usuários, bem como a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

Mensagem 111/92  
53-00031-5

PROJETO DE LEI NÚMERO  
53 - de 1992-CN

## EMENDA

Deputado RIVALDO MEDEIROS  
PB BLOCO

## Texto

EXCLUI-SE do Anexo II do Projeto de Lei nº 53, de 1992-CN,  
o subprojeto 16.088.0539.1205.0350  
BR-361/PB - PATOS - ITAPORANGA,  
no valor de Cr\$ 44.800 mil;

## DOS RECURSOS

ALTERANDO-SE, no Anexo I do Projeto de Lei nº 53,  
o valor do subprojeto 16.088.0535.2419.0001

MANUTENÇÃO SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

DE: Cr\$ 1.253.170 mil PARA: Cr\$ 1.208.370 mil.

## Justificação

1 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

2 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

3 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

4 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

5 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

6 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

7 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

8 - A sinalização rodoviária é fundamental para a segurança e a fluidez do trânsito. A manutenção e a sinalização rodoviária são essenciais para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário.

Mensagem 111/92  
53-00032-3

PROJETO DE LEI NÚMERO  
53 - de 1992-CN

## EMENDA

Deputado RIVALDO MEDEIROS  
PB BLOCO

## TEXTO JUSTIFICACAO

SUPLENTE-SE, no Anexo I do Projeto de Lei nº 53, de 1992 - CN,  
o subprojeto 16.088.0539.1205.0350 - BR-361/PB - PATOS - ITAPORANGA  
COM O VALOR DE Cr\$ 1.000.000 mil;

## DOS RECURSOS

ALTERANDO-SE, no mesmo Anexo I,  
o valor do subprojeto 16.088.0535.2419.0001 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS  
PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS

DE: Cr\$ 1.000.000 mil PARA: Cr\$ 600.000 mil;

e o valor do subprojeto 16.088.0539.1205.0440 - BR-470/SC - NAVEGANTES  
- ENTR. BR-282 (KM 193 a KM 304)

DE: Cr\$ 21.765.733 mil PARA: Cr\$ 21.165.733 mil.

## Justificação

- 1 - O subprojeto que se pretende complementar consta da Lei nº 8.409, de 28 de 1992, com o valor de Cr\$ 1.844.800 mil, dos quais apenas Cr\$ 44.800 mil não foram liberados pelo Tesouro Nacional;
- 2 - O DNER licitou e contratou as obras da BR-361/PB - PATOS - ITAPORANGA, que se acha em andamento processo de execução;
- 3 - O Executivo pretendia, através do Anexo II do P.L. nº 53, cancelar o referido subprojeto, pelo saldo não descontingenciado;
- 4 - Através de outra emenda ao P.L. nº 53, propomos que a dotação fosse a constar no Anexo I do Projeto, para que se faça a suplementação da mesma, nos termos da presente proposição;
- 5 - O DNER executa as obras daquele trecho da BR em caráter emergencial, sendo os recursos liberados insuficientes para a recuperação dos 120 km entre Patos e Itaporanga;
- 6 - A BR-361/PB foi construída em 1973, e nestes dezoito (18) anos transcorridos agora e que pela primeira vez se faz sua restauração, já que aquele trecho se acha em precárias condições de conservação;
- 7 - É aquela a única rodovia federal que liga a sertão paraibano ao Estado do Ceará, servindo para o escoamento da produção de toda a região do Piauí.

Esperamos o acatamento da presente emenda pelo Ilustre Relator, pelos benefícios econômicos que a conservação da BR-361/PB trará a uma extensa região da Paraíba e do vizinho Ceará, que muito tem contribuído.

Mensagem 111/92  
53-00033-1

53-92-CN 01 DE 01

## EMENDA

Deputado DLP JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS  
MG PFL

## TEXTO

INCLUI-SE NA PROGRAMAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER, A IMPORTÂNCIA DE Cr\$ 25.000.000.000,00 VINTE E CINCO BILHÕES DE CRUZEREIROS PARA APLICAÇÃO NAS OBRAS DE CONCLUSÃO DA RESTAURAÇÃO DA RODOVIA BR-116 MG - DIV. RJ/MG - DIV. MG/BA - KM 310,0 A 378,8, A SER DEDUZIDO DOS SEGUINTE SUB-PROJETOS:

- 16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 12.000.000.000,00
- 16.088.0539.1205.0440 - Cr\$ 8.000.000.000,00
- 16.088.0539.1205.0311 - Cr\$ 5.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

A PRESENTE EMENDA VISA ASEGURAR AO SEGMENTO KM 310,0 A 378,8 DA BR-116 MG OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A CONCLUSÃO DA SUA RESTAURAÇÃO.



A BR-116/MG, NOTADAMENTE, NO SUBTRÊCHO DIAMANTINA, MANTÉM A FAIXA DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS. A CHAMADA RIO-BAHIA, É DE IMPORTÂNCIA PARA A INTERLIGAÇÃO ENTRE O SUL E O NORDESTE BRASILEIRO, AS OBRAS DA RESTAURAÇÃO ATUALMENTE EM RITMO LENTO, PORÉM SIGNIFICATIVOS PREJUÍZOS PARA A ECONOMIA REGIONAL E BRASILEIRA. O MAL ESTÁO DE CONSERVAÇÃO ATUAL VEM CONTRIBUINDO PARA UM AUMENTO CONSIDERÁVEL NO NÚMERO DE ACIDENTES, ALÉM DE FAVORECER NA ELEVAÇÃO DO CUSTO DO VEÍCULO E DO TRANSPORTE E NO NÚMERO DE VÍTIMAS.

Mensagem 118/92

53-00036-4

PLN953/92-CN	1	1
--------------	---	---

EMENDA

DEP.FED.CLOVIS ASSIS

BA PDT

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PL53/92 CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$1.500.000.000,00 PARA A RECUPERAÇÃO DO TRECHO DA RIO-BAHIA BR115 VITÓRIA DA CONQUISTA., JACUIBÁ-BA, ORA INTRANSITÁVEL.

JUSTIFICAÇÃO

Centenas de acidentes são registrados diariamente na Rio-Bahia, trecho Vitória da Conquista - Jacuíbá-BA, imensos buracos, sem acostamento e trechos de apenas uma pista, torna-se visível o desdém do Poder Público com as vidas humanas que transitam naquele trecho. Justifica-se todo empenho para recuperação da pavimentação daquele trecho.

EMENDA

DEP. CÍLIA MENDES

AC PDS

Destaque-se a programação de trabalho a cargo do DNTER seguinte supro,eto.

destinação do valor de Cr\$ 7 500 000,00 (em 1 000,00 para pavimentação na 50 Km da BR-364 AC

Fonte de cancelamento. 16.088.0537 1304 0001

Valor-Cr\$ 7 500.000,00 (em 1 000,00)

JUSTIFICAÇÃO

A BR-364/AC, rodovia de plano por acesso deste estado, por os demais da Federação, encontra-se em situação de abandono, motivo pelo qual a atual importância a ser destinada a mesma é consecutivamente a aprovação da emenda.

Mensagem 118/92

53-00037-4

PLN9.53/92 CN	1	1
---------------	---	---

EMENDA

DEP.FED.CLOVIS ASSIS

BA PDT

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL53/92/CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$1.500.000.000,00 PARA RECUPERAÇÃO DO TRECHO DA RIO-BAHIA BR116 MILAGRES-Feira de Santana -BA, total de 150Km, ora intransitável.

JUSTIFICAÇÃO

Centenas de acidente são registrados diariamente da Rio-Bahia, trecho Milagres - Feira de Santana-BA, imensos buracos, sem acostamento e trechos de apenas uma pista, torna-se visível o desdém do Poder Público com as vidas humanas que transitam naquele trecho. Justifica-se todo empenho para recuperação da pavimentação daquele trecho

EMENDA

DEP.FED.CLOVIS ASSIS

BA PDT

INCLUI-SE ONDE COUBER, NO PL53/92 CN, A IMPORTÂNCIA DE CR\$100.000.000,00 PARA CONSTRUÇÃO/RECUPERAÇÃO DO TRECHO DE 16Km DA DUPLICAÇÃO DA RIO-BAHIA BR116, QUE DIVIDE A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA EM VITÓRIA DA CONQUISTA LESTE E OESTE, NA AV.PRESIDENTE DUTRA.

JUSTIFICAÇÃO

A Cidade de Vit.da Conquista-BA, situa-se no Sudoeste da Bahia, entre Salvador-BA e Belo Horizonte-MG. A rodovia Rio-Bahia corta o coração de Vit.da Conquista-BA com 300.000 Hab, com a economia voltada para a agropecuária, com café e gado, além da agricultura de subsistência e citros, famílias inteiras veem todos os dias seus filhos padecerem no trecho Rio-Bahia que corta a Cidade. Centenas de crianças morrem anualmente quando fazem essa travessia para dirigir-se às escolas. Em 1988 o DNTER, após o fechamento do trecho Rio-Bahia/Conquista, quando a população revoltada quebrou todo o trecho da estrada da morte, o Gov.resolveu colocar alguns quebra-molas gigantes e algumas rótulas próximas aos cruzamentos, mas não resolveu, mortes ainda acontecem diariamente, pois precisa das passarelas para pedestres e duplicação da Rio-Bahia, assim como iluminação, pois o movimento é bastante perigoso principalmente na descida da Serra Peri-Peri quando quando motoristas irresponsáveis descem a toda velocidade "na banhuêla". Gostaria com o apoio dos Pares desta Casa Legislativa, construir os 16Km que irão transformar a rodovia da morte em rodovia da vida.

Mensagem 118/92

53-00038-2

53/92	01	DE 01
-------	----	-------

EMENDA

Deputado Wellington Rodrigues

MT PL

INCLUI-SE ONDE COUBER NO PROJETO 16 088 0539 1005, A DESTINAÇÃO DE CR\$ 1 000 000 000,00 DEZ BILHÕES DE CRUZEIROS PARA A RESTAURAÇÃO DA INTERLIGAÇÃO DAS BR'S 63 E 164 EM RONDONÓPOLIS - MT, A cargo do Governo do Estado de Mato Grosso

JUSTIFICAÇÃO

A interligação das BR's 63 e 164 no trecho em tela representa a única alternativa para a desobstrução do tráfego de veículos de carga, que hoje está sendo prejudicado a travessia através do Estado. Há anos prejuízos aos equipamentos, acidentes e causando graves acidentes. Muitos com vítimas fatais, sendo prejudicado o fluxo de mercadorias e a circulação do comércio, como consequência do impedimento da circulação pela interligação.

Mensagem: 118/92

53-00039-1

PROJETO DE LEI NÚMERO 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR Deputado Wellington Fagundes

UF MT

PARTIDO PFL

TEXTO JUSTIFICATIVA

## Texto

Inclua-se onde couber no PL nº 53 de 1992, a destinação de R\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais) para restauração da travessia urbana de Rondonópolis - MT, na Rodovia BR 364 Trecho Entroncamento BR-62 ao Entroncamento MT-200, numa extensão de 4,9 km, a cargo do Governo do Estado de Mato Grosso.

## Justificação

Esta essa obra de Rondonópolis sofre o tráfego da BR-364 e da BR-158, em direção ao norte do País, com intenso tráfego de caminhões pesados, o que tem ocasionado a degradação das condições de navegabilidade do trecho, sendo alvo de graves acidentes, muitos deles com vítimas fatais, justificando-se a inclusão orçamentária, sendo necessário, portanto, a alocação de recursos orçamentários.

Mensagem: 118/92

53-00040-4

PROJETO DE LEI NÚMERO 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR Deputado Wellington Fagundes

UF MT

PARTIDO PL

TEXTO JUSTIFICATIVA

## Texto

Inclua-se onde couber no Projeto 16.088.0539.1205, a destinação de R\$ 10.300.000.000,00 (dez bilhões e trezentos milhões e quinhentos mil reais) para restauração da BR-364 no trecho Entroncamento MT-010 ao Entroncamento MT-170, no Estado de Mato Grosso, a cargo do Governo do Estado.

## Justificação

O trecho em tela é submetido a forte tráfego de veículos pesados, encontrando-se em precário estado de conservação, comprometendo a segurança dos que por ali trafegam, além de causar grandes prejuízos ao escoamento da produção de soja dos municípios que mais produzem este grão no Estado de Mato Grosso.

Mensagem: 118/92

53-00041-2

PROJETO DE LEI NÚMERO PL nº 53 de 1992-CN

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR Dep. GEDDEL VIEIRA LIMA

UF BA

PARTIDO PSD

TEXTO JUSTIFICATIVA

## TEXTO

Adicione-se a rubrica 16.088.0539.1205.0334, no PL 53/92, a importância de R\$ 16.500.000.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), suplementando os recursos constantes neste projeto de lei, insuficientes para atender o andamento normal das obras de Restauração da BR-324/BA - Divisa PI/BA - Salvador (Km 0 a Km 34).

## Fonte de Cancelamento

Rubrica 16 98 1539.1205 3440

BR-470/20- AVENIDA TIS - Entr. BR 282 (Km 193 à Km 304)

Valor R\$ 16.500.000.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos milhões de cruzeiros)

## JUSTIFICATIVA

A Emenda tem como objeto garantir os recursos necessários ao cancelamento das obras de restauração da BR-304/E-1. A União, através do DITEP, tem grandes investimentos neste trecho rodoviário, que é de extrema importância para o Estado da Bahia, especialmente para Salvador, por ser a única saída rodoviária desta capital e que, em virtude das fortes chuvas, se encontra em condições muito precárias. Para a paralisação das obras acarretariam vultuosos prejuízos a nível da economia dos investimentos já realizados que ocorreria a paralisação do SUD

Mensagem: 118/92

53-00042-1

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR Deputado JOSE CARLOS ALMEIDA

UF BA

PARTIDO PFL

TEXTO JUSTIFICATIVA

Suprima-se das fontes de Cancelamento o sub-projeto "BR-116/BA- Tucano - Ibê" código 16.088.0537.1204.0409 com o valor total de R\$ 3.970.706.000,00. Em contrapartida diminuir o valor do sub-projeto "BR-316/PA - Belém - Div PA/MA (Km 71,3 a 227,5) código 16.088.0539.1205.0477 que passará a ter o valor de R\$ 19.747.579.000,00.

## JUSTIFICATIVA

Este é o único intervalo da BR-116 que ainda não foi construído. Esta obra reduzirá trajeto Nordeste-Sul em mais de 200 Km, proporcionando escoamento das safras com menores custos, economizando combustível para o país, além de desenvolver uma região de grande potencial mineral e agrícola.

Mensagem: 118/92

53-00043-9

PROJETO DE LEI NÚMERO PL 53/92

PÁGINA 01 DE 01

## EMENDA

AUTOR DEPUTADO CESAR SOUZA

UF SC

PARTIDO PFL

TEXTO JUSTIFICATIVA

## EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o sub-projeto "BR-101/SC-Biguacu-Palhoça" como segue:

Sub-projeto: BR 101/SC - Biguacu-PALHOÇA (Km 192,4 a 216,5)  
Código: 16.088.0539.1204.0246  
Valor : R\$ 15.000.000.000,00

## CANCELAMENTO

Sub-projeto: BR 116/MG-Div. BA/MG-Div MG/RJ (Km 0 a 90)  
Código: 16.088.0539.1205.0430  
Valor : R\$ 7.000.000.000,00

Sub-projeto: BR 316/PA - BELÉM - Div PA/MA (Km 71,3 a KM 227,5)  
Código: 16.088.0539.1205.0477  
Valor : R\$ 8.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

A BR-101 em território catarinense tem fluxo de tráfego intenso e pesado, pois esta rodovia tronco, assume papel importante no escoamento da

produção e na exportação para os grandes centros consumidores. O índice de acidentes é muito alto, e a conservação muito deixa a desejar. O trecho Biguaçu-Palhoça é o de maior importância da extensão catarinense e o mais perigoso em virtude do tráfego pesado e da proximidade com a Grande Florianópolis. A estrada necessita de urgente duplicação, economicamente muito importante para a região Sul e o país.

EMENDA

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO ANIBAL TEIXEIRA		MG	PTB
TEXTO JUSTIFICACAO			
EMENDA ADITIVA			
Incluir no PL 53/92 o sub-projeto "BR 381/MG- Contorno Rodoviário de Coronel Fabriciano", como segue:			
Sub-Projeto: BR 381/MG-CONTORNO RODOVIÁRIO DE CORONEL FABRICIANO			
Código: 16.088.0537.1204.0235			
Valor : CR\$ 5.000.000.000,00			
CANCELAMENTO			
Sub-Projeto: BR 116/MG - Div BA/MG - Div MG/RJ			
Código: 16.088.0539.1205.0029			
Valor : CR\$ 5.000.000.000,00			
JUSTIFICATIVA			
As obras do Contorno Rodoviário de Coronel Fabriciano na BR-381, permitirão a retirada do tráfego pesado do centro dos municípios de Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga, permitindo maior fluidez no transporte, principalmente de cargas, com consequente diminuição no custo final dos produtos siderúrgicos da USIMINAS, USIMEC e ACESITA, além das demais benesses sociais inerentes.			
As obras constam das prioridades e diretrizes do PPA e LDO.			

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA		PE	PDS
TEXTO JUSTIFICACAO			
EMENDA ADITIVA			
Inclua-se no PL 53/92 o sub-projeto "BR-135/324/PI Bertolínea-Eliseu Martins" nos seguintes termos:			
Sub-projeto: BR 135/324/PI - Bertolínea-Eliseu Martins			
Código: 16.088.0539.1205.0226			
Valor: CR\$ 15.000.000.000,00			
CANCELAMENTO			
Sub-projeto: BR 282/SC - Florianópolis - S. Miguel D'Oeste			
Código: 16.088.0539.1205.0061			
Valor: CR\$ 5.000.000.000,00			
Sub-projeto: BR 470/SC - Navegantes- Entr.-BR 282 (Km 193 a Km 304)			
Código: 16.088.0539.1205.0440			
Valor : CR\$ 10.000.000.000,00			
JUSTIFICATIVA			
O sub-projeto "BR-135/324-PI Bertolínea-Eliseu Martins" tem como objetivo permitir através da restauração do segmento que compõe a rodovia, o aumento da segurança e da capacidade de tráfego, com a consequente redução de custos operacionais.			
O sub-projeto consta da lei orçamentária de 1992, com recursos sendo aplicados e a obra em andamento. Para o exercício de 1993, um lapso na programação orçamentária apresentada pelo DNER, deixou de apropriar recursos do sub-projeto.			
Economicamente será uma perda para os cofres públicos a paralização do sub-projeto, já que, em se tratando de restauração de rodovias, e prioritário no LDO e PPA.			

EMENDA

AUTOR		UF	PARTIDO
DEPUTADO SAMIR TANNUS		MG	POC
TEXTO JUSTIFICACAO			
TEXTO			
Exclua-se dentre as fontes de cancelamento do Anexo II do PL 53/92 o subprojeto 16 088 0537 1204 0302 - BR 497/MG - Campina Verde - Honório			
polis - Iturama -, no valor de 2.549 040, diminuindo-se, proporcionalmente, o mesmo valor dos subprojetos indicados no Anexo I do PL 53/92			
JUSTIFICACAO			
Trata-se de uma estrada de vital importância para o escoamento da produção de uma das mais ricas e produtivas regiões de Minas Gerais.			
A estrada, BR 497, da malha rodoviária Nacional encontra-se em adiantado estágio de construção e, portanto, sua paralização será um retrocesso político-administrativo.			
Além do exposto, a BR 497 é a única estrada que liga o Estado de Minas Gerais ao Estado do Mato Grosso do Sul através do Porto Alencastro.			

Mensagem 118/92

53-00048-4

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
ALANO DE FREITAS	GO	PMDB

TEXTO JUSTIFICACAO  
EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, no PL 53/92, o sub-projeto "BR 060/GO - Contorno Norte de Goiânia-Ligação BR 060/GO à BR 153", o seguinte:

Sub-Projeto: BR 060/GO - CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA - Ligação BR 060 GO  
Código : 16.088.0535.1204.0206 à BR 153.  
Valor : CR\$ 10.000.000.000,00

## CANCELAMENTO

Sub-Projeto : BR-316/PA - Belém - Du. PA MA (Km 71,3 a Km 227,5)  
Código : 16.088.0535.1205.0477  
Valor : CR\$ 10.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

O município de Goiânia é cortado por duas importantes rodovias federais: a BR-153 (Liga São Paulo a Belém) e a BR-060, que liga Brasília à Cuiabá (MT) é interrompido, ao norte de Goiânia, reiniciando ao lado da cidade. Esta ligação obriga os veículos e caminhões pesados que trafegam naquela rodovia, a utilizar o sistema de vias urbanas, as quais, estão em situação precária e sem condições de comportar tal demanda. A obra "CONTORNO NORTE DE GOIÂNIA" visa interligar a BR-060 GO, opção viável para eliminar sua descortinidade. Outro fator importante desta obra é que provocará o enchugamento da malha viária do fluxo de veículos pesados, que se valem das vias urbanas como eixo de ligação entre uma parte e outra da rodovia em questão.

Mensagem 118/92

53-00048-4

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL - 53 CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Dep. GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclua-se onde couber, no PL 53-CN a importância de Cr\$ 2.000.000.000,00 ( Dois bilhões de cruzeiros ) a serem aplicados na recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais no município de Redenção-PA.

Recuperação e pavimentação de 100 Km de Estradas Vicinais no Município de Redenção, Estado do Pará.

Fonte de Cancelamento :

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de pontos críticos.

## JUSTIFICACAO :

O município de Redenção-PA, é uma região produtora de alimentos de origem vegetal e animal. Havendo necessidade urgente da recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais, danos provocados pelo intenso trânsito de veículos leves e pesados, recuperações estas fatores fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Mensagem 118/92

53-00050-1

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL - 53 CN	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Dep. GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclua-se onde couber, no PL 53-CN a importância de Cr\$ 2.000.000.000,00 ( Dois bilhões de cruzeiros ) a serem aplicados na recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais no município de Conceição do Araguaia - PA.

Recuperação e pavimentação de 100 Km de Estradas Vicinais no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

Fonte de Cancelamento :

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de pontos críticos

## JUSTIFICACAO

O município de Conceição do Araguaia - PA, é uma região agrícola e pecuária. Havendo necessidade urgente da recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais, danos provocados pelo intenso trânsito de veículos leves e pesados, recuperações estas fatores fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Mensagem 118/92

53-00051-0

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL - CN 53	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Dep. GIOVANNI QUEIROZ	PA	PDT

TEXTO JUSTIFICACAO

Inclua-se onde couber, no PL 53-CN a importância de Cr\$ 2.000.000.000,00 ( Dois bilhões de cruzeiros ) a serem aplicados na recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais no município de São Geraldo do Araguaia - PA

Recuperação e pavimentação de 100 Km de Estradas Vicinais no Município de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará.

Fonte de Cancelamento :

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de pontos críticos.

## JUSTIFICACAO :

O município de São Geraldo do Araguaia-PA, é uma região agrícola e pecuária. Havendo necessidade urgente da recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais, danos provocados pelo intenso trânsito de veículos leves e pesados, recuperações estas fatores fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Mensagem 118/92

53-00053-2

Mensagem 118/92

53-00053-2

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL - 53 CN	01 DE 01

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
53/92-CN	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Dep GIOVANNI QUEIROZ	PA	POI

Inclua-se onde couber, no PL 53-CN a importância da Cr\$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de cruzeiros) a serem aplicados na recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais no município de Xinguara-PA.

Recuperação e pavimentação de 100 Km de Estradas Vicinais no Município de Xinguara, Estado do Pará.

Fonte de Cancelamento :

16.088.0535.1202.0001 - Eliminação de pontos críticos.

JUSTIFICAÇÃO :

O município de Xinguara-PA, é uma região de produção agrícola e pecuária. Havendo necessidade urgente da recuperação e pavimentação de 100 Km de estradas vicinais, danos provocados pelo intenso trânsito de veículos leves e pesados, recuperações estas fatores fundamentais para o desenvolvimento da Região.

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES	RJ	DFL

BR-040/RJ - Divisa MG RJ-RJ  
Km 56 a 100  
OBRAS EMERGENCIAIS DE RECLPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO RODOVIÁRIA

TEXTO: Obras Emergenciais de trecho rodoviário visando melhorias nas condições de tráfego.

JUSTIFICAÇÃO: Não se trata de alocação de recursos para subprojeto novo mas de detalhamento de subtrecho, Rodovia de Integração Nacional, ligando o Rio de Janeiro a Minas Gerais, em estado precário de conservação e muito degradada após as chuvas do último verão.

Sua interrupção traria grande prejuízo às cidades marginais, como também traria grande prejuízo para o país em termos de comunicação e escoamento de produção, haja vista não se ter outra opção de tráfego  
Percentual executado: 70% (Setenta por Cento)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Consta no orçamento/92 sob o código Nº 16.088.0539 1205.0008

VALOR: Cr\$ 22.500.000.000,00 (Vinte e Dois Bilhões e Quinhentos Milhões de Cruzeiros).

FONTES DE RECURSOS 16.088.0539.1205.0440 - Cr\$ 12.500.000 000,00(Doze Bilhões e Quinhentos Milhões de Cruzeiros).

16.088.0539.1205.0477 - Cr\$ 10 000 000 000,00(Dez Bilhões de Cruzeiros).

Restauração de Rodovias

Mensagem 118/92

53-00053-4

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL/53/92	01 DE 01

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
DEPUTADO LEUR LOMANTO	BA	PFL

TEXTO:  
NÚMERO DA FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:  
16.088.0539 1205.0892  
BR-101/BA - DIV. SE/BA -DIV BA/ES (Km 195,5 A Km 210,0)  
RECURSO A INCLUIR: Cr\$ 5.500.000.000,00 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros)  
RECURSO A CANCELAR: 16.088.0539 1205.0477  
BR-316/PA - BELEM - DIV. PA/MA (km 71,3 ao 227,5)  
valor : Cr\$ 5 500 000.000,00

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de alocar recursos financeiros que permitam a continuidade das obras durante os meses de novembro e dezembro deste 1992.

A se verificar a impossibilidade desta suplementação a obra será interrompida, o que acarretará desemprego maciço na região

EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado GENEBALDO CORREIA	BA	PMDB

TEXTO

INCLUA-SE

16.088.0539.1205.XXXX - RESTAURAÇÃO DE RODOVIA BR-101/BA TRECHO: DIV. SE/BA - ESPLANDA - ENTRE RIOS  
VALOR: CR\$ 8.000.000.000,00 (OITO BILHOES DE CRUZEIROS).

FONTE DE RECURSOS:

A) DEDUZIR O VALOR DE CR\$ 4.000.000.000,00 (QUATRO BILHOES DE CRUZEIROS) DO SUBPROJETO - 16.088.0539.1205.0061.

B) DEDUZIR O VALOR DE CR\$ 4.000.000.000,00 (QUATRO BILHOES DE CRUZEIROS) DO SUBPROJETO - 16.088.0539.1205.0014

JUSTIFICATIVA:

O TRECHO TEM ELEVADO FLUXO DE VEÍCULOS, NECESSITANDO DA CONTINUIDADE DA RESTAURAÇÃO DA PISTA EXISTENTE.  
O PROJETO ESTÁ EM ANDAMENTO; PORÉM SEM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA CONSEQUENTE CONTINUIDADE.

Mensagem 110/92

53-00058-1

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

DEPUTADO	PARTE
Deputado VACANTIS ARAÚJO	PMDB

EXCLUI-SE do Anexo II (Cancelamento) do presente Projeto de Lei, o Subprojeto 16.088.0539.1205.0003 - BR-000 - SAO PAULO/BA - DISTRITO BR/PI no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 ( Dez bilhões de cruzeiros ).

FONTE DE CANCELAMENTO: 16.088.0539.1205.0061 - BR-000/CE Florianópolis - São Miguel D'Oeste no valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 ( Três bilhões de cruzeiros )

16.088.0539.1205.0000 - BR-400/CE navegantes - Entr. BR-282 ( km 193 a 324 km ) no valor de Cr\$ 7.000.000.000,00 ( Sete bilhões de cruzeiros )

## JUSTIFICATIVA

A emenda proposta é de vital importância, devido ao grande desenvolvimento não só de Our São Gonçalo das Freguesas, como também, e o principal, de ligação entre o NORTE ( GO ) com grandes centros do NORDESTE.

O Cancelamento de projeto de lei, dada a importância da obra, que acarretará danos irreversíveis ao futuro do Estado, com consequência, se estenderá a toda Região NORTE.

Mensagem 110/92

53-00057-9

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	1 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO	PARTE
DEPUTADO LUIZ SOYER	PMDB

## TEXTO

INCLUI-SE do Anexo I do Projeto de Lei Nº 51/92, o seguinte subprojeto. PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA GO-351 TRECHO GOIANÉSIA - COCALZINHO/BR-414. EXTENSÃO 30 KM VALOR Cr\$ 22.000.000.000,00

## FONTE DE RECURSOS

Nº do Subprojeto	Valor
16.088.0539.1205.0460	Cr\$ 5.000.000.000,00
16.088.0539.1205.0461	Cr\$ 5.000.000.000,00
16.088.0539.1205.0476	Cr\$ 5.000.000.000,00
16.088.0539.1205.0061	Cr\$ 7.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

Goianésia é o maior município do Vale do São Patrício e desponta como líder regional na agroindústria, direcionando sua produção para o mercado consumidor de Brasília. Atualmente, Goianésia está ligada a Brasília por asfalto através de Anápolis ou Pirenópolis numa distância de mais de 350 KM. Pela rodovia GO-251, a distância diminui para menos de 200 KM, barateando o frete e dando melhores condições de comercialização dos seus produtos alimentícios perecíveis.

Mensagem 110/92

53-00058-7

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	1 DE 1

## EMENDA

DEPUTADO	PARTE
DEPUTADO LUIZ SOYER	PMDB

## TEXTO

EXCLUI-SE do Anexo II (Cancelamento) do presente Projeto de Lei, o Subprojeto 16.088.0537.1204.0023 - URUAÇU - PADRE BERNARDO, no valor de Cr\$ 22.176.341.000,00.

FONTE DE CANCELAMENTO: Sugerimos como fonte de cancelamento, em decorrência da retirada da programação acima, a supressão parcial e proporcional dos subprojetos indicados no Anexo I do PL 53/92

## JUSTIFICATIVA

Reduziria o trecho que liga a BR153 Belém/Brasília em aproximadamente 150 KM, com isso beneficiaria o norte de Goiás

Mensagem 110/92

53-00059-5

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

DEPUTADO	PARTE
Deputado JORGE KHOURY	PFL

## TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescentar no programa de trabalho do Ministério dos Transportes e das Comunicações o seguinte subprojeto:

Bonfim	16.088.0539.1205.XXXX - BR 407 - Juazeiro/Senhor do
Valor:	Cr\$ 2.000.000.000,00
Fonte de cancelamento:	16.088.0537.1204.0156 BR 484/ES
Itarana - Paulo Afonso	
Valor:	Cr\$ 2.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico. Além de ser um importante eixo de ligação NORTE/SUL do País.

Mensagem 118/92

53-00060-7

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	BA	PFL

TEXTO JUSTIFICACAO

Acrescentar no programa de trabalho do Ministério dos Transportes e das Comunicações o seguinte subprojeto:

16.088.0539.1205.XXXX BR 110 - Jeremoabo /Cícero

Dantas

Valor: Cr\$ 2.000.000.000,00

Fonte de Cancelamento: 16.088.0537.1204.0156 BR 484/ES  
Itaruna - Paulo Afonso

Valor: Cr\$ 2.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem 118/92

53-00062-5

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	BA	PFL

TEXTO JUSTIFICACAO

Suprima-se das fontes de cancelamento o subprojeto 16.088.0539.1205.0027 BR 116/BA - Divisa PE/BA - Divisa BA/MG com o valor total de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros).

Diminua-se do subprojeto 16.088.0539.1205.0460 BR 369/PR - Divisa SP/PR - Cascavel (Km 0 a Km 65) o valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros)

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem 118/92

53-00061-7

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	BA	PFL

TEXTO JUSTIFICACAO

Suprima-se das fontes de cancelamento o subprojeto 16.088.0539.1205.0052 BR 242/BA - São Roque - Divisa BA/GO, com o valor total de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros).

Diminua-se do subprojeto 16.088.0539.1205.0477 BR 316/PA - Belém - Divisa PA/MA (Km 71,3 a Km 227,5) o valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem 118/92

53-00063-3

PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
PL 53/92	01 DE 01

## EMENDA

AUTOR	UF	PARTIDO
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	BA	PFL

TEXTO JUSTIFICACAO

Suprima-se das fontes de cancelamento o subprojeto 16.088.0539.1205.0003 BR-020/BA - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI com o valor total de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

Diminua-se do subprojeto 16.088.0539.1205.0477 BR 316/PA - Belém - Divisa PA/MA (Km 71,3 a Km 227,5) o valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros).

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem: 118/92

53-00064-1

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 53/92PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIAUF  
BAPARTIDO  
PFL

TEXTO JUSTIFICATIVO

Suprima-se das fontes de cancelamento o subprojeto 16.088.0539.1205.0022 BR 101/SE - Divisa AL/SE - Divisa SE/BA, com valor total de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

Diminua-se do subprojeto 16.088.0539.1205.0460 BR 369 / PR - Divisa SP/PR - Cascavel (Km 0 a Km 65) o valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem: 118/92

53-00065-0

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL 53/92PÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIAUF  
BAPARTIDO  
PFL

TEXTO JUSTIFICATIVO

Acrescentar no programa de trabalho do Ministério dos Transportes e das Comunicações o seguinte subprojeto:

16.088.0539.1205.XXXX BR 110 - Ribeira do Pombal / Cícero Dantas

Valor: Cr\$ 2.000.000.000,00

Fonte de Cancelamento: 16.088.0537.1204.0156 BR 484/ES

Itaruna - Paulo Afonso

Valor: Cr\$ 2.000.000.000,00

## JUSTIFICATIVA

O referido trecho é de importância fundamental para o desenvolvimento da região, uma vez que proporciona o escoamento das safras com menores custos e o seu consequente desenvolvimento econômico.

Mensagem: 118/92

53-00066-8

PROJETO DE LEI NÚMERO  
053/1992-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO OSVALDO REISUF  
TOPARTIDO  
PTR

TEXTO JUSTIFICATIVO

Reduza-se no PL 053/1992-CN, da Dotação 16.088.0537.1204.0014 - Restauração da Rodovia BR-080 - Trecho URUAÇÓ - PADRE BERNARDO - o valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

## JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente emenda é o de gerar disponibilidade orçamentária para atendimento à seguinte programação.

- 16.088.0539.1205.0331 - Restauração da BR-153/TO - DIV. GO/TO - DIV. TO/PA (Km 739 a Km 812), o valor de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

Mensagem: 118/92

53-00067-6

PROJETO DE LEI NÚMERO  
053/1992-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO OSVALDO REISUF  
TOPARTIDO  
PTR

TEXTO JUSTIFICATIVO

ACRESCENTE-SE NO PL 053/92-CN, EM SUPLEMENTAÇÃO À SUBATIVIDADE 16.088.0539.1205.0331 - Restauração da BR-153/TO - DIV GO/TO - DIV. TO/PA (Km 739 a Km 812), o VALOR DE Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa suplementar recursos para a execução das obras de restauração do trecho determinado na subatividade acima mencionada. Salientamos que os recursos originalmente propostos serão insuficientes para a execução total dos serviços. Por isso, solicitamos a suplementação, com a finalidade de não se correr o risco das obras serem iniciadas e não chegarem a ser concluídas.

Mensagem: 118/92

53-00068-4

PROJETO DE LEI NÚMERO  
53. DE 1992-CNPÁGINA  
01 DE 01

## EMENDA

AUTOR  
DEPUTADO EVALDO GONÇALVESUF  
PBPARTIDO  
PFL

TEXTO JUSTIFICATIVO

INCLUA-SE NO ANEXO I DO PLN 53, DE 1992-CN, O SEGUINTE SUBPROJETO

16.088.0539.1205.0438 - BR-104/PB - DIV. RN/PB - DIV. PB/PE  
VALOR: Cr\$3.000.000MIL



DEDUZA-SE DO ANEXO I DO PLN 53, DE 1992-CN OS SEGUINTE SUBPROJETOS  
16 088 0539 1205 0061 - BR-282/SC - FLORIANÓPOLIS - S. MIGUEL D'OCÊTE

VALOR Cr\$1 500 000MIL

16.088 0539 1205 0440 - BR-470/SC - NAGEGANTES - ENTR BR-282

VALOR Cr\$1 500 000MIL

# JUSTIFICATIVA

Pretende a presente emenda suplementar recursos do subprojeto acima identificado, constante da Lei 8 409/92, cujo objetivo é de atingir a maior importância para a economia do Estado da Paraíba. Confiante no acatamento da presente emenda pelo Ilustre Relator, pelos benefícios que a conservação da BR-116 proporcionará, esperamos merecer a compreensão e o apoio de Vossa Excelência.

## SUMÁRIO

### 1. — ATA DA 49ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1992

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO JOÃO PAULO — Projeto de lei de autoria de S. Exª, que formalizará junto à Mesa da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a quebra de sigilo de dados relativos a operações financeiras e de outras informações constantes de arquivo e instituições financeiras.

##### 1.2.2 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 127/92-CN (nº 240/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 123/91 (nº 3.278/89, na Casa de origem), que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.

— Nº 128/92-CN (nº 587/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 74/92 (nº 3.133/92, na Casa de origem), que dispõe sobre as disponibilidades financeiras ao Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.

— Nº 129/92-CN (nº 594/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 76/92 (nº 3.170/92, na Casa de origem), que concede antecipação de vencimentos e soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

— Nº 130/92-CN (nº 660/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 46/92 (nº 2.627/92, na Casa de origem), que altera composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília — DF, e dá outras providências.

— Nº 131/92-CN (nº 575/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 36/92 (nº 4.572/90, na Casa de origem), que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares.

##### 1.2.3 — Designação das Comissões Mistas e fixação de calendário para a tramitação dos vetos

##### 1.2.4 — Ofícios

— Nº 502/92, da Liderança do PMDB, referente a indicação do Deputado Marcelo Barbieri para integrar, na qualidade de efetivo, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar os modelos de forma e sistema de governo a serem utilizados no plebiscito previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

— Nº 1.454/92, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a indicação do Deputado Wilson Cunha para integrar a Comissão Especial Mista destinada a estudar o problema de Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e propor soluções.

— Nº 269/92, da Liderança do PDT, referente a indicação do Senador Darcy Ribeiro para substituir o Senador Abdias do Nascimento, na qualidade de titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na Universidade brasileira.

##### 1.2.5 — Discurso do Expediente (continuação)

DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE — Solicitando informações à Mesa, no que diz respeito a requerimento que cria CPI destinada a apurar fatos ocorridos na Casa de Detenção de São Paulo.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer de plenário favorável, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 17, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.680.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum

Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 30, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica.

**Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$612.336.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito pessoal até o limite de Cr\$396.872.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 49, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.633.849.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de

Cr\$3 679.951.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

#### 1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

### 2 — ATA DA 50ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 1992

#### 2.1 — ABERTURA

#### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ELIAS MURAD — Aumento abusivo do preço dos medicamentos.

DEPUTADO AMAURY MÜLLER — Críticas à Política Salarial do Governo Collor, geradora da atual desesperança social. Defesa do gatilho salarial.

##### 2.2.2 — Requerimentos

— Nº 130/92-CN, de urgência para o Projeto de Lei nº 40/92-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.684.000,00 para os fins que especifica, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado**.

— Nº 131/92-CN, de autoria do Deputado Adylson Motta, de inversão da Ordem do Dia. **Aprovado**.

— Nº 132/92-CN, de autoria do Senador Henrique Almeida, solicitando prorrogação de prazo por mais 120 (cento e vinte) dias, do prazo concedido a este órgão técnico. **Aprovado**.

#### 2.3 — ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências. **Aprovada**. À promulgação.

Projeto de Lei nº 17, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado**, com as Emendas nº 217 a 221, ficando a votação das demais emendas destacadas adiadas em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.680.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os

fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 30, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759 000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25 000.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$612.336.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito pessoal até o limite de Cr\$396.872.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 49, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.633.849.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00 para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada**, em virtude da falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.4 — ENCERRAMENTO

## Ata da 49ª Sessão Conjunta, em 5 de novembro de 1992

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência do Sr. Rachid Saldanha Derzi*

**ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Bello Paes – Beni Veras – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Darcy Ribeiro – Elcio Álvares – Enéas Faria – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekell Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Fogaça – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucklio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Mário Covas – Mauro Benevides – Nabor Júnior – Nelson

Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

#### RORAIMA

AVENIR ROSA  
FRANCISCO RODRIGUES  
JOAO FAGUNDES  
JULIO CABRAL  
RUBEN BENTO  
TERESA JUCA

PDC  
PTB  
PMDB  
PTR  
BLOCO  
PDS

AMAPA

AROLDO GOES  
FATIMA PELAES  
GILVAM BORGES  
LOURIVAL FREITAS  
MURILO PINHEIRO  
VALDENOR GUEDES

PDT  
BLOCO  
PMDB  
PT  
BLOCO  
PTR

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA  
FREIRE JUNIOR  
LEOMAR QUINTANILHA  
OSVALDO REIS

PMDB  
BLOCO  
PDC  
PTR

MARANHAO

PARA'

ALACID NUNES  
CARLOS KAYATH  
DOMINGOS JUVENIL  
ELIEL RODRIGUES  
HERMINIO CALVINHO  
HILARIO COIMBRA  
JOSE DIOGO  
MARIO CHERMONT  
MARIO MARTINS  
NICIAS RIBEIRO  
OSVALDO MELO  
PAULO ROCHA  
PAULO TITAN

BLOCO  
PTB  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PTB  
PDS  
PTR  
PMDB  
PMDB  
PDS  
PT  
PMDB

CESAR BANDEIRA  
CID CARVALHO  
DANIEL SILVA  
FRANCISCO COELHO  
JAYME SANTANA  
JOSE BURNETT  
JOSE REINALDO  
NAN SOUZA  
PEDRO NOVAIS  
SARNEY FILHO

BLOCO  
PMDB  
PDS  
PDC  
PSDB  
BLOCO  
BLOCO  
PST  
PDC  
BLOCO

CEARA

AECIO DE BORBA  
ARIOSTO HOLANDA  
CARLOS VIRGILIO  
EDSON SILVA  
ERNANI VIANA  
ETIVALDO NOGUEIRA

PDS  
PSB  
PDS  
PDT  
PSDB  
BLOCO

GONZAGA MOTA  
JACKSON PEREIRA  
JOSE LINHARES  
LUIZ GIRAO  
LUIZ PONTES  
MARCO PENAFORTE  
MARIA LUIZA FONTENELE  
MAURO SAMPAIO  
MORONI TORGAN  
PINHEIRO LANDIM  
SERGIO MACHADO  
UBIRATAN AGUIAR

PMDB  
PSDB  
PSDB  
PDT  
PSDB  
PSDB  
PSB  
PSDB  
PSDB  
PMDB  
PSDB  
PMDB

PIAUÍ

AMAZONAS

BETH AZIZE  
EZIO FERREIRA  
PAUDERNEY AVELINO

PDT  
BLOCO  
PDC

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO  
CARLOS CAMURCA  
EDISON FIDELIS  
MAURICIO CALIXTO  
NOBEL MOURA  
PASCOAL NOVAES  
REDITARIO CASSOL

PTB  
PTR  
PTB  
BLOCO  
PTR  
BLOCO  
PTR

ACRE

ADELAIDE NERI  
CELIA MENDES  
FRANCISCO DIOGENES  
JOAO MAIA  
JOAO TOTA  
RONIVON SANTIAGO  
ZILA BEZERRA

PMDB  
PDS  
PDS  
PTR  
PDS  
BLOCO  
PMDB

B. SA  
FELIPE MENDES  
JESUS TAJRA  
JOAO HENRIQUE  
JOSE LUIZ MAIA  
MURILO REZENDE  
MUSSA DEMES  
PAES LANDIM  
PAULO SILVA

PTR  
PDS  
BLOCO  
PMDB  
PDS  
PMDB  
BLOCO  
BLOCO  
PSDB

## RIO GRANDE DO NORTE

FERNANDO FREIRE	PDS
FLAVIO ROCHA	PL
IBERE FERREIRA	BLOCO
NEY LOPES	BLOCO

## PARAIBA

ADAUTO PEREIRA	BLOCO
EFRAIM MORAIS	BLOCO
IVAN BURITY	BLOCO
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE MARANHÃO	PMDB
VITAL DO REGO	PDT
ZUCA MOREIRA	PMDB

## PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO	PSB
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
GILSON MACHADO	BLOCO
JOAO COLACO	PTR
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE MENDONÇA BEZERRA	BLOCO
JOSE MOURA	BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
LUIZ PIAUHYLINO	PSB
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
MIGUEL ARRAES	PSB
NILSON GIBSON	PMDB
OSVALDO COELHO	BLOCO
PEDRO CORREA	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB
WILSON CAMPOS	PMDB

## ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS	BLOCO
JOSE THOMAZ NONO	PMDB
MENDONÇA NETO	PDT
ROBERTO TORRES	PTB

## SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P
PEDRO VALADARES	PSB

## BAHIA

ALCIDES MODESTO	PT
AROLDO CEDRAZ	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO
CLOVIS ASSIS	PDT
ERALDO TINOCO	BLOCO
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
GENERALDO CORREIA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB
JABES RIBEIRO	PSDB
JOAO ALMEIDA	PMDB
JOAO ALVES	PDS
JONIVAL LUCAS	PDC
JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE FALCAO	BLOCO
JOSE LOURENCO	PDS
LUIS EDUARDO	BLOCO
LUIZ MOREIRA	PTB
LUIZ VIANA NETO	S/P
NESTOR DUARTE	PMDB
PEDRO IRUJO	BLOCO
PRISCO VIANA	PDS
RIBEIRO TAVARES	PL
SERGIO BRITO	PDC
SERGIO GAUDENZI	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO
UBALDO DANTAS	PSDB
ULDURICO PINTO	PSB
WALDIR PIRES	PDT

## MINAS GERAIS

AECIO NEVES	PSDB
AGOSTINHO VALENTE	PT
ALVARO PEREIRA	PSDB
ANNIBAL TEIXEIRA	PTB
ARACELY DE PAULA	BLOCO
ARMANDO COSTA	PMDB
CAMILLO MACHADO	BLOCO
CELIO DE CASTRO	PSB
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB
ISRAEL PINHEIRO	PRS
JOAO PAULO	PT
JOSE ALDO	PRS
JOSE GERALDO	PMDB
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
MARCOS LIMA	PMDB
NILMARIO MIRANDA	PT

OSMANIO PEREIRA  
PAULO DELGADO  
PAULO HESLANDER  
PEDRO TASSIS  
SERGIO NAYA  
TILDEN SANTIAGO  
VITTORIO MEDIOLI  
WILSON CUNHA  
ZAIRE REZENDE

PSDB  
PT  
PTB  
PMDB  
PMDB  
PT  
PSDB  
PTB  
PMDB

ANDRE BENASSI  
BERETTO HADDAD  
RETO MANSUR  
CARDOSO ALVES  
CUNHA BUENO  
EDUARDO JORGE  
ERNESTO GRADELLA  
FABIO MEIRELLES  
GASTONE RIGHI  
GERALDO ALCKMIN FILHO

PSDB  
PTR  
PDT  
PTB  
PDS  
PT  
S/P  
PDS  
PTB  
PSDB

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS  
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES  
JOAO BAPTISTA MOTTA  
JONES SANIOS NEVES  
JORIO DE BARROS  
NILTON BATIANO  
RITA CAMATA  
ROBERTO VALADAO  
ROSE DE FREITAS

PDT  
PMDB  
PSDB  
PL  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PSDB

HEITOR FRANCO  
HELIO BICUDO  
JOSE GENOINO  
JOSE SERRA  
KOYU IHA  
LUIZ CARLOS SANTOS  
LUIZ GUSHIKEN  
MALULY NETTO  
MANOEL MOREIRA  
MARCELO BARBIERI  
MAURICI MARIANO  
OSWALDO STECCA

BLOCO  
PT  
PT  
PSDB  
PSDB  
PMDB  
PT  
BLOCO  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL  
ALVARO VALLE  
ARTUR DA TAVOLA  
CARLOS LUPI  
CIDINHA CAMPOS  
EDUARDO MASCARENHAS  
FLAVIO PALMIER DA VEIGA  
FRANCISCO DORNELLES  
FRANCISCO SILVA  
JANDIRA FEGHALI  
JOAO MENDES  
JOSE VICENTE BRIZOLA  
LAERTE BASTOS  
LUIZ SALOMAO  
MARINO CLINGER  
MIRO TEIXEIRA  
PAULO PORTUGAL  
PAULO RAMOS  
SANDRA CAVALCANTI  
SIDNEY DE MIGUEL  
SIMAO SESSIM  
VIVALDO BARBOSA  
VLADIMIR PALMEIRA  
WANDA REIS

PTB  
PL  
PSDB  
PDT  
PDT  
PDT  
BLOCO  
BLOCO  
PST  
PCdoB  
PTB  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
BLOCO  
PV  
BLOCO  
PDT  
PT  
S/P

PAULO NOVAES  
PEDRO PAVAO  
ROBSON TUMA  
TADASHI KURIKI  
TIDEI DE LIMA  
VADAO GOMES  
VALDEMAR COSTA  
WALTER NORY

PMDB  
PDS  
PL  
BLOCO  
PMDB  
BLOCO  
PL  
PMDB

MATO GROSSO

JOAQUIM SUCENA  
JONAS PINHEIRO  
JOSE AUGUSTO CURVO  
RODRIGUES PALMA

PTB  
BLOCO  
PL  
PTB

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO  
BENEDITO DOMINGOS  
CHICO VIGILANTE  
OSORIO ADRIANO  
PAULO OCTAVIO  
SIGMARINGA SEIXAS

PCB  
PTR  
PT  
BLOCO  
BLOCO  
PSDB

GOIAS

ALANO DE FREITAS  
ANTONIO DE JESUS

PMDB  
PMDB

SAO PAULO

ALDO REBELO

PCdoB

PDS  
BLOCO  
PMDB  
PDT  
PL  
BLOCO  
PMDB  
BLOCO



de rígida fiscalização e rigoroso tributo, como ainda arcam com a sobrecarga de todos os aumentos impostos pelo Governo. Portanto, seria estabelecer-se a justiça fiscal. O que não se arrecada é por culpa da evasão fiscal, da sonegação de grupos econômicos e de pessoas físicas que têm altíssimas rendas. Este projeto propicia ao Governo eliminar de vez a evasão fiscal e a sonegação. O Estado que se encontra em situação falimentar, ao invés de aumentar tributos, pode tornar eficaz a sua fiscalização, passando a arrecadar muito mais do que arrecada.

Assim sendo, Sr. Presidente, esta Casa, que não exercita as prerrogativas conferidas pela Constituição de 1988, com essa legislação, passará a cumprir a sua ação fiscalizadora e nenhum sigilo, evidentemente, poderá prevalecer diante do interesse público. Tratadistas da matéria, ao longo do tempo, inclusive ilustres Parlamentares como Aliomar Baleeiro, já falaram sobre a mesma. Diante desta lei estão obrigados a prestar informações as instituições financeiras, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimentos ou desenvolvimento, cooperativas de crédito, sociedades de crédito, financiamento e investimento e outras; as administradoras de cartão de crédito, de consórcio; as empresas de processamento de dados, as companhias telefônicas, as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; as sociedades de investimento e de arrendamento mercantil; as bolsas de valores, futuros, mercadorias e assemelhados; os seus associados, as companhias de seguros, de capitalização; as companhias fornecedoras de água, energia elétrica, gás e outros bens de consumo de massa; os órgãos de administração pública direta e indireta, bem como quaisquer outras pessoas naturais ou jurídicas que detenham dados que possam ser de interesse da fiscalização tributária.

A autoridade tributária, independentemente de autorização ministerial, passa a deter a prerrogativa de, no interesse público, fiscalizar pessoas físicas e jurídicas sob suspeição.

Portanto, Sr. Presidente, a lei não pode ocultar comportamentos aéticos, ilegais, nem tampouco fraudes e irregularidades, que se constatarem hoje através das CPI e das apurações da própria Polícia Federal, com as dificuldades impostas pela legislação e a falta de vontade política de fiscalizar.

Então, este projeto de lei vem conferir ao Congresso Nacional a inteireza da sua prerrogativa fiscalizadora e conceder à autoridade fiscal o exercício pleno de suas atividades.

Sr. Presidente, solicito a V. Exª que encaminhe esse projeto que ora encaminho à Mesa, da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Saldanha Derzi)** — O projeto de V. Exª, nobre Deputado, será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Sobre a Mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

**MENSAGEM Nº 127, DE 1992-CN  
(Nº 240/92, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 3.278, de 1989 (nº 123/91 no Senado Federal), que "Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes".

As disposições ora vetadas são as seguintes:

Parágrafo único do art. 4º

"Art. 4º .....

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil baixará, no prazo de noventa dias, a regulamentação desta Lei e poderá fixar as normas complementares que se fizerem necessárias à implantação do Programa."

**Razões do veto**

O parágrafo inquina-se da eiva de inconstitucionalidade, porquanto visa a introduzir em lei ordinária delegação de competência normativa ao Banco Central — matéria específica do Sistema Financeiro Nacional, por isso regulável tão-somente mediante lei complementar, de acordo com o art. 192 da Constituição Federal.

**Art. 8º**

"Art. 8º A concessão dos empréstimos de que trata esta Lei não dependerá de garantias pessoais ou reais, exceto as de seguro de crédito estipuladas pelo Banco Central do Brasil com um fundo de risco de três por cento sobre o valor dos empréstimos."

Fl. 2 da Mensagem nº 240, de 25 de junho de 1992.

**Razões do veto**

O fundamento é o mesmo do veto anterior.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 25 de junho de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

**(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**

**PL nº 3.278/89, na Câmara dos Deputados**

**PLC nº 123/91, no Senado Federal**

**Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Crédito Educativo para estudantes do curso universitário de graduação com recursos insuficientes, próprios ou familiares, para o custeio de seus estudos.

Art. 2º Poderá ser titular do benefício de que trata a presente lei o estudante comprovadamente carente e com bom desempenho acadêmico, desde que atenda à regulamentação do Programa.

§ 1º A seleção dos inscritos no benefício de que trata esta lei será feita pela direção da instituição de ensino superior, juntamente com a entidade máxima de representação estudantil da entidade.

§ 2º O financiamento dos encargos educacionais poderá variar de trinta a cento e cinquenta por cento do valor da mensalidade.

Art. 3º O Ministério da Educação fixará, num prazo de noventa dias, as diretrizes gerais do Programa e será o responsável pela sua supervisão.

Art. 4º A Caixa Econômica Federal será a executora da presente Lei, consoante regulamentação do Banco Central do Brasil, no que tange às normas operacionais e creditícias, podendo partilhar seu Programa de Crédito Educativo com outros bancos ou entidades, mediante convênio.

**Parágrafo único. O Banco Central do Brasil baixará no prazo de noventa dias, a regulamentação desta Lei e poderá fixar as normas complementares que se fizerem necessária à implantação dos Programas.**

(\*) Em destaque as partes vetadas.

**Art. 5º** Os recursos a serem alocados pela executora do Programa de bancos conveniados terão origem:

- I — no orçamento do Ministério da Educação;
- II — na destinação de parte dos depósitos compulsórios, segundo política monetária do Banco Central do Brasil;
- III — na totalidade do resultado líquido de três edições extras de loterias administradas pela Caixa Econômica Federal;
- IV — reversão dos financiamentos concedidos e outras origens.

Parágrafo único. Nos próximos dez anos, os recursos orçamentários destinados ao Programa de Crédito Educativo não poderão ser inferiores aos aplicados em 1991, corrigidos na mesma proporção do índice de crescimento de Orçamento da União.

**Art. 6º** O **caput** do art. 26 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo”

**Art. 7º** Os juros sobre o Crédito Educativo não ultrapassarão anualmente a seis por cento.

**Art. 8º** A concessão dos empréstimos de que trata esta Lei não dependerá de garantias pessoais ou reais, exceto as de seguro de crédito estipuladas pelo Banco Central do Brasil com um fundo de risco de três por cento sobre o valor dos empréstimos.

**Art. 9º** O contrato de que trata esta lei estabelecerá as condições de transferência dos recursos por parte da Caixa Econômica Federal e as garantias relativas em caso de atraso dos repasses, estando, em função deste último aspecto, as instituições de ensino impedidas de:

- I — suspender a matrícula do estudante;
- II — cobrar mensalidades do estudante, mesmo como adiantamento.

Parágrafo único. Havendo atrasos superiores a trinta dias nos repasses dos valores devidos pela Caixa Econômica Federal ou qualquer instituição conveniada, os pagamentos serão efetuados com correção nos mesmos índices cobrados dos beneficiados pelo Programa.

**Art. 10.** Enquanto não forem fixadas as novas diretrizes do Programa e regulamentada esta Lei, continuarão em vigor os critérios e resoluções já definidos pelo Poder Executivo.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12.** Revogam-se as disposições em contrário.

#### **MENSAGEM Nº 128, DE 1992-CN (nº 587/92, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 74, de 1992 (nº 3.133/92 na Câmara dos Deputados), que “altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, que “Dispõe sobre as disponibilidades financeiras

do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências”.

O dispositivo ora vetado é o art. 5º, do seguinte teor:

“Art. 5º Os membros titulares do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT, em número mínimo de três, têm legitimidade para representá-lo perante o Poder Judiciário para promover as medidas judiciais necessárias à regularidade dos procedimentos adotados em relação à garantia das receitas e do patrimônio do FAT.”

#### **Razões do veto.**

Com efeito, tal dispositivo é inconstitucional, porque, sendo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT órgão integrante da estrutura administrativa do Ministério do Trabalho e da Administração, falta-lhe personalidade jurídica própria, e a sua capacidade de estar em juízo somente pode ser exercida por intermédio da Advocacia Geral da União, tal como determina o art. 131 da Constituição Federal.

Sob outro aspecto, na medida em que o CODEFAT é integrado por nove conselheiros, o dispositivo conferiria à inexpressiva minoria de três membros poderes superior aos do próprio Plenário do colegiado, ao qual a Lei nº 7.998, de 1990, confere ampla competência de gestão.

Há, portanto, ao lado de flagrante desrespeito ao preceito constitucional, no que se refere à representação judicial da União, indiscutível contrariedade ao interesse público na determinação do artigo ora vetado de submeter o CODEFAT ao arbítrio de reduzida minoria de seus membros.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 11 de setembro de 1992. — **Fernando Collor.**

#### **(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:**

**PL Nº 3.133/92, na Câmara dos Deputados  
PLC nº 74/92, no Senado Federal**

**Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991; que “dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e dá outras providências”:**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 2º O Banco do Brasil S/A poderá utilizar os recursos originários dos depósitos especiais de que trata o art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, para conceder empréstimos:

- I — ao setor rural;
- II — ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social — Inamps, em caráter excepcional, no exercício de 1991;
- III — ao Inamps, em caráter excepcional, no exercício de 1992, desde que sejam garantidos pelo Tesouro.

(\*) Em destaque as partes vetadas.

Nacional, mediante a entrega de títulos públicos especiais de sua emissão, com registro no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia — SELIC, administrado pelo Banco Central do Brasil, com remuneração equivalente aos encargos previstos nos respectivos empréstimos e com poder liberatório e endossáveis a partir do vencimento das operações de empréstimos por eles garantidas, na hipótese de inadimplência do Inamps, ou sempre e até os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais para atender à manutenção da sua Reserva Mínima de Liquidez ou às despesas com os benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 1º O empréstimo de que trata o inciso II deste artigo não poderá exceder o valor corrente de Cr\$ 220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros), e terá prazo de vencimento até 30 de junho de 1992.

§ 2º O empréstimo de que trata o parágrafo anterior poderá ser objeto de refinanciamento, desde que oferecidas as garantias referidas no inciso III deste artigo.

§ 3º O empréstimo de que trata o inciso III deste artigo não poderá exceder ao valor corrente de Cr\$ 5.000.000.000.000,00 (cinco trilhões de cruzeiros) ou ao valor correspondente a 46% (quarenta e seis por cento) do valor da diferença entre a arrecadação estimada para o exercício de 1992, na Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, sob o título de Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial (Fonte 153) e aquela que efetivamente ocorrer durante o exercício."

Art. 2º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos da dívida pública, nos montantes e condições necessárias para dar cumprimento ao disposto no inciso III do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Lei; para entrega ao Banco do Brasil S/A como garantia de operações que venham a ser contratadas pelo Inamps, inclusive da de refinanciamento de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo observará as resoluções do Senado Federal previstas no inciso VIII do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 3º As leis orçamentárias da União consignarão no Orçamento do Inamps, à conta dos recursos de que trata o art. 195 da Constituição Federal, dotações específicas para o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes das operações de crédito de que trata a Lei nº 8.352, de 1991.

Art. 4º Fica expressamente vedada a utilização de recursos oriundos, direta ou indiretamente, do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT na realização de depósitos, empréstimos, financiamento ou refinanciamentos em favor de quaisquer pessoas jurídicas e através de instituições financeiras que, em ambos os casos, não comprovem a efetiva quitação das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PIS/PASEP.

Art. 5º Os membros titulares do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODE-

**FAT, em número mínimo de três, tem legitimidade para representá-lo perante o Poder Judiciário para promover as medidas judiciais necessárias à regularidade dos procedimentos adotados em relação à garantia das receitas e do patrimônio do FAT.**

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

## MENSAGEM Nº 129, DE 1992-CN (nº 594/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 3170, de 1992 (nº 76/92 no Senado Federal), que "Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências"

O dispositivo ora vetado é o inciso IV do art. 2º, do seguinte teor

"Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, e nos arts. 1º e 4º desta Lei, os valores dos soldos e dos vencimentos dos servidores militares e civis passam a ser, a partir de 1º de setembro de 1992

IV - os das tabelas de vencimentos constantes do Anexo XI, para os servidores Técnico-Administrativos das Instituições Federais de ensino, regidos pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, mantidas as disposições constantes do Decreto nº 94.664, de 1987 e normas complementares."

### Razões do veto

Resultante de emenda parlamentar, este inciso é de ser vetado por infringir o disposto no inciso I do art. 63 da Constituição Federal, uma vez que implica aumento da despesa prevista.

### Anexo XI

Por sua vez, gerado no inciso que acabo de impugnar, merece vetado também este anexo, em decorrência do veto anterior

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 17 de setembro de 1992.

*f. Collor -*

(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

PL nº 3.170/92, da Câmara dos Deputados  
PLC nº 76/92, do Senado Federal

Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica concedida aos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, da Administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos extintos Territórios, a partir de 1º de agosto de 1992, antecipação de reajuste de 20% sobre os vencimentos, soldos e demais retribuições, a ser compensada por ocasião da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

(\*) Em destaque as partes vetadas.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, e nos arts. 1º e 4º desta Lei, os valores dos soldos e dos vencimentos dos servidores militares e civis passam a ser, a partir de 1º de setembro de 1992:

I - os da Tabela constante do Anexo I, para os servidores militares;

II - os das Tabelas de vencimentos constantes dos Anexos II e III, para os servidores civis, exceto os contemplados no inciso seguinte;

III - os da Tabela de Vencimentos de Docentes constante do Anexo IV, para os docentes de 1º e 2º graus e de 3º grau, contemplados pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

IV - o das tabelas de vencimentos constante do Anexo XI, para os servidores Técnico-Administrativos das Instituições Federais de ensino, regidos pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, mantidas as disposições constantes do Decreto nº 94.664, de 1987 e normas complementares.

Parágrafo único. As tabelas dos Juízes do Tribunal Marítimo, dos Cargos de Natureza Especial, dos de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, dos Cargos de Direção - CD, das Instituições Federais de Ensino, das Funções Gratificadas - FG e das Gratificações de Representação pelo exercício de função no Gabinete dos Ministros Militares e do Estado-Maior das Forças Armadas passam a ser as constantes do Anexo V.

Art. 3º. A Gratificação de estímulo à Fiscalização e Arrecadação devida aos servidores das categorias funcionais de Fiscal do Trabalho e Médico do Trabalho, Engenheiro e Assistente Social, quando no efetivo exercício de suas atribuições legais (Decreto nº 55.841, de 15 de março de 1965), instituída pela Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989, será paga nos mesmos moldes da Gratificação a que se refere a Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, conforme dispuser em regulamento.

Art. 4º. Ficam incorporadas aos vencimentos dos servidores civis as seguintes vantagens:

I - gratificação de regência de classe (Decreto-lei nº 1.858, de 16 de fevereiro de 1981);

II - adiantamento pecuniário (Lei nº 7.686, de 2 de dezembro de 1988);

III - a vantagem pessoal a que se referem o § 4º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e o art. 9º da Lei nº 7.995, de 9 de janeiro de 1990;

IV - a vantagem individual a que se refere o art. 2º, § 1º, da Lei nº 7.662, de 17 de maio de 1988;

V - o adiantamento de que trata o art. 2º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

Art. 5º. As categorias funcionais de Agente de Vigilância, de Telefonista, de Motorista Oficial e as classes "C" e "D" da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, assim como a classe "B" da categoria de Agente de Serviços de Engenharia passam a integrar o Anexo X da Lei nº 7.995, de 1990.

Art. 6º. Para o posicionamento dos servidores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, ocupantes de cargos de nível médio, serão consideradas as atribuições pertinentes aos respectivos cargos e as dos especificados nos Anexos X e XI da Lei nº 7.995, de 1990.

Art. 7º. O Anexo XIX da Lei nº 7.923, de 1989 e o Anexo VIII da Lei nº 7.995, de 1990, ficam substituídos pelo Anexo IX desta Lei.

Art. 8º. O enquadramento dos servidores civis do Poder Executivo, nas tabelas de vencimentos constantes dos Anexos II e III desta Lei, obedecerá aos procedimentos de correspondência indicados nos Anexos VII e VIII.

§ 1º. A Secretaria da Administração Federal baixará as normas para enquadramento de cargos não previstos nesta Lei.

§ 2º. O ato de enquadramento somente produzirá efeitos, em cada órgão ou entidade, após a homologação pela Secretaria da Administração Federal.

Art. 9º. Caso o valor dos vencimentos decorrente do enquadramento do servidor, nos termos desta Lei, não absorva integralmente suas vantagens a que se refere o art. 4º, a diferença será paga a título de vantagem individual nominalmente identificada.

Art. 10. A gratificação de representação de gabinete dos cargos de Oficial-de-Gabinete e de Auxiliar de Gabinete passa a ser de Cr\$181.852,00 (cento e oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois cruzeiros), acrescida da gratificação a que se refere o art. 15 da Lei Delegada nº 13, de 1992.

Art. 11. Fica instituída, conforme tabela constante do Anexo X, a gratificação de exercício de cargo em confiança nos órgãos da Presidência da República, devida aos servidores militares, inacumulável com a gratificação de representação a que se refere o art. 13.

Art. 12. O servidor titular de cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou de cargo de Direção

de Instituição de Ensino - CD que optar pela remuneração do cargo efetivo não poderá receber remuneração mensal superior à maior remuneração paga a servidores, a que se referem os Anexos I e II desta Lei, não ocupante de cargo ou função de confiança.

Parágrafo único. Excluem-se do cômputo, para os fins deste artigo, as vantagens a que se referem as alíneas "a", "b" e "p", do inciso II do art. 3º da Lei nº 8.448, de 1992.

Art. 13. Pela o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a especificação da gratificação de representação da Secretaria-Geral, da Secretaria de Governo, do Gabinete Militar da Presidência da República, bem como da Vice-Presidência da República, observando, quanto à retribuição, os níveis da Tabela constante do Anexo VI.

Art. 14. Os dirigentes dos órgãos do Poder Executivo deverão destinar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de Direção e Assessoramento Superior de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos.

Art. 15. A designação para o exercício de Função Gratificada - FG recairá em servidor ocupante de cargo efetivo do quadro próprio do órgão ou entidade e, quando for o caso, em servidores das carreiras de Orçamento e de Finanças e Controle.

Art. 16. A Secretaria da Administração Federal, do Ministério do Trabalho e da Administração poderá requisitar servidores da Administração Pública direta, indireta e fundacional, para terem exercício nos Órgãos Centrais dos Sistemas de Modernização Administrativa, de Pessoal Civil da Administração Federal, de Serviços Gerais e de Administração de Recursos de Informação e Informática, observadas as normas que disciplinam a cessão de pessoal para as Secretarias da Presidência da República.

Parágrafo único. Aos servidores em exercício na Secretaria da Administração Federal, poderá ser paga a gratificação a que se refere o art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

Art. 17. O art. 1º da Lei nº 8.445, de 20 de julho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º - .....

§ 1º - .....

a) 50% (cinquenta por cento) no caso de possuir título de doutor;

b) 25% (vinte e cinco por cento) no caso de possuir título de mestre;

c) 12% (doze por cento) no caso de possuir certificado de especialização;

d) 5% (cinco por cento) no caso de possuir certificado de curso de aperfeiçoamento.

§ 2º. O vencimento do docente em regime de dedicação exclusiva será acrescido de 55% (cinquenta e cinco por cento) calculados sobre o vencimento correspondente à carga horária de 40 horas semanais.

§ 3º. Não se acumularão os acréscimos de vencimentos decorrentes de titulação.

§ 4º. O Ministério da Educação disciplinará o reconhecimento do certificado de especialização de que trata a alínea "g" do § 1º."

Art. 18. Não serão pagos cumulativamente os acréscimos de vencimentos por titulação concedidos aos docentes pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e os de mestrado ou doutorado a que se refere o art. 13, § 2º, alínea "a" da Lei nº 8.270, de 1991.

Art. 19. Os adicionais de titulação instituídos pela alínea "a" do § 2º do art. 13 da Lei nº 8.270, de 1991, ficam majorados para 25%, no caso de mestrado, e para 50%, no caso de doutorado.

Art. 20. Os percentuais da Indenização de Representação (Lei nº 8.237, de 1991, Anexo II, Tabela III, alínea "b") ficam alterados para 2% do valor do soldo, por dia, quando em viagem de representação, de instrução, de emprego operacional, ou quando às ordens de autoridade estrangeira.

Art. 21. Ficam revogados o art. 27 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, bem como a revogação da Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, constante do art. 38 da Lei nº 8.216, de 1991, e restaurados a carreira e os cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, nos termos da Lei nº 7.834, de 1989.

Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão de auxílio alimentação a servidores civis dos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional sujeitos à jornada de trabalho de quarenta horas semanais, observados os seguintes procedimentos e critérios:

I - alternativamente, a concessão de tíquetes ou a contratação de serviços de terceiros;

II - reembolso de parcela do custo do benefício pelo servidor, em índice proporcional à sua remuneração;

III - inacumulabilidade do benefício alimentação com outros de espécie semelhante, tais como auxílio cesta-básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio-alimentação;

IV - diferenciação do valor do benefício em razão do efetivo custo de refeições nas diferentes localidades.

Parágrafo único. O auxílio alimentação não será, em hipótese alguma:

a) pago em dinheiro;

b) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

Art. 23. O Poder Executivo dará prioridade, dentre os programas de trabalho a cargo do Ministério do Trabalho e da Administração, ao Programa Nacional de Treinamento, Qualificação e Desenvolvimento do Servidor Público, para implantação do qual serão destinados, a partir do exercício de 1993, nos termos da Lei Orçamentária, recursos específicos correspondentes a 1% do valor da folha de pagamento.

Art. 24. O desenvolvimento do servidor civil no serviço público federal dar-se-á nos termos do regulamento para promoções a ser proposto pelo Poder Executivo, que considerará requisitos de avaliação ou desempenho e de interstício, dependendo a promoção da existência de vaga.

Art. 25. No Anexo II da Lei nº 8.237, de 1991, fica modificado o título da Tabela V - Gratificação de Localidade Especial para Tabela V - Indenização de Localidade Especial e, no último item da Tabela VI - Adicional de Inatividade, ficam

substituídas as expressões "Reserva Remunerada" por "Inatividade Remunerada".

Art. 26. O art. 73 da Lei nº 8.237, de 30 de setembro de 1991, e o art. 6º da Lei nº 8.448, de 21 de julho de 1992, passam a vigorar acrescidos do seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo as praças prestadoras de serviço militar inicial e as praças especiais, exceto o Guarda-Marinha e o Aspirante-a-Oficial."

Art. 27. Para a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores militares, prevista no inciso I, do art. 3º, da Lei nº 8.448, de 1992, não será considerado o valor do soldo pago às praças prestadoras de serviço militar inicial e às praças especiais.

Art. 28. Ficam extintas, a partir de 1º de setembro de 1992:

I - Gratificação de Produtividade a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989;

II - Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional a que se refere o art. 3º da Lei nº 7.923, de 1989;

III - Gratificação de Desempenho de Atividade Rodoviária a que se refere o art. 5º da Lei nº 7.995, de 9 de janeiro de 1990.

Art. 29. Os aposentados terão seus proventos revistos para inclusão nos direitos e vantagens ora concedidos aos servidores em atividade, observados os mesmos requisitos exigidos para o posicionamento nas Classes e Padrões dos servidores ativos.

Parágrafo único. Serão igualmente revistos os valores das pensões para aplicação dos benefícios decorrentes desta Lei.

Art. 30. Observado o disposto no art. 1º, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1992.

Art. 31. Revogam-se o art. 5º e a alínea "b" do § 2º do art. 13 da Lei nº 8.270, de 1991, o inciso VIII do § 3º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 1989, e demais disposições em contrário.

ANEXO I DA LEI Nº , DE DE DE 1992

TABELA DE SOLDOS

NÍVEIS	HIERARQUIZAÇÃO	POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR
SUPERIOR	CÍRCULO DE OFICIAIS-GERAIS	ALMIRANTE-DE-ESQUADRA, GENERAL-DE-EXÉRCITO E TENENTE-BRIGADEIRO	4 713 330,00
		VICE-ALMIRANTE, GENERAL-DE-DIVISÃO E MAJOR-BRIGADEIRO	4 406 970,00
		CONTRA-ALMIRANTE, GENERAL-DE-BRIGADA E BRIGADEIRO	4 114 740,00
	CÍRCULO DE OF SUPERIORES	CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA E CORONEL	3 610 440,00
		CAPITÃO-DE-FRAGATA E TENENTE-CORONEL	3 393 600,00
	CÍRCULO DE OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	CAPITÃO-DE-CORVETA E MAJOR	3 192 660,00
		CAPITÃO-TENENTE E CAPITÃO	2 817 430,00
	CÍRCULO DE OFICIAIS SUBALTERNOS	PRIMEIRO-TENENTE	2 521 550,00
		SEGUNDO-TENENTE	2 304 840,00
	ALUNOS	GUARDA-MARINHA E ASPIRANTE-A-OFFICIAL	138 840,00
ASPIRANTE E CADETE (ÚLTIMO ANO)		494 310,00	
ASPIRANTE E CADETE DEMAIS ANOS, ALUNOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA, E ALUNO DE ORGÃO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA		457 200,00	
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (ÚLTIMO ANO)		428 940,00	
ALUNO DO COLÉGIO NAVAL E DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES (DEMAIS ANOS)		386 520,00	
MÉDIO	CÍRCULO DE SUBOFICIAIS, SUBTENENTES E SARGENTOS	SUBOFICIAL E SUBTENENTE	2 521 550,00
		PRIMEIRO-SARGENTO	1 366 480,00
		SEGUNDO-SARGENTO	1 240 150,00
	ALUNOS	TAIFEIRO-SARGENTO	1 370 310,00
		ALUNO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS	386 520,00
AUXILIAR	CÍRCULO DE CABOS	CABO (ENGAJADO) E TAIFEIRO-MOR	427 400,00
		CABO (NÃO ENGAJADO)	370 520,00
	CÍRCULO DE SUBOFICIAIS, SUBTENENTES E SARGENTOS	TAIFEIRO-DE-PRIMEIRA-CLASSE	306 140,00
		TAIFEIRO-DE-SEGUNDA-CLASSE	290 140,00
		MARINHEIRO, SOLDADO DE PRIMEIRO NAVAL, SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 1ª CLASSE (ESPECIALIZADOS, CURSADOS E ENGAJADOS)	264 330,00
		SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 1ª CLASSE E SOLDADO PARA-MEDISTA (ENGAJADO)	633 330,00
		MARINHEIRO, SOLDADO FUZELEIRO, NAVAL E SOLDADO DE 1ª CLASSE (NÃO ESPECIALIZADOS), SOLDADO DO EXÉRCITO (ESPECIALIZADO E ENGAJADO) E SOLDADO-CLARIM OU CORNETEIRO DE 2ª CLASSE	574 040,00
		SOLDADO DO EXÉRCITO E SOLDADO DE 2ª CLASSE (ENGAJADOS E NÃO ESPECIALIZADOS)	396 520,00
		MARINHEIRO-RECRUTA, RECRUTA, SOLDADO-RECRUTA	177 070,00
		GRUMETE	126 500,00
ALUNOS	APRENDIZ-MARINHEIRO E ALUNOS DE ORGÃO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA RESERVA	117 770,00	

ANEXO II DA LEI Nº DE DE DE 1992  
Tabela de vencimentos aplicáveis aos servidores das Carreiras de Diplomata, Auditoria do Tesouro Nacional, Polícia Federal, Polícia Civil do DF e dos Policiais Civis dos Estados, Territórios Federais, Orçamento e Finanças e Controle, Procuradoria da Fazenda Nacional, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e dos servidores da SAE, CNPQ, FCBIA, CNEN, SUSEP, CVM, FIOCRUZ e IPEA

NÍVEIS	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	
			40 HORAS	30 HORAS
SUPERIOR	A	III	4 713 330,00	3 534 997,58
		II	4 406 970,00	3 306 227,50
		I	4 114 740,00	3 066 055,00
		VI	3 610 440,00	2 707 830,00
		V	3 393 600,00	2 544 775,58
	B	IV	3 293 604,11	2 470 203,08
		III	3 197 066,32	2 397 814,74
		II	3 103 396,22	2 327 547,16
		I	3 012 454,80	2 259 341,10
		VI	2 924 174,56	2 193 130,92
INTERMEDIÁRIO	C	V	2 838 484,40	2 128 853,30
		IV	2 755 304,83	2 068 478,62
		III	2 674 561,87	2 005 921,41
		II	2 596 185,53	1 947 139,15
		I	2 520 105,74	1 890 079,31
	D	V	2 446 254,91	1 834 691,19
		IV	2 374 568,92	1 780 528,89
		III	2 304 983,26	1 728 737,45
		II	2 237 438,25	1 678 078,86
		I	2 171 870,07	1 628 902,55
AUXILIAR	A	III	2 765 520,00	2 074 140,00
		II	2 647 620,52	1 986 715,39
		I	2 534 747,32	1 901 060,49
		VI	2 436 686,12	1 820 014,59
		V	2 323 231,79	1 742 423,84
	B	IV	2 224 187,90	1 688 140,83
		III	2 129 356,46	1 597 024,85
		II	2 038 587,43	1 528 940,57
		I	1 951 678,50	1 463 758,88
		VI	1 858 474,65	1 401 355,99
SUPERIOR	C	V	1 788 817,96	1 341 813,47
		IV	1 712 557,18	1 284 417,68
		III	1 638 547,54	1 229 660,66
		II	1 569 650,45	1 177 237,84
		I	1 502 733,20	1 127 049,90
	D	V	1 438 668,77	1 079 001,58
		IV	1 377 335,53	1 033 001,65
		III	1 318 617,05	988 962,79
		II	1 262 401,85	948 801,39
		I	1 206 583,20	906 437,40
AUXILIAR	A	III	1 616 542,50	1 212 631,58
		II	1 537 037,98	1 152 778,49
		I	1 461 172,47	1 095 879,35
		VI	1 389 051,55	1 041 788,56
		V	1 320 490,40	990 387,80
	B	IV	1 258 313,29	941 484,97
		III	1 193 353,21	895 014,91
		II	1 134 451,38	850 838,54
		I	1 078 456,84	808 842,83
		VI	1 025 226,11	768 919,58
AUXILIAR	C	V	974 622,74	730 967,06
		IV	926 517,06	694 867,80
		III	880 765,79	660 589,34
		II	837 911,75	627 963,81
		I	795 983,51	596 967,83
	D	V	758 695,14	567 821,36
		IV	719 345,99	539 509,49
		III	683 840,33	512 880,25
		II	650 087,16	487 566,37
		I	618 000,00	463 500,00

ANEXO III DA LEI Nº DE DE DE 1992  
Tabela de vencimentos aplicáveis aos Cargos do Sistema de Classificação de Cargos instituídos pelas Leis nºs 5.645/70 e 6.550/78, dos servidores técnicos-administrativos das Instituições Federais de ensino conforme Art. 3º e seguintes da Lei nº 7.598/87, dos servidores do IBAMA, EMBRATUR, INCRA, CFIAR, IBPC, IBAC, FBN, FCRB, FCP, LBA, FUNAI, FUNAG, FUNDAJ, FAE, IBGE, ENAP, FUNDECENTRO, FNS, ROQUETTE PINTO, FNDCE, SUDAM, SUFRAMA, SUDENE, CEPLAC, CAPES e TABELAS DE ESPECIALISTAS

NÍVEIS	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	
			40 HORAS	30 HORAS
SUPERIOR	A	III	4 283 128,78	3 197 348,57
		II	4 019 731,91	3 014 798,93
		I	3 784 909,20	2 838 581,90
		VI	3 221 833,59	2 416 375,19
		V	3 007 492,19	2 255 819,14
	B	IV	2 899 751,78	2 174 813,84
		III	2 796 871,07	2 096 903,30
		II	2 696 711,78	2 021 783,83
		I	2 599 140,59	1 949 355,44
		VI	2 506 028,96	1 879 521,73
AUXILIAR	C	V	2 416 252,99	1 812 189,74
		IV	2 329 683,14	1 747 269,85
		III	2 246 234,20	1 684 675,65
		II	2 165 765,11	1 624 323,83
		I	2 088 178,73	1 566 134,05
	D	V	2 013 371,81	1 510 028,86
		IV	1 941 244,78	1 455 933,58
		III	1 871 701,62	1 403 776,22
		II	1 804 649,78	1 353 487,33
		I	1 740 000,00	1 306 000,00

NÍVELS	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	
			40 HORAS	30 HORAS
INTERMEDIÁRIO	A	III	2.064.000,00	1.548.000,00
		II	1.900.069,26	1.492.544,44
		I	1.918.767,37	1.439.075,53
	B	VI	1.860.029,45	1.367.522,06
		V	1.783.753,99	1.337.815,49
		IV	1.719.862,78	1.286.889,59
	C	III	1.656.240,77	1.243.680,56
		II	1.598.835,95	1.199.126,96
		I	1.541.559,25	1.156.169,44
	D	VI	1.486.334,43	1.114.750,82
		V	1.433.087,96	1.074.815,96
		IV	1.381.749,03	1.036.311,77
	E	III	1.332.249,25	999.166,94
		II	1.284.522,75	953.392,04
		I	1.238.506,01	928.875,5
AUXILIAR	A	V	1.184.127,78	865.803,32
		IV	1.151.368,97	863.519,23
		III	1.110.112,88	832.584,51
	B	II	1.070.344,01	802.758,00
		I	1.032.000,00	774.000,00
	C	III	1.440.000,00	1.080.000,00
		II	1.372.202,74	1.029.152,05
		I	1.307.587,47	960.896,10
	D	VI	1.246.033,90	934.525,43
		V	1.187.368,84	890.526,63
		IV	1.131.465,82	848.599,36
	E	III	1.078.194,78	808.846,09
		II	1.027.431,83	770.573,87
		I	979.058,87	734.294,11
	F	VI	932.963,37	699.723,53
		V	889.036,12	666.778,59
		IV	847.180,93	635.385,70
	G	III	807.294,44	605.470,83
		II	768.285,86	578.964,39
		I	733.066,76	549.800,06
H	D	V	696.552,94	523.914,71
		IV	665.664,07	499.248,05
		III	634.323,85	475.742,74
I	E	II	604.468,79	453.344,09
		I	576.000,00	432.000,00

ANEXO V DA LEI N° DE DE DE 1992				
CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL				
DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	%	REPRESENTAÇÃO	RETRIBUIÇÃO
CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA	3.069.883,92	100	3.069.883,92	6.139.767,84
SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	3.069.883,92	100	3.069.883,92	6.139.767,84
CHEFE DE GABINETE MILITAR	3.069.883,92	100	3.069.883,92	6.139.767,84
CHEFE DO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS	3.069.883,92	100	3.069.883,92	6.139.767,84
CHEFE GAB. PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	3.069.883,92	100	3.069.883,92	6.139.767,84
SECRETÁRIOS DAS SECRETARIAS DA PR	2.908.311,08	100	2.908.311,08	5.816.622,17
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	2.746.738,25	100	2.746.738,25	5.493.476,50
SUBSECRETÁRIO-GERAL DA SECRETARIA-GERAL/PR	2.746.738,25	100	2.746.738,25	5.493.476,50
SECRETÁRIO-GERAL DO MRE	2.746.738,25	100	2.746.738,25	5.493.476,50

TRIBUNAL MARÍTIMO	
DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO
JUIZ-PRESIDENTE	3.610.440,00
JUIZ	3.437.532,12

FUNÇÕES DE CONFIANÇA				
NÍVEL	VENCIMENTO	%	REPRESENTAÇÃO	RETRIBUIÇÃO
DAS - 1	1.029.452,53	60	617.655,92	1.647.082,44
DAS - 2	1.230.162,35	70	840.071,64	2.040.173,99
DAS - 3	1.307.684,47	75	1.048.195,85	2.445.790,33
DAS - 4	1.646.647,46	80	1.317.477,96	2.964.325,42
DAS - 5	1.499.781,35	85	1.223.314,16	3.533.095,82
DAS - 6	2.210.216,71	90	1.899.897,06	4.200.893,80

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG (Lei n° 8.216/91)	
FUNÇÃO	VALOR
FG - 1	107.051,34
FG - 2	136.408,59
FG - 3	181.852,73

CARGO DE DIREÇÃO/FUNÇÃO GRATIFICADA	
RETRIBUIÇÃO (Lei n° 8.169/91)	
CODIGO	VALOR
CD - 1	4.200.893,80
CD - 2	3.921.304,64
CD - 3	3.578.812,32
CD - 4	3.360.387,12

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG (Lei n° 8.216/91)	
FUNÇÃO	VALOR
FG - 1	107.051,34
FG - 2	136.408,59
FG - 3	181.852,73
FG - 4	237.403,36
FG - 5	305.695,20
FG - 6	326.440,88
FG - 7	67.733,94
FG - 8	124.247,39
FG - 9	159.686,76

## ANEXO IV DA LEI N° DE DE DE 1992.

TABELA DO MAGISTERIO SUPERIOR - (LEI N° 7.596/87)

CLASSE	NÍVEL	20 HORAS		40 HORAS	
		GRADUADO		GRADUADO	
TITULAR	U	1.805.220,00	3.610.440,00		
ADJUNTO	4	1.444.176,00	2.888.352,00		
	3	1.375.405,71	2.750.811,42		
	2	1.309.910,20	2.619.820,40		
	1	1.247.533,52	2.495.067,04		
ASSISTENTE	4	1.134.121,38	2.268.242,76		
	3	1.080.115,60	2.160.231,20		
	2	1.028.681,52	2.057.363,04		
	1	979.681,69	1.959.363,37		
AUXILIAR	4	890.633,35	1.781.266,70		
	3	848.222,24	1.696.444,48		
	2	807.830,70	1.615.661,40		
	1	769.362,57	1.538.725,14		

TABELA DO MAGISTERIO DE 1° e 2° GRAUS - (LEI N° 7.596/87)

CLASSE	NÍVEL	20 HORAS		40 HORAS	
		GRADUADO		GRADUADO	
TITULAR	U	1.669.992,56	3.339.985,09		
E	4	1.391.660,46	2.783.320,91		
	3	1.325.390,91	2.650.781,82		
	2	1.262.277,06	2.524.554,12		
	1	1.202.168,63	2.404.337,26		
D	4	1.092.880,58	2.185.761,15		
	3	1.040.838,65	2.081.677,29		
	2	991.274,90	1.982.549,80		
	1	944.071,34	1.888.142,67		
C	4	890.633,34	1.781.266,67		
	3	848.222,23	1.696.444,45		
	2	807.830,70	1.615.661,39		
	1	769.362,57	1.538.725,14		
B	4	725.813,75	1.451.627,49		
	3	691.251,19	1.382.502,37		
	2	658.334,46	1.316.668,92		
	1	626.985,20	1.253.970,40		
A	4	591.495,47	1.182.990,94		
	3	563.329,02	1.126.658,03		
	2	536.503,82	1.073.007,64		
	1	510.956,02	1.021.912,03		

## ANEXO VI DA LEI N° DE DE DE 1992

NÍVEL	VALOR
NÍVEL I	536.232,96
NÍVEL II	643.479,50
NÍVEL III	750.726,10
NÍVEL IV	857.972,70
NÍVEL V	965.219,32

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DE DIPLOMATA			
SITUAÇÃO			
ATUAL	PROPOSTA		
CLASSE	CLASSE	PADRÃO	
3° SECRETÁRIO			II
2° SECRETÁRIO	B		III
1° SECRETÁRIO			IV
CONSELHEIRO			V
CONSELHEIRO			VI
MINISTRO DE 2ª CLASSE	A		II
MINISTRO DE 1ª CLASSE			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DE AUDITORIA DO TESOIRO NACIONAL					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
3*/I			3*/I		
3*/II		II			II
3*/III	D	III	3*/II	D	III
3*/IV		IV	3*/III		IV
2*/I		V			V
2*/II					
2*/III		II	2*/I		II
2*/IV	C	III	2*/II	C	III
2*/V		IV	2*/III		IV
2*/VI, 1*/I		V	2*/IV		V
1*/II		VI			VI
1*/III			1*/I		
1*/IV		II	1*/II		II
1*/V	B	III	1*/III e IV	B	III
1*/VI		IV			IV
E/I		V	E/I		V
E/II, III		VI	E/II, III		VI
	A	II		A	II
		III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DA POLÍCIA FEDERAL, POLÍCIA CIVIL DO DF E DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
2*/I			2*/I		
		II			II
2*/II	D	III	2*/II	D	III
2*/III		IV			IV
2*/IV		V	2*/III		V
2*/V			2*/IV		
		II	1*/I		II
1*/I	C	III		C	III
1*/II		IV			IV
1*/III		V	1*/II		V
1*/IV		VI	1*/III		VI
1*/V		II	1*/IV		II
1*/VI	B	III	E/I	B	III
E/I		IV			IV
		V	E/II		V
E/II e III		VI	E/III		VI
	A	II		A	II
		III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DE ORÇAMENTO E DE FINANÇAS E CONTROLE					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
A/I		I	A/I		I
A/II		II	A/II		II
A/III	D	III	A/III	D	III
A/IV		IV	A/IV		IV
A/V		V	A/V		V
A/VI			A/VI		
B/I		II	B/I		II
B/II	C	III	B/II	C	III
B/III		IV	B/III e B/IV		IV
B/IV, V		V	B/V		V
C/I		VI	C/I		VI

SERVIDORES DA CARREIRA DE ORÇAMENTO  
E DE FINANÇAS E CONTROLE

NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
C/II		I	C/II		I
C/III		II	C/III		II
C/IV	B	III	C/IV	B	III
C/V		IV	C/V		IV
E/I		V	E/I		V
E/II, III		VI	E/II, III		VI
	A	II		A	II
		III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL		
SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA	
CLASSE	CLASSE	PADRÃO
PROCURADOR 2ª CATEGORIA		I
		II
	B	III
PROCURADOR 1ª CATEGORIA		IV
		V
SUB PROCURADOR-GERAL		VI
	A	II
		III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL		
SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA	
CLASSE	CLASSE	PADRÃO
I		I
		II
	D	III
		IV
		V

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/REF	CLASSE	PADRÃO	CLAS/REF	CLASSE	PADRÃO
A/01		I	A/03		I
A/02		II	A/04, 05 e 06		II
A/03	D	III	A/07 e 08	D	III
A/04		IV	B/09, 10 e 11		IV
		V	B/12, 13 e 14		V
			B/15		
B/05		II	C/16		II
B/06	C	III	C/17 e 18	C	III
B/07		IV	C/19		IV
B/08		V	D/20		V
C/09, 10		VI	D/21		VI
C/11		I	D/22		I
C/12		II	D/23		II
C/13	B	III	E/24	B	III
D/14, 15		IV	E/25		IV
D/16, 17		V	E/26		V
D/18, 19		VI	E/27		VI
	A	II		A	II
		III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO	CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO	CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO
A/01		I	A/29		I	A/29		I
--		II	--		II	--		II
A/02	D	III	--	D	III	--	D	III
A/03 e 22		IV	--		IV	--		IV
A/04 e 23		V	A/35		V	A/35		V
A/05 e 24		I	A/07 e 08		I	A/07 e 08		I
A/06		II	A/09 e 10		II	A/09 e 10		II
A/07 e 26	C	III	A/11		III	A/11	C	III
A/08 e 27		IV	A/12 e 13		IV	A/12 e 13		IV
A/09		V	A/14 e 15		V	A/14 e 15		V
A/10		VI	A/16		VI	A/16		VI
A/11		I	A/17 18 e 47		I	A/17 18 e 47		I
A/12 e 30		II	A/19		II	A/19		II
A/13	B	III	A/20 e 21	B	III	A/20 e 21	B	III
A/14 e 32		IV	A/22		IV	A/22		IV
A/15		V	A/23 e 24		V	A/23 e 24		V
A/16		VI	A/25 e 26		VI	A/25 e 26		VI
		I			I			I
A		II	A		II	A		II
		III			III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DA FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO	CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO	CLAS/NIV	CLASSE	PADRÃO
A/01		I	A/01		I	A/01		I
--		II	--		II	--		II
A/02	D	III	A/02	D	III	A/02	D	III
A/03		IV	A/03		IV	A/03		IV
A/04 e B/01		V	A/04 e B/01		V	A/04 e B/01		V
A/05 e B/02		I	A/05 e B/02		I	A/05 e B/02		I
A/06 e B/03		II	A/06 e B/03		II	A/06 e B/03		II
B/04 e C/01	C	III	B/04 e C/01	C	III	B/04 e C/01	C	III
B/05 e C/02		IV	B/05 e C/02		IV	B/05 e C/02		IV
--		V	B/06 e C/03		V	B/06 e C/03		V
B/06 e C/03		VI	--		VI	--		VI
C/04 e D/01		I	C/04 e D/01		I	C/04 e D/01		I
C/05 e D/02		II	C/05 e D/02		II	C/05 e D/02		II
C/06 e D/03	B	III	C/06 e D/03	B	III	C/06 e D/03	B	III
D/04		IV	D/04		IV	D/04		IV
D/05		V	D/05		V	D/05		V
D/06		VI	D/06		VI	D/06		VI
		I			I			I
A		II	A		II	A		II
		III			III			III

ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

10

SERVIDORES DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLASSE/NÍVEL	CLASSE	PADRÃO	CLASSE/NÍVEL	CLASSE	PADRÃO	CLASSE/NÍVEL	CLASSE	PADRÃO
01/18		I	01/17		I	01/16		I
--		II	--		II	--		II
01/19 e 17	D	III	01/18	D	III	01/17 e 16	D	III
01/20 e 02/18 e 04/16		IV	01/19 e 01/18		IV	01/18 e 01/17 e 16		IV
01/21 e 02/19		V	01/20 e 01/19		V	01/19 e 01/18 e 01/17		V
01/22 e 02/20 e 24		VI	01/21 e 01/20		VI	01/20 e 01/19 e 01/18 e 01/17		VI
02/23 24 25 e 02/26 42 48	C	III	02/22 23 24 e 02/25 41 e 34/1	C	III	02/21 22 23 24 e 02/24 41 e 34/1	C	III
02/26 27 28 29 e 02/30 43 47 e 04/01 e 04/02		IV	02/25 26 27 28 e 02/29 42 e 34/2		IV	02/24 25 26 27 28 e 02/28 42 e 34/2		IV
02/31 32 33 e 02/34 49 50 51 e 04/03		V	02/30 31 32 33 e 02/34 50 51 e 04/04		V	02/29 30 31 32 33 e 02/33 49 50 51 e 04/05		V
02/35 36 37 e 02/38 52 53 e 04/06		VI	02/34 35 36 37 e 02/38 51 52 e 04/07 e 04/08		VI	02/33 34 35 36 37 e 02/37 50 51 e 04/09 e 04/10		VI
03/39 40 e 04/11 54 55 e 04/12		I	03/38 39 40 e 04/10 53 54 e 04/13		I	03/37 38 39 40 e 04/09 52 53 e 04/14		I
03/41 42 e 04/15 56 57 e 04/16		II	03/40 41 42 e 04/14 55 56 e 04/17 e 04/18		II	03/39 40 41 42 e 04/13 54 55 e 04/19		II
03/43 44 e 04/18 58 59 e 04/19		III	03/42 43 44 e 04/16 57 58 e 04/20 e 04/21		III	03/41 42 43 44 e 04/15 56 57 e 04/22 e 04/23		III
03/45 46 e 04/20 60 61 e 04/21		IV	03/44 45 46 e 04/18 59 60 e 04/24 e 04/25		IV	03/43 44 45 46 e 04/17 58 59 e 04/26 e 04/27		IV
03/47 48 e 04/22 62 63 e 04/23		V	03/46 47 48 e 04/20 61 62 e 04/28 e 04/29		V	03/45 46 47 48 e 04/19 60 61 e 04/30 e 04/31		V
03/49 50 e 04/24 64 65 e 04/25		VI	03/48 49 50 e 04/22 63 64 e 04/32 e 04/33		VI	03/47 48 49 50 e 04/21 62 63 e 04/34 e 04/35		VI
03/51 52 e 04/26 66 67 e 04/27		I	03/50 51 52 e 04/24 65 66 e 04/36 e 04/37		I	03/49 50 51 52 e 04/23 64 65 e 04/38 e 04/39		I
03/53 54 e 04/28 68 69 e 04/29		II	03/52 53 54 e 04/26 67 68 e 04/40 e 04/41		II	03/51 52 53 54 e 04/25 66 67 e 04/42 e 04/43		II
03/55 56 e 04/30 70 71 e 04/31		III	03/54 55 56 e 04/28 69 70 e 04/44 e 04/45		III	03/53 54 55 56 e 04/27 68 69 e 04/46 e 04/47		III
03/57 58 e 04/32 72 73 e 04/33		IV	03/56 57 58 e 04/30 71 72 e 04/48 e 04/49		IV	03/55 56 57 58 e 04/29 70 71 e 04/50 e 04/51		IV
03/59 60 e 04/34 74 75 e 04/35		V	03/58 59 60 e 04/32 73 74 e 04/52 e 04/53		V	03/57 58 59 60 e 04/31 72 73 e 04/54 e 04/55		V
03/61 62 e 04/36 76 77 e 04/37		VI	03/60 61 62 e 04/34 75 76 e 04/56 e 04/57		VI	03/59 60 61 62 e 04/33 74 75 e 04/58 e 04/59		VI
03/63 64 e 04/38 78 79 e 04/39		I	03/62 63 64 e 04/36 77 78 e 04/60 e 04/61		I	03/61 62 63 64 e 04/35 76 77 e 04/62 e 04/63		I
03/65 66 e 04/40 80 81 e 04/41		II	03/64 65 66 e 04/38 79 80 e 04/64 e 04/65		II	03/63 64 65 66 e 04/37 78 79 e 04/66 e 04/67		II
03/67 68 e 04/42 82 83 e 04/43		III	03/66 67 68 e 04/40 81 82 e 04/68 e 04/69		III	03/65 66 67 68 e 04/39 80 81 e 04/70 e 04/71		III
03/69 70 e 04/44 84 85 e 04/45		IV	03/68 69 70 e 04/42 83 84 e 04/72 e 04/73		IV	03/67 68 69 70 e 04/41 82 83 e 04/74 e 04/75		IV
03/71 72 e 04/46 86 87 e 04/47		V	03/70 71 72 e 04/44 85 86 e 04/76 e 04/77		V	03/69 70 71 72 e 04/43 84 85 e 04/76 e 04/77		V
03/73 74 e 04/48 88 89 e 04/49		VI	03/72 73 74 e 04/46 87 88 e 04/80 e 04/81		VI	03/71 72 73 74 e 04/45 86 87 e 04/82 e 04/83		VI
03/75 76 e 04/50 90 91 e 04/51		I	03/74 75 76 e 04/48 89 90 e 04/84 e 04/85		I	03/73 74 75 76 e 04/47 88 89 e 04/86 e 04/87		I
03/77 78 e 04/52 92 93 e 04/53		II	03/76 77 78 e 04/50 91 92 e 04/88 e 04/89		II	03/75 76 77 78 e 04/49 90 91 e 04/90 e 04/91		II
03/79 80 e 04/54 94 95 e 04/55		III	03/78 79 80 e 04/52 93 94 e 04/92 e 04/93		III	03/77 78 79 80 e 04/51 92 93 e 04/94 e 04/95		III
03/81 82 e 04/56 96 97 e 04/57		IV	03/80 81 82 e 04/54 95 96 e 04/96 e 04/97		IV	03/79 80 81 82 e 04/53 94 95 e 04/98 e 04/99		IV
03/83 84 e 04/58 98 99 e 04/59		V	03/82 83 84 e 04/56 97 98 e 04/100 e 04/101		V	03/81 82 83 84 e 04/55 96 97 e 04/102 e 04/103		V
03/85 86 e 04/60 100 101 e 04/61		VI	03/84 85 86 e 04/58 99 100 e 04/104 e 04/105		VI	03/83 84 85 86 e 04/57 98 99 e 04/106 e 04/107		VI
03/87 88 e 04/62 102 103 e 04/63		I	03/86 87 88 e 04/60 101 102 e 04/108 e 04/109		I	03/85 86 87 88 e 04/59 100 101 e 04/110 e 04/111		I
03/89 90 e 04/64 104 105 e 04/65		II	03/88 89 90 e 04/62 103 104 e 04/112 e 04/113		II	03/87 88 89 90 e 04/61 102 103 e 04/114 e 04/115		II
03/91 92 e 04/66 106 107 e 04/67		III	03/90 91 92 e 04/64 105 106 e 04/116 e 04/117		III	03/89 90 91 92 e 04/63 104 105 e 04/118 e 04/119		III
03/93 94 e 04/68 108 109 e 04/69		IV	03/92 93 94 e 04/66 107 108 e 04/120 e 04/121		IV	03/91 92 93 94 e 04/65 106 107 e 04/122 e 04/123		IV
03/95 96 e 04/70 110 111 e 04/71		V	03/94 95 96 e 04/68 109 110 e 04/124 e 04/125		V	03/93 94 95 96 e 04/67 108 109 e 04/126 e 04/127		V
03/97 98 e 04/72 112 113 e 04/73		VI	03/96 97 98 e 04/70 111 112 e 04/128 e 04/129		VI	03/95 96 97 98 e 04/69 110 111 e 04/130 e 04/131		VI
03/99 100 e 04/74 114 115 e 04/75		I	03/98 99 100 e 04/72 113 114 e 04/132 e 04/133		I	03/97 98 99 100 e 04/71 112 113 e 04/134 e 04/135		I
04/01 01 e 04/76 116 117 e 04/77		II	04/02 02 e 04/74 115 116 e 04/136 e 04/137		II	03/99 100 01 e 04/73 114 115 e 04/138 e 04/139		II
04/03 03 e 04/78 118 119 e 04/79		III	04/04 04 e 04/76 117 118 e 04/140 e 04/141		III	04/01 02 03 e 04/75 116 117 e 04/142 e 04/143		III
04/05 05 e 04/80 120 121 e 04/81		IV	04/06 06 e 04/78 119 120 e 04/144 e 04/145		IV	04/03 04 05 e 04/77 118 119 e 04/146 e 04/147		IV
04/07 07 e 04/82 122 123 e 04/83		V	04/08 08 e 04/80 121 122 e 04/148 e 04/149		V	04/05 06 07 e 04/79 120 121 e 04/150 e 04/151		V
04/09 09 e 04/84 124 125 e 04/85		VI	04/10 10 e 04/82 123 124 e 04/152 e 04/153		VI	04/07 08 09 e 04/81 122 123 e 04/154 e 04/155		VI
04/11 11 e 04/86 126 127 e 04/87		I	04/12 12 e 04/84 125 126 e 04/156 e 04/157		I	04/09 10 11 e 04/83 124 125 e 04/158 e 04/159		I
04/13 13 e 04/88 128 129 e 04/89		II	04/14 14 e 04/86 127 128 e 04/160 e 04/161		II	04/11 12 13 e 04/85 126 127 e 04/162 e 04/163		II
04/15 15 e 04/90 130 131 e 04/91		III	04/16 16 e 04/88 129 130 e 04/164 e 04/165		III	04/13 14 15 e 04/87 128 129 e 04/166 e 04/167		III
04/17 17 e 04/92 132 133 e 04/93		IV	04/18 18 e 04/90 131 132 e 04/168 e 04/169		IV	04/15 16 17 e 04/89 130 131 e 04/170 e 04/171		IV
04/19 19 e 04/94 134 135 e 04/95		V	04/20 20 e 04/92 133 134 e 04/172 e 04/173		V	04/17 18 19 e 04/91 132 133 e 04/174 e 04/175		V
04/21 21 e 04/96 136 137 e 04/97		VI	04/22 22 e 04/94 135 136 e 04/176 e 04/177		VI	04/19 20 21 e 04/93 134 135 e 04/176 e 04/177		VI
04/23 23 e 04/98 138 139 e 04/99		I	04/24 24 e 04/96 137 138 e 04/178 e 04/179		I	04/21 22 23 e 04/95 136 137 e 04/178 e 04/179		I
04/25 25 e 04/100 140 141 e 04/101		II	04/26 26 e 04/98 139 140 e 04/180 e		II	04/23 24 25 e 04/97 138 139 e 04/180 e		II



ANEXO VII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo II

SERVIDORES DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA APLICADA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
A/I			A/I			A/I		
--	II		--	II		--	II	
A/II	D	III	A/II	D	III	A/II	D	III
A/III		IV	A/III		IV	A/III		IV
--	V		--	V		--	V	
A/IV			A/IV			A/IV		
--	II		--	II		--	II	
B/I	C	III	B/I	C	III	B/I	C	III
--	IV		--	IV		--	IV	
B/II		V	B/II		V	B/II		V
B/III		VI	B/III		VI	B/III		VI
--			--			--		
B/IV			B/IV			B/IV		
E/I	B	III	E/I	B	III	E/I	B	III
--	IV		--	IV		--	IV	
E/II		V	E/II		V	E/II		V
E/III		VI	E/III		VI	E/III		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO VIII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo III

Servidores do Plano de Classificação de Cargos das Leis n°s 5 645/70 e 6 550/78								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO
01		I	12		I	03		I
02		II	13		II	04		II
03 e 04	D	III	14	D	III	05 e 06	D	III
05 e 06		IV	15 e 16		IV	07 e 08		IV
07		V	17		V	09 e 10		V
08		I	18 e 19		I	11 e 12		I
09 e 10		II	20		II	13		II
11	C	III	21 e 22	C	III	14 e 15	C	III
12 e 13		IV	23		IV	16 e 17		IV
14		V	24		V	18 e 19		V
15 e 16		VI	25 e 26		VI	20 e 21		VI
17		I	27		I	22		I
18 e 19		II	28 e 29		II	23 e 24		II
20	B	III	30	B	III	25 e 26	B	III
21 e 22		IV	31 e 32		IV	27 e 28		IV
23		V	33		V	29 e 30		V
24 e 25		VI	34 e 35		VI	31 e 32		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO VIII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo III

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CONFORME ART. 3° E SEQUENTES DA LEI N° 7 596/87								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO	REF	CLASSE	PADRÃO
01		I	01		I	01		I
02		II	02		II	02		II
03	D	III	03 e 04	D	III	03 e 04	D	III
04 e 05		IV	05		IV	05		IV
06		V	06 e 07		V	06 e 07		V
07		I	08		I	08 e 09		I
08 e 09		II	09 e 10		II	10		II
10	C	III	11	C	III	11 e 12	C	III
11 e 12		IV	12 e 13		IV	13		IV
13		V	14 e 15		V	14 e 15		V
14		VI	16		VI	16 e 17		VI
15 e 16		I	17 e 18		I	18		I
17		II	19		II	19 e 20		II
18	B	III	20 e 21	B	III	21 e 22	B	III
19 e 20		IV	22		IV	23		IV
21		V	23 e 24		V	24 e 25		V
22 e 23		VI	25 e 26		VI	26 e 27		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO VIII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo III

SERVIDORES DO IBAMA, EMBRATUR E INCRA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/REF	CLASSE	PADRÃO	CLAS/REF	CLASSE	PADRÃO	CLAS/REF	CLASSE	PADRÃO
A/01		I	A/01		I	A/01		I
--	II		A/02		II	A/02		II
A/02 e 03	D	III	A/03	D	III	A/03	D	III
A/04		IV	A/04		IV	A/04		IV
A/05		V	A/05		V	A/05 e 06		V
A/06		I	A/06		I	A/07		I
A/07 e 08		II	A/07		II	A/08 e 09		II
A/09	C	III	A/08	C	III	A/10	C	III
A/10 e B/11		IV	A/09 10		IV	B/11 e 12		IV
B/12		V	B/11		V	B/13 e 14		V
B/13 e 14		VI	B/12		VI	B/15 e 16		VI
B/15 e 16		I	B/13 e 14		I	B/17 e 18		I
B/17 e 18		II	B/15 16 e 17		II	B/19 e 20		II
B/19 e 20	B	III	B/18 e 19	B	III	C/21 e 22	B	III
C/21 22 e 23		IV	B/20 e C/21 e 22		IV	C/23 e 24		IV
C/24 25 e 26		V	C/23 24 25 e 26		V	C/25 26 e 27		V
C/27 28 29 e 30		VI	C/27 28 29 e 30		VI	C/28 29 e 30		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO VIII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo III

SERVIDORES DA CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
NÍVEL	CLASSE	PADRÃO	NÍVEL	CLASSE	PADRÃO	NÍVEL	CLASSE	PADRÃO
01		I	01		I	01		I
02		II	02		II	02		II
03 e 04	D	III	03 e 04	D	III	03 e 04	D	III
05		IV	05		IV	05		IV
06 e 07		V	06 e 07		V	06 e 07		V
08		I	08		I	08		I
09 e 10		II	09 e 10		II	09 e 10		II
11 e 12	C	III	11	C	III	11 e 12	C	III
13 e 14		IV	12, 13 e 14		IV	13 e 14		IV
15 e 16		V	15 e 16		V	15 e 16		V
17 e 18		VI	17 e 18		VI	17 e 18		VI
19 e 20		I	19 e 20		I	19 e 20		I
21 e 22		II	21 e 22		II	21 e 22		II
23 e 24	B	III	23 e 24	B	III	23 e 24	B	III
25 e 26		IV	25 e 26		IV	25 e 26		IV
27 e 28		V	27 e 28		V	27 e 28		V
29 e 30		VI	29 e 30		VI	29 e 30		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO VIII DA LEI N° DE DE DE 1992.  
Enquadramento dos servidores na tabela de vencimentos do Anexo III

SERVIDORES DAS ENTIDADES: IBPC, IBAC, FBN, FCRB, FCP, LBA, FUNAI, FUNAG, FL FAE, IBGE, ENAP, FUNDACENTRO, FNS, ROQUETTE PINTO, FNDE, SUDAM, SUFRAMA, SUL NE, CEPLAC, CAPES E TABELA DE ESPECIALISTAS.								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA		ATUAL	PROPOSTA	
CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO	CLAS/PADR	CLASSE	PADRÃO
A/I		I	A/I		I	A/I		I
--	II		--	II		--	II	
A/II	D	III	A/II	D	III	--	D	III
A/III		IV	--	IV		A/II		IV
--	V		A/III		V	--	V	
A/IV		I	A/IV		I	A/IV		I
--	II		--	II		--	II	
B/I	C	III	B/I	C	III	A/IV	C	III
--	IV		B/II		IV	--	IV	
B/II		V	--	V		--	V	
B/III		VI	B/III		VI	B/I		VI
--			--			--		
B/IV		I	B/IV		I	B/II		I
E/I	B	III	C/I	B	III	--	B	III
--	IV		--	IV		B/III		IV
E/II		V	C/II		V	--	V	
E/III		VI	C/III		VI	B/IV		VI
--			--			--		
A	II		A	II		A	II	

ANEXO IX DA LEI Nº DE DE DE 1992

## GRATIFICAÇÕES

ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURADOR AUTARQUICO, PROCURADOR, ADVOGADO E ADVOGADO DE OFÍCIO DO TRIBUNAL MARÍTIMO			QUÍMICO, FARMACÊUTICO E ENGENHEIRO AGRÔNOMO		
CLASSE	PADRÃO	40 HORAS	30 HORAS	40 HORAS	30 HORAS
A	II	2 142 198,84	1 806 648,13	1 100 816,04	825 612,03
	I	2 047 825,28	1 535 718,96	1 066 485,86	799 864,40
	I	1 957 226,88	1 467 920,16	1 033 226,32	774 919,74
B	VI	1 870 819,42	1 403 114,56	1 001 004,00	750 753,00
	V	1 785 226,28	1 341 169,71	989 778,26	727 333,70
	IV	1 711 238,05	1 283 428,54	939 525,48	704 644,11
	III	1 639 844,95	1 229 883,71	910 217,60	682 663,20
	II	1 572 768,96	1 179 576,72	886 823,28	664 967,46
C	I	1 510 901,76	1 133 176,32	854 314,99	640 736,24
	VI	1 452 679,14	1 089 509,36	827 664,86	620 748,65
	V	1 398 957,86	1 049 218,40	801 848,20	601 386,15
	IV	1 349 253,97	1 011 940,48	776 834,62	582 625,96
	III	1 317 216,72	987 812,54	752 602,01	564 451,51
D	II	1 286 996,94	965 247,71	729 125,36	546 844 02
	I	1 258 468,27	943 851 20	706 381,00	529 785,75
	V	1 220 185,33	915 139,00	684 345,79	513 259,34
	IV	1 213 344,01	910 008 01	662 999,12	497 249 34
	III	1 174 122,90	880 592,18	642 317,08	481 737,81
	II	1 164 082,62	873 061,97	622 280,14	466 710 10
	I	1 134 825,07	851 118 80	602 869,64	452 152,23

ANEXO X DA LEI Nº DE DE DE 1992

GRUPO	VALOR
A	3 557 000,00
B	3 356 000,00
C	3.166 000,00
D	2 987 000,00
E	2.818 000,00
F	2 659 000,00

## ANEXO XI-

TABELA DE VENCIMENTOS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINIS-  
TRATIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, DE QUE TRATA A  
LEI 7596/87

NÍVEL DE APOIO	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	VENCIMENTOS
1			576.000,00
2			604.800,00
3			635.040,00
4			666.792,00
5			700.131,60
6			735.138,18
7			771.895,09
8			810.489,84
9			851.014,34
10			893.565,05
11			938.243,31
12	1		985.155,47
13	2		1.034.413,24
14	3		1.086.133,91
15	4		1.140.440,60
16	5		1.197.462,63
17	6		1.257.335,76
18	7		1.320.202,55
19	8		1.386.212,68
20	9		1.455.523,31
21	10		1.528.299,48
22	11	1	1.604.714,45
23	12	2	1.684.950,18
24	13	3	1.769.197,69
25	14	4	1.857.657,57
26	15	5	1.950.540,45
27	16	6	2.048.067,47
	17	7	2.150.470,84
	18	8	2.257.994,38
	19	9	2.370.894,10
	20	10	2.489.438,91
	21	11	2.613.910,75
	22	12	2.744.606,29
	23	13	2.881.836,60
	24	14	3.025.928,43
	25	15	3.177.224,85
	26	16	3.336.086,09
		17	3.502.890,40
		18	3.678.034,92
		19	3.861.936,66
		20	4.055.033,50
		21	4.257.785,17
		22	4.470.674,43
		23	4.694.208,15

MENSAGEM Nº 130, DE 1992-CN  
(nº 660/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 46, de 1992 (nº 2.627/92 na Câmara dos Deputados), que "Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências".

O dispositivo ora vetado é o art. 6º, do seguinte teor:

"Art. 6º Ficam criados os cargos de Assessor de Juiz do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, Código TRT-DAS-102, e os cargos de Diretor de Secretaria, Código TRT-DAS-101, conforme especificados no Anexo I desta Lei.

§ 1º Os cargos de Assessor de Juiz, privativos de Bacharel em Direito, serão preenchidos mediante livre indicação dos magistrados junto aos quais forem servir.

§ 2º A classificação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior, na escala de níveis do respectivo grupo, far-se-á por deliberação do Pleno do Tribunal, observada a legislação vigente."

A criação de cargo público e a fixação ou aumento da correspondente remuneração são matérias reservadas à lei, ainda quando digam respeito aos serviços auxiliares da Justiça (art. 96, II, "a", da Constituição).

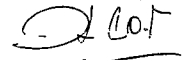
Por essa ótica, a criação de cargos dos Códigos DAS-102 ou DAS-101, sem a definição dos respectivos níveis de classificação, do que depende a fixação dos correspondentes padrões de remuneração, deixada à deliberação do Pleno do Tribunal ou do órgão especial, assim como previsto no parágrafo ora vetado, esbarra em insuperáveis óbices constitucionais.

Ademais, o citado art. 96, II, da Lei Maior é também taxativo quanto à observância do disposto no art. 169, e, nesse prisma, a fixação de vencimentos dos cargos de confiança não definida no projeto inviabiliza a constatação do cumprimento da prévia e suficiente dotação orçamentária para fazer frente à despesa com pessoal e da específica autorização da lei de diretrizes orçamentárias.

Inconstitucional, portanto, o dispositivo aqui impugnado.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de outubro de 1992.



(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PL Nº 2.627/92, na Câmara dos Deputados  
PLC Nº 46/92, no Senado Federal

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, tem sua composição aumentada para dezesseis Juizes, sendo onze Togados Vitalícios e seis Classistas Temporários, respeitada a paridade da representação.

Parágrafo único - Dos cargos de Juizes Togados Vitalícios constantes deste artigo, sete são destinados à magistratura trabalhista de carreira, dois à representação da Ordem dos Advogados do Brasil e dois à representação do Ministério Público do Trabalho.

Art. 2º - Para atender à composição a que se refere o artigo anterior, são criados os seguintes cargos e funções de Juiz: I - três cargos de Juiz Togado Vitalício, a serem providos em consonância com o art. 115 da Constituição Federal;

II - duas funções de Juiz Classista Temporário, sendo uma para representante dos empregados e uma para representante dos empregadores. Haverá um suplente para cada Juiz Classista Temporário.

Art. 3º - O provimento dos cargos e funções de Juiz previstos no artigo anterior obedecerá ao que dispõe a Constituição Federal e a legislação pertinente.

Art. 4º - Entre os Juizes Togados Vitalícios dois exercerão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, e serão eleitos na forma regimental.

Art. 5º - Além do Tribunal Pleno o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região será dividido em Turmas e terá pelo menos uma Seção Especializada, respeitada a paridade da representação classista.

§ 1º - O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre o número de Turmas e Seções Especializadas, sua competência e funcionamento, neste incluída a composição do órgão, respeitada a paridade da representação classista.

(\*) Em destaque as partes vetadas

§ 2º - Na hipótese de serem criadas mais de uma Seção Especializada, apenas para uma delas, serão distribuídos os processos de Dissídios Coletivos de natureza econômica e/ou jurídica.

§ 3º - O Juiz Presidente e o Vice-Presidente participarão dos julgamentos dos Dissídios Coletivos de natureza econômica e/ou jurídica. Presente o Juiz Presidente, a ele caberá presidir a sessão de julgamento.

§ 4º - Os Juizes da Seção ou Seções Especializadas serão substituídos, nos casos previstos em lei e no Regimento Interno, por Juizes integrantes das Turmas, observada a paridade da representação classista.

Art. 6º - Ficam criados os cargos de Assessor de Juiz do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, Código TRT-DAS-102, e os cargos de Diretor de Secretaria, Código TRT-DAS-101, conforme especificados no Anexo I desta Lei.

§ 1º - Os cargos de Assessor de Juiz, privativos de Bacharel em Direito, serão preenchidos mediante livre indicação dos magistrados junto aos quais forem servir.

§ 2º - A classificação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior, na escala de níveis do respectivo grupo, far-se-á por deliberação do Pleno do Tribunal, observada a legislação vigente.

Art. 7º - Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região os cargos de Atividade de Apoio Judiciário, conforme especificados no Anexo II desta Lei, a serem providos na forma estipulada na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais).

Art. 8º - As 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Taguatinga passam a constituir as 16ª, 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF, com jurisdição em toda a área territorial do Distrito Federal.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Justiça do Trabalho.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Lei nº , de de 1992

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA

CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO	NUM.	DENOMINAÇÃO	CODIGO
Direção e Assessoramento superior - código TRT-10-DAS-100	6	Assessor de Juiz	TRT-10-DAS-102
	3	Diretor de Secretaria	TRT-10-DAS-101

ANEXO II

Lei nº , de de 1992

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA

GRUPO	CATEGORIAS FUNCIONAIS	NUM.	CÓDIGO	CLASSES E REFERÊNCIAS
Atividades de Apoio Judiciário - Cód. TRT-10-AJ-020	Técnico Judiciário	10	TRT-10-AJ-021 (Nível Superior)	A NS-10 a NS-15 B NS-16 a NS-21 Esp. NS-22 a NS-25
	Auxiliar Judiciário	20	TRT-10-AJ-023 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35
	Atendente Judiciário	10	TRT-10-AJ-025 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35
	Agente de Segurança Judiciária	10	TRT-10-AJ-023 (Nível Intermediário)	A NI-24 a NI-27 B NI-28 a NI-31 Esp. NI-32 a NI-35

MENSAGEM Nº 131, DE 1992-CN

(nº 575/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 36, de 1992 (nº 4.572/90 na Câmara dos Deputados), que "Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares".

Os dispositivos ora vetados são os seguintes

Inciso XXV do art. 9º

"Art. 9º Compete ao Presidente:

XXV - conceder progressão e ascensão funcionais aos servidores dos Serviços Auxiliares;"

Razões do veto

A ascensão, diferente da progressão dentro da carreira (promoção), constitui forma de provimento do servidor em novo cargo público. À vista do disposto na Constituição, art. 37, II, que não admite outra forma de provimento de cargo senão a do concurso público, evidencia-se a inconstitucionalidade insita ao item em comento, por atribuir ao Presidente do Superior Tribunal Militar competência para conceder ascensão funcional.

Em recente julgado, o Supremo Tribunal Federal fulminou esse instituto, ao declarar a inconstitucionalidade do § 1º do art. 185 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (ADIN nº 245, Relator o Ministro Moreira Alves - Diário da Justiça de 13 de agosto de 1992, página 12 57/acórdão pendente de publicação), com o entendimento de que o art. 37, II, da Carta Federal, ao contrário da Constituição pretérita, impõe, para toda investidura em cargo público, a aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado, em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 73

"Art. 73. Salvo os casos indicados em lei, a primeira investidura para os cargos dos Serviços Auxiliares dependerá de aprovação prévia em concurso público."

Razões do veto

Basicamente, o veto a este artigo justifica-se pelos mesmos fundamentos apresentados na impugnação anterior, nesta Mensagem. O texto do art. 37, II, da Carta Política de 88 não deixou espaço para a lei introduzir exceções à regra geral da exigência de concurso público para preenchimento de cargos, salvo aquelas por ela mesma estabelecidas, como a referente aos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

O artigo 6, portanto, inconstitucional.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar em parte o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de setembro de 1992

(\*) PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

PL Nº 4.572/90, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PLC Nº 36/92, NO SENADO FEDERAL

Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

PARTE I

DA ESTRUTURA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

(\*) EM DESTAQUE AS PARTES VETADAS

## TÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º - São órgãos da Justiça Militar:
- I - o Superior Tribunal Militar;
  - II - a Auditoria de Correição;
  - III - os Conselhos de Justiça;
  - IV - os Juizes-Auditores e os Juizes-Auditores Substitutos.

## TÍTULO II

## DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS MILITARES

Art. 2º - Para efeito de administração da Justiça Militar em tempo de paz, o território nacional divide-se em doze Circunscrições Judiciárias Militares, abrangendo:

- a) a 1ª - Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- b) a 2ª - Estado de São Paulo;
- c) a 3ª - Estado do Rio Grande do Sul;
- d) a 4ª - Estado de Minas Gerais;
- e) a 5ª - Estados do Paraná e Santa Catarina;
- f) a 6ª - Estados da Bahia e Sergipe;
- g) a 7ª - Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas;
- h) a 8ª - Estados do Pará, Amapá e Maranhão;
- i) a 9ª - Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia;
- j) a 10ª - Estados do Ceará e Piauí;
- l) a 11ª - Distrito Federal e Estados de Goiás e Tocantins;
- m) a 12ª - Estados do Amazonas, Acre e Roraima.

## TÍTULO III

## DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

## CAPÍTULO I

## DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Superior Tribunal Militar, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze Ministros vitalícios. Nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército e tres dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

§ 1º - Os Ministros civis são escolhidos pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, sendo:

- a) tres dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
- b) dois por escolha paritária, dentre Juizes-Auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

§ 2º - Os Ministros militares permanecem na ativa, em quadros especiais da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Art. 4º - Observadas as disposições legais, o Regimento Interno do Superior Tribunal Militar poderá instituir Turmas e fixar-lhes a competência.

Art. 5º - A eleição do Presidente e Vice-Presidente do Tribunal obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno

## CAPÍTULO II

## DA COMPETÊNCIA

## SEÇÃO I

## DA COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 6º - Compete ao Superior Tribunal Militar:

- I - processar e julgar originariamente:
  - a) os oficiais-generais das Forças Armadas, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, nos crimes militares definidos em lei;
  - b) o Juiz-Auditor Corregedor, os Juizes-Auditores, os Juizes Auditores-Substitutos, os membros do Ministério Público Militar e os Defensores Públicos junto à Justiça Militar, nos crimes referidos na alínea a deste artigo;
  - c) os pedidos de habeas-corpus e habeas-data, nos casos permitidos em lei;
  - d) o mandado de segurança contra seus atos, os do Presidente do Tribunal e de outras autoridades da Justiça Militar;
  - e) a revisão dos processos findos na Justiça Militar;
  - f) a reclamação para preservar a integridade da competência ou assegurar a autoridade de seu julgamento;
  - g) os procedimentos administrativos para decretação da perda do cargo e da disponibilidade de seus membros e demais magistrados da Justiça Militar, bem como para remoção, por motivo de interesse público destes últimos, observado o Estatuto da Magistratura;

h) a representação para decretação de indignidade de oficial ou sua incompatibilidade para com o oficialato;

i) a representação formulada pelo Ministério Público Militar, Conselho de Justiça, Juiz-Auditor e advogado, no interesse da Justiça Militar;

II - julgar:

- a) os embargos apostos às suas decisões;
- b) os pedidos de correção parcial;
- c) as apelações e os recursos de decisões dos juízes de primeiro grau;

d) os incidentes processuais previstos em lei;

e) os agravos regimentais e recursos contra despacho de relator, previstos em lei processual militar ou no Regimento Interno;

f) os feitos originários dos Conselhos de Justificação;

g) os conflitos de competência entre Conselhos de Justiça, entre Juizes-Auditores, ou entre estes e aqueles, bem como os de atribuição entre autoridades administrativa e judiciária militares;

h) os pedidos de desaforamento;

i) as questões administrativas e recursos interpostos contra atos administrativos praticados pelo Presidente do Tribunal;

j) os recursos de penas disciplinares aplicadas pelo Presidente do Tribunal, Corregedor da Justiça Militar e Juiz-Auditor;

III - declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

IV - restabelecer a sua competência quando invadida por juiz de primeira instância, mediante advocatória;

V - resolver questão prejudicial surgida no curso de processo submetido a seu julgamento;

VI - determinar medidas preventivas e assecuratórias previstas na lei processual penal militar, em processo originário ou durante julgamento de recurso, em decisão sua ou por intermédio do relator;

VII - decretar prisão preventiva, revogá-la ou restabelecê-la, de ofício ou mediante representação da autoridade competente, nos feitos de sua competência originária;

VIII - conceder ou revogar menagem e liberdade provisória, bem como aplicar medida provisória de segurança nos feitos de sua competência originária;

IX - determinar a restauração de autos extraviados ou destruídos, na forma da lei;

X - remeter a autoridade competente cópia de peça ou documento constante de processo sob seu julgamento, para o procedimento legal cabível, quando verificar a existência de indícios de crime;

XI - deliberar sobre o plano de correção proposto pelo Corregedor da Justiça Militar e determinar a realização de correção geral ou especial em Auditoria;

XII - elaborar seu Regimento Interno com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, bem como decidir os pedidos de uniformização de sua jurisprudência;

XIII - organizar suas Secretarias e Serviços Auxiliares, bem como dos juizes que lhe forem subordinados, provendo-lhes os cargos, na forma da lei;

XIV - propor ao Poder Legislativo, observado o disposto na Constituição Federal:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos dos seus membros, do Juiz-Auditor Corregedor, dos Juizes-Auditores, dos Juizes-Auditores Substitutos e dos Serviços Auxiliares;

c) a criação ou a extinção de Auditoria da Justiça Militar;

d) a alteração da organização e da divisão judiciária militar;

XV - eleger seu Presidente e Vice-Presidente e dar-lhes posse; dar posse a seus membros, deferindo-lhes o compromisso legal;

XVI - conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros, ao Juiz-Auditor Corregedor, aos Juizes-Auditores, Juizes-Auditores Substitutos e servidores que lhe forem imediatamente vinculados;

XVII - aplicar sanções disciplinares aos magistrados;

XVIII - deliberar, para efeito de aposentadoria, sobre processo de verificação de invalidez de magistrado;

XIX - nomear Juiz-Auditor Substituto e promovê-lo, pelos critérios alternados de antiguidade e merecimento;

XX - determinar a instauração de sindicância, inquérito e processo administrativo, quando envolvido magistrado ou servidores da Justiça Militar;

XXI - demitir servidores integrantes dos Serviços Auxiliares;

XXII - aprovar instruções para realização de concurso para ingresso na carreira da Magistratura, e para o provimento dos cargos dos Serviços Auxiliares;

XXIII - homologar o resultado de concurso público e de processo seletivo interno;

XXIV - remover Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto, a pedido ou por motivo de interesse público;

XXV - remover, a pedido ou ex officio, servidores dos Serviços Auxiliares;

XXVI - apreciar reclamação apresentada contra lista de antiguidade dos magistrados;

XXVII - apreciar e aprovar proposta orçamentária elaborada pela Presidência do Tribunal, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XXVIII - praticar os demais atos que lhe são conferidos por lei;

§ 1º - O Tribunal pode delegar competência a seu Presidente para concessão de licenças, férias e outros afastamentos a magistrados de primeira instância e servidores que lhe sejam imediatamente vinculados, bem como para o provimento de cargos dos Serviços Auxiliares.

§ 2º - E de dois terços dos membros do Tribunal o quorum para julgamento das hipóteses previstas nos incisos I, alíneas h e i II alínea f, XVIII e XXIV, parte final, deste artigo.

§ 3º - As decisões do Tribunal, judiciais e administrativas, são tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, oito ministros, dos quais, pelo menos, quatro militares e dois civis, salvo quorum especial exigido em lei.

Art. 7º - O Regimento Interno disciplinará o procedimento e o julgamento dos feitos, obedecendo o disposto na Constituição Federal, no Código de Processo Penal Militar e nesta Lei.

Art. 8º - Após a distribuição e até a inclusão em pauta para julgamento, o relator conduz o processo, determinando a realização das diligências que entender necessárias.

Parágrafo único, - Na fase a que se refere este artigo, cabe ao relator adotar as medidas previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do art. 6º desta Lei.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 9º - Compete ao Presidente:

I - dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as sessões plenárias e proclamar as decisões;

II - manter a regularidade dos trabalhos do Tribunal, mandando retirar do recinto as pessoas que perturbarem a ordem, autuando-as no caso de flagrante delito;

III - representar o Tribunal em suas relações com outros Poderes e autoridades;

IV - corresponder-se com autoridades sobre assuntos de interesse do Tribunal e da Justiça Militar;

V - praticar todos os atos processuais nos recursos e feitos de competência originária do Tribunal, antes da distribuição e depois de exaurida a competência do relator;

VI - declarar, no caso de empate, a decisão mais favorável ao réu ou ao paciente;

VII - proferir voto nas questões administrativas, inclusive o de qualidade, no caso de empate, exceto em recurso de decisão sua;

VIII - decidir questões de ordem suscitadas por Ministro, por representante do Ministério Público Militar ou por advogado, ou submetê-las ao Tribunal, se a este couber a decisão;

IX - conceder a palavra ao representante do Ministério Público Militar e a advogado, pelo tempo permitido em lei e no Regimento Interno, podendo, após advertência, cassá-la no caso de linguagem desrespeitosa;

X - conceder a palavra, pela ordem, ao representante do Ministério Público Militar e a advogado que funcione no feito para, mediante intervenção sumária, esclarecer equívoco ou dúvida em relação a fatos, documentos ou afirmações que possam influir no julgamento;

XI - convocar sessão extraordinária nos casos previstos em lei ou no Regimento Interno;

XII - suspender a sessão quando necessário à ordem e resguardo de sua autoridade;

XIII - presidir a audiência pública de distribuição dos feitos;

XIV - providenciar o cumprimento dos julgados do Tribunal e sua execução nos processos de competência originária;

XV - decidir sobre o cabimento de recurso extraordinário, determinando, em caso de admissão, seu processamento, nos termos da lei;

XVI - prestar as autoridades judiciárias informações requisitadas para instrução de feitos, podendo consultar o relator do processo principal, se houver;

XVII - assinar com o relator e o revisor, ou somente com aquele, quando for o caso, os acordãos do Tribunal e, com o Secretário do Tribunal Pleno, as atas das sessões;

XVIII - decidir sobre liminar em habeas corpus, durante as férias e feriados forenses, podendo ouvir previamente o Ministério Público;

XIX - expedir salvo-conduto a paciente beneficiado com habeas corpus preventivo;

XX - requisitar força federal ou policial para garantia dos trabalhos do Tribunal ou de seus Ministros;

XXI - requisitar oficial de posto mais elevado, ou do mesmo posto de maior antiguidade, para conduzir oficial condenado presente à sessão de julgamento, observada a Força a que este pertencer;

XXII - convocar para substituir Ministros, os oficiais-generais das Forças Armadas e magistrados, na forma do disposto no art. 62, incisos II, III, IV e V desta Lei;

XXIII - adotar providências para realização de concurso público e processo seletivo interno;

XXIV - expedir atos sobre matéria de sua competência, bem como assinar os de provimento e vacância dos cargos dos Serviços Auxiliares;

XXV - conceder progressão e ascensão funcionais aos servidores dos Serviços Auxiliares;

XXVI - dar posse e deferir o compromisso legal a Juiz-Auditor Substituto e a todos os nomeados para cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro da Secretaria do Tribunal;

XXVII - velar pelo funcionamento regular da Justiça Militar e perfeita exatidão das autoridades judiciárias e servidores no cumprimento de seus deveres, expedindo portarias, recomendações e providimentos que se fizerem necessários;

XXVIII - designar, observada a ordem de antiguidade, Juiz-Auditor para exercer a função de Diretor do Foro, definindo suas atribuições;

XXIX - conhecer de representação formulada contra servidores, por falta de exatidão no cumprimento do dever;

XXX - determinar a instauração de sindicância, inquérito e processo administrativo, exceto quanto a magistrado;

XXXI - aplicar penas disciplinares da sua competência, reconsiderá-las, relevá-las e revê-las;

XXXII - providenciar a publicação mensal de dados estatísticos sobre os trabalhos do Tribunal;

XXXIII - apresentar ao Tribunal, até o dia 15 de março, anualmente, relatório circunstanciado das atividades dos órgãos da Justiça Militar;

XXXIV - determinar a publicação anual da lista de antiguidade dos magistrados;

XXXV - comunicar ao Presidente da República a ocorrência de vaga de Ministro, indicando, no caso de Ministro civil, o critério de provimento;

XXXVI - conceder licença e férias aos servidores que lhe são diretamente subordinados;

XXXVII - encaminhar a proposta orçamentária aprovada pelo Tribunal e gerir os recursos orçamentários da Justiça Militar, podendo delegar competência na forma da lei;

XXXVIII - praticar os demais atos que lhe forem atribuídos em lei e no Regimento Interno.

§ 1º - Durante as férias coletivas, pode o Presidente, ou seu substituto legal, decidir de pedido liminar em mandado de segurança, determinar liberdade provisória ou sustação de ordem de prisão, e demais medidas que reclamem urgência, devendo, em qualquer caso, após as férias, o feito prosseguir, na forma da lei.

§ 2º - O Presidente do Tribunal, de comum acordo com o Vice-Presidente, pode delegar-lhe atribuições.

§ 3º - A providência enunciada no inciso XIV 2ª parte deste artigo, pode ser delegada a Juiz-Auditor, com jurisdição no local onde os atos executórios devam ser praticados.

## SEÇÃO III

### DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 10 - Compete ao Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente nas licenças, férias, faltas e impedimentos, assumindo a Presidência, em caso de vaga, até a posse do novo titular, na forma do Regimento Interno;

b) exercer funções judicantes e relatar os processos que lhe forem distribuídos;

c) desempenhar atribuições delegadas pelo Presidente do Tribunal, na forma do § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único, - Quando no exercício temporário da presidência, não serão redistribuídos os feitos em que o Vice-Presidente for relator ou revisor.

## TÍTULO IV

### DOS ÓRGÃOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

#### CAPÍTULO I

##### DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11 - A cada Circunscrição Judiciária Militar corresponde uma Auditoria, excetuadas as primeira, segunda, terceira e décima primeira, que terão:

a) a primeira: seis Auditorias;

b) a terceira: três Auditorias;

c) a segunda e a décima primeira: duas Auditorias.

§ 1º - Nas Circunscrições com mais de uma Auditoria, essas são designadas por ordem numérica.

§ 2º - As Auditorias têm jurisdição mista, cabendo-lhes conhecer dos feitos relativos à Marinha, Exército e Aeronáutica.

§ 3º - Nas Circunscrições em que houver mais de uma Auditoria e sedes coincidentes, a distribuição dos feitos cabe ao Juiz-Auditor mais antigo.

§ 4º - Nas Circunscrições em que houver mais de uma Auditoria com sede na mesma cidade, a distribuição dos feitos relativos a crimes militares, quando indicados somente civis, faz-se, indistintamente, entre as Auditorias, pelo Juiz-Auditor mais antigo.

#### CAPÍTULO II

##### DA AUDITORIA DE CORREIÇÃO

#### SEÇÃO ÚNICA

##### DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 12 - A Auditoria de Correição é exercida pelo Juiz Auditor Corregedor, com jurisdição em todo o território nacional.

Art. 13 - A Auditoria de Correição, órgão de fiscalização orientação judiciário-administrativa, compõe-se de Juiz-Auditor Corregedor, um Diretor de Secretaria e auxiliares constantes de quadro previsto em lei.

Art. 14 - Compete ao Juiz-Auditor Corregedor:

I - proceder às correições:

a) gerais e especiais nas Auditorias, na forma desta Lei;

b) nos processos findos;

c) nos autos de inquérito mandados arquivar pelo Juiz Auditor, representando ao Tribunal, mediante despacho fundamentado, que entenda existentes indícios de crime e de autoria;

d) nos autos em andamento nas Auditorias, de ofício, ou determinação do Tribunal;

II - apresentar ao Tribunal, para aprovação, o plano de correição;

III - comunicar ao Presidente do Tribunal fato que exija pronta solução, verificado durante correição, independentemente das providências de sua alçada;

IV - baixar provimentos necessários ao bom funcionamento dos serviços que lhe incumbem fiscalizar;

V - requisitar de autoridades judiciária e administrativa, civil ou militar, as informações que julgar necessárias ao exercício de suas funções;

VI - instaurar procedimento administrativo para apuração de falta cometida por servidor que lhe seja subordinado, e aplicar pena disciplinar, ressalvada a competência do Tribunal e de seu Presidente;

VII - providenciar a uniformização de livros, registros e impressos necessários ao bom andamento dos serviços nas Auditorias, observados os modelos instituídos em lei;

VIII - praticar os demais atos que lhe forem atribuídos em lei;

Parágrafo único. As correições gerais a que se refere este artigo compreendem o exame dos processos em andamento, dos livros e documentos existentes na Auditoria e a verificação das providências relativas a medidas preventivas e assecuratórias para o resguardo de bens da Fazenda Pública, sob a administração militar.

## CAPÍTULO III

### DAS AUDITORIAS E DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

#### SEÇÃO I

##### DA COMPOSIÇÃO DAS AUDITORIAS

Art. 15 - Cada Auditoria tem um Juiz-Auditor, um Juiz-Auditor Substituto, um Diretor de Secretaria, dois oficiais-de-Justiça Avaliadores e demais auxiliares, conforme quadro previsto em lei.

#### SEÇÃO II

##### DA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS

Art. 16 - São duas as espécies de Conselhos de Justiça:

a) Conselho Especial de Justiça, constituído pelo Juiz-Auditor e quatro juizes militares, sob a presidência, dentre estes, de um oficial-general ou oficial superior, de posto mais elevado que o dos demais juizes, ou de maior antiguidade, no caso de igualdade;

b) Conselho Permanente de Justiça, constituído pelo Juiz-Auditor, por um oficial superior, que será o presidente, e três oficiais de posto até capitão-tenente ou capitão.

Art. 17 - Os Conselhos Especial e Permanente funcionarão na sede das Auditorias, salvo casos especiais por motivo relevante de ordem pública ou de interesse da Justiça e pelo tempo indispensável, mediante deliberação do Superior Tribunal Militar.

Art. 18 - Os juizes militares dos Conselhos Especial e Permanente são sorteados dentre oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica, em serviço ativo na sede da Auditoria, recorrendo-se a oficiais fora deste local, porém no âmbito da jurisdição da Auditoria, quando insuficientes os da sede.

Art. 19 - Para efeito de composição dos Conselhos de que trata o artigo anterior, nas respectivas circunscrições, os comandantes de Distrito ou Comando Naval, Região Militar e Comando Aéreo Regional organizarão, trimestralmente, relação de todos os oficiais em serviço ativo, com respectivos postos, antiguidade e local de serviço, publicando-a em boletim e remetendo-a ao Juiz-Auditor competente.

§ 1º - A remessa a que se refere esse artigo será efetuada até o quinto dia do último mês do trimestre e as alterações que se verificarem, inclusive os nomes de novos oficiais em condições de servir, serão comunicadas mensalmente.

§ 2º - Não sendo remetida no prazo a relação de oficiais, serão os Juizes sorteados pela última relação recebida, consideradas as alterações de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - A relação não incluirá:

a) os oficiais dos Gabinetes dos Ministros de Estado;

b) os oficiais agregados;

c) os comandantes, diretores ou chefes, professores, instrutores e alunos de escolas, institutos, academias, centros e cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento, Estado-Maior e altos estudos;

d) na Marinha: os Almirantes de Esquadra e oficiais que sirvam em seus gabinetes, os Comandantes de Distrito Naval e de Comando Naval, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, o Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais e os oficiais embarcados na tropa, em condições de, efetivamente, participar de atividades operativas programadas para o trimestre;

e) no Exército: os Generais-de-Exército, Generais Comandantes de Divisão de Exército e de Região Militar, bem como os respectivos Chefes de Estado-Maior ou de Gabinete e oficiais do Estado-Maior Pessoal;

f) na Aeronáutica: os Tenentes-Brigadeiros, bem como seus Chefes de Estado-Maior ou de Gabinete, Assistentes e Ajudantes de Ordens, ou Vice-Chefe e o Subchefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 20 - O sorteio dos juizes do Conselho Especial de Justiça é feito pelo Juiz-Auditor, em audiência pública, na presença do Procurador, do Diretor de Secretaria e do acusado, quando preso.

Art. 21 - O sorteio dos juizes do Conselho Permanente de Justiça é feito pelo Juiz-Auditor, em audiência pública, entre os dias cinco e dez do último mês do trimestre anterior, na presença do Procurador e do Diretor de Secretaria.

Parágrafo único - Para cada Conselho Permanente, são sorteados dois juizes suplentes, sendo um oficial superior - que substituirá o Presidente em suas faltas e impedimentos legais - e um oficial até o posto de capitão-tenente ou capitão, que substituirá os demais membros nos impedimentos legais.

Art. 22 - Do sorteio a que se referem os arts. 20 e 21 desta Lei, lavrar-se-á ata, em livro próprio, com respectivo resultado, certificando o Diretor de Secretaria, em cada processo, além do sorteio, o compromisso dos juizes.

Parágrafo único. A ata é assinada pelo Juiz-Auditor e pelo Procurador, cabendo ao primeiro comunicar imediatamente à autoridade competente o resultado do sorteio, para que esta ordene o comparecimento dos juizes à sede da Auditoria, no prazo fixado pelo juiz.

Art. 23 - Os juizes militares que integrarem os Conselhos Especiais serão de posto superior ao do acusado, ou do mesmo posto e de maior antiguidade.

§ 1º - O Conselho Especial é constituído para cada processo e dissolvido após conclusão dos seus trabalhos, reunindo-se, novamente, se sobrevier nulidade do processo ou do julgamento, ou diligência determinada pela instância superior.

§ 2º - No caso de pluralidade de agentes, servirá de base à constituição do Conselho Especial a patente do acusado de maior posto.

§ 3º - Se a acusação abranger oficial e praça ou civil, responderão todos perante o mesmo Conselho, ainda que excluído do processo o oficial.

§ 4º - No caso de impedimento de algum dos juizes, será sorteado outro para substituí-lo, observado o disposto no parágrafo único do art. 21 desta Lei.

Art. 24 - O Conselho Permanente, uma vez constituído, funcionará durante três meses consecutivos, coincidindo com os trimestres do ano civil, podendo o prazo de sua jurisdição ser prorrogado nos casos previstos em lei.

Parágrafo único - O oficial que tiver integrado Conselho Permanente não será sorteado para o trimestre imediato, salvo se para sua constituição houver insuficiência de oficiais.

Art. 25 - Os Conselhos Especial e Permanente de Justiça podem instalar-se e funcionar com a maioria de seus membros, sendo obrigatória a presença do Juiz-Auditor e do Presidente, observado o disposto no art. 31, alíneas a e b desta Lei.

§ 1º - As autoridades militares mencionadas no art. 19 desta Lei devem comunicar ao Juiz-Auditor a falta eventual do juiz militar.

§ 2º - Na sessão de julgamento são obrigatórios a presença e voto de todos os juizes.

Art. 26 - Os juizes militares dos Conselhos Especial e Permanente ficarão dispensados do serviço em suas organizações, nos dias de sessão.

§ 1º - O Juiz-Auditor deve comunicar a falta do juiz militar, sem motivo justificado, ao seu superior hierárquico, para as providências cabíveis.

§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao Juiz-Auditor, aos representantes da Defensoria Pública da União e Ministério Público Militar e respectivos Substitutos, devendo a comunicação ser efetivada pelo Presidente do Conselho ao Presidente do Superior Tribunal Militar, ou à autoridade competente, conforme o caso.

#### SEÇÃO III

##### DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

Art. 27 - Compete aos Conselhos:

I - Especial de Justiça, processar e julgar oficiais, exceto oficiais-generais, nos delitos previstos na legislação penal militar;

II - Permanente de Justiça, processar e julgar acusados que não sejam oficiais, nos delitos de que trata o inciso anterior, excetuado o disposto no art. 6º, inciso I, alínea b, desta Lei.

Art. 28 - Compete ainda aos Conselhos:

I - decretar a prisão preventiva de acusado, revogá-la ou restabelecê-la;

II - conceder menagem e liberdade provisória, bem como revogá-las;

III - decretar medidas preventivas e assecuratórias, nos processos pendentes de seu julgamento;

IV - declarar a inimizabilidade de acusado nos termos da lei penal militar, quando constatada aquela condição no curso do processo, mediante exame pericial;

V - decidir as questões de direito ou de fato suscitadas durante instrução criminal ou julgamento;

VI - ouvir o representante do Ministério Público sobre as questões suscitadas durante as sessões;

VII - conceder a suspensão condicional da pena, nos termos da lei;

VIII - praticar os demais atos que lhe forem atribuídos em lei.

#### SEÇÃO IV

##### DA COMPETÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA

Art. 29 - Compete aos Presidentes dos Conselhos Especial e Permanente de Justiça:

I - abrir as sessões, presidi-las, apurar e proclamar as decisões do Conselho;

II - mandar proceder à leitura da ata da sessão anterior;

III - nomear defensor ao acusado que não o tiver e curador ao revel ou incapaz;

IV - manter a regularidade dos trabalhos da sessão, mandando retirar do recinto as pessoas que portarem armas ou perturbarem a ordem, atuando-as no caso de flagrante delito;

V - conceder a palavra ao representante do Ministério Público Militar, ou assistente, e ao defensor, pelo tempo previsto em lei, podendo cassá-la após advertência, no caso de linguagem desrespeitosa;  
VI - resolver questões de ordem suscitadas pelas partes ou submetê-las à decisão do Conselho, ouvido o Ministério Público;  
VII - mandar consignar em ata incidente ocorrido no curso da sessão.

# SEÇÃO V

## DA COMPETÊNCIA DO JUIZ-AUDITOR

### Art. 30 - Compete ao Juiz-Auditor:

- I - decidir sobre recebimento de denúncia, pedido de arquivamento, de devolução de inquérito e representação;
  - II - relaxar, quando ilegal, em despacho fundamentado, a prisão que lhe for comunicada por autoridade encarregada de investigações policiais;
  - III - manter ou relaxar prisão em flagrante, decretar, revogar e restabelecer a prisão preventiva de indiciado, mediante despacho fundamentado em qualquer caso;
  - IV - requisitar de autoridades civis e militares as providências necessárias ao andamento do feito e esclarecimento do fato;
  - V - determinar a realização de exames, perícias, diligências e nomear peritos;
  - VI - formular ao réu, ofendido ou testemunha suas perguntas e as requeridas pelos demais juizes bem como as requeridas pelas partes, para serem respondidas por ofendido ou testemunha;
  - VII - relatar os processos nos Conselhos de Justiça e redigir, no prazo de oito dias, as sentenças e decisões;
  - VIII - proceder ao sorteio dos Conselhos, observado o disposto nos arts. 20 e 21 desta Lei;
  - IX - expedir alvará de soltura e mandados;
  - X - decidir sobre o recebimento de recursos interpostos;
  - XI - executar as sentenças, inclusive as proferidas em processo originário do Superior Tribunal Militar, na hipótese prevista no § 3º do art. 9º desta Lei;
  - XII - renovar, de seis em seis meses, diligências junto às autoridades competentes, para captura de condenado;
  - XIII - comunicar, à autoridade a que estiver subordinado o acusado, as decisões a ele relativas;
  - XIV - decidir sobre livramento condicional;
  - XV - revogar o benefício da suspensão condicional da pena;
  - XVI - remeter à Corregedoria da Justiça Militar, no prazo de dez dias, os autos de inqueritos arquivados e processos julgados, quando não interpostos recursos;
  - XVII - encaminhar relatório ao Presidente do Tribunal, até o dia trinta de janeiro, dos trabalhos da Auditoria, relativos ao ano anterior;
  - XVIII - instaurar procedimento administrativo quando tiver ciência de irregularidade praticada por servidor que lhe é subordinado;
  - XIX - aplicar penas disciplinares aos servidores que lhe são subordinados;
  - XX - dar posse, conceder licenças, férias e salário-família aos servidores da Auditoria;
  - XXI - autorizar, na forma da lei, o pagamento de auxílio-funeral de magistrado e dos servidores lotados na Auditoria;
  - XXII - distribuir alternadamente, entre si, e o Juiz-Auditor Substituto e, quando houver, o Substituto de Auditor estável, os efeitos afetos na Auditoria, obedecida a ordem de entrada;
  - XXIII - cumprir as normas legais relativas às gestões administrativas, financeiras e orçamentárias e ao controle de material;
  - XXIV - praticar os demais atos que lhe forem atribuídos em lei.
- Parágrafo único - São privativos do Juiz-Auditor os atos previstos nos incisos XI, XIV, XV, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII, deste artigo, deferindo-se estes a seu substituto, quando no exercício pleno do cargo.

# SEÇÃO VI

## DAS SUBSTITUIÇÕES DOS JUIZES MILITARES

Art. 31 - Os juizes militares são substituídos em suas licenças, faltas e impedimentos:  
a) o Presidente do Conselho Especial, por oficial-general ou oficial superior, imediato em posto ou antiguidade, e, na falta destes, na composição do Conselho, mediante sorteio, observado o disposto no art. 16, alínea a desta Lei;  
b) o Presidente do Conselho Permanente, por oficial superior, na forma do art. 21, parágrafo único desta Lei, e, na sua falta mediante sorteio;

- c) os juizes do Conselho Especial, mediante sorteio;
  - d) os juizes do Conselho Permanente, pelos suplentes previstos no art. 21, parágrafo único desta Lei e, na falta destes, mediante sorteio.
- § 1º - Quando sorteado oficial em gozo de férias, ou no desempenho de comissão ou serviço fora da sede da Auditoria, ocorrerá sua definitiva substituição.
- § 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao juiz militar que for preso, responder a inquérito ou processo, entrar em licença ou deixar o serviço ativo das Forças Armadas, bem como ao juiz de Conselho Permanente que for promovido a oficial superior.
- § 3º - Em caso de luto, casamento e dispensa médica por prazo igual ou inferior a vinte dias, far-se-á a substituição do juiz militar, pelo período do afastamento.

## TÍTULO V

### DOS MAGISTRADOS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Aplicam-se aos Ministros do Superior Tribunal Militar, Juizes-Auditores e Juizes-Auditores Substitutos as disposições do Estatuto da Magistratura, desta Lei e, subsidiariamente, as do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

#### CAPÍTULO II

##### DO PROVIMENTO DOS CARGOS E DA REMOÇÃO

Art. 33 - O ingresso na carreira da magistratura da Justiça Militar dar-se-á no cargo de Juiz-Auditor Substituto, mediante concurso público de provas e títulos organizado e realizado pelo Superior Tribunal Militar, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, em todas as suas fases.

Parágrafo único - A nomeação dar-se-á com estrita observância da ordem de classificação no concurso.

Art. 34 - Exigir-se-á dos candidatos a satisfação dos seguintes requisitos, além de outros previstos no Estatuto da Magistratura:

- I - ser brasileiro;
- II - ter mais de vinte e cinco e menos de quarenta anos de idade, salvo se ocupante de cargo ou função pública;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - ser bacharel em Direito, graduado por estabelecimento oficial ou reconhecido;

V - haver exercido durante três anos, no mínimo, no último decênio, a advocacia, magisterio jurídico em nível superior ou função que confira prática forense;

VI - ser moralmente idôneo e gozar de boa saúde física e mental, comprovada a última pela aplicação de teste de personalidade por órgão oficial especializado e no curso de inspeção de saúde.

§ 1º - Das instruções do concurso constarão os programas das diversas disciplinas, a constituição da Comissão Examinadora, vagas existentes e sua localização, assim como outros esclarecimentos reputados úteis aos candidatos, inclusive ao direito assegurado no art. 38 desta Lei.

§ 2º - O concurso terá validade por dois anos, contados da homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 35 - As nomeações e promoções serão feitas por ato do Superior Tribunal Militar.

Art. 36 - A promoção ao cargo de Juiz-Auditor é feita dentre os Juizes-Auditores Substitutos e obedece aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, observado o seguinte:

- a) na apuração da antiguidade, o Tribunal somente pode recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;
- b) havendo simultaneidade na posse, a promoção por antiguidade recairá preferentemente sobre o de melhor classificação no concurso de ingresso na carreira;
- c) é obrigatória a promoção de juiz que figure por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, em lista de merecimento, desde que conte dois anos de efetivo exercício e integre a primeira quinta parte da lista de antiguidade;
- d) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício no cargo, salvo se não houver com tal requisito, quem aceite a vaga;
- e) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e, ainda, pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

f) o merecimento do magistrado de primeira instância é aferido no efetivo exercício do cargo.

Art. 37 - O magistrado não será removido ou promovido senão com seu assentimento, manifestado na forma da lei, ressalvada a remoção compulsória.

Art. 38 - Ao provimento inicial e à promoção por merecimento, precederá a remoção, observando-se, para preferência, a ordem de antiguidade para o Juiz-Auditor, e a ordem de classificação em concurso público para o Juiz-Auditor Substituto, quando os concorrentes forem do mesmo concurso e, sendo eles de concursos diferentes, a ordem de antiguidade na classe.

§ 1º - Preenchido o claro em decorrência de remoção, publicará-se notícia da vaga, fixando-se prazo de quinze dias, contado da publicação, aos interessados, para requererem.

§ 2º - O candidato habilitado em concurso público, no momento de sua nomeação, somente pode optar por vaga existente após terem se pronunciado os Juizes-Auditores Substitutos que tiverem interesse em remoção.

§ 3º - Somente após dois anos de exercício na Auditoria onde estiver lotado, pode o juiz ser removido, salvo se não houver candidato com tal requisito.

Art. 39 - A nomeação para o cargo de Juiz-Auditor Corregedor é feita mediante escolha do Superior Tribunal Militar, em escrutínio secreto, dentre Juizes-Auditores situados no primeiro terço da classe.

## CAPÍTULO III

## DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 40 - A posse terá lugar no prazo de trinta dias, contado da publicação do ato de provimento no órgão oficial.

Parágrafo único. - A requerimento do interessado, o prazo previsto neste artigo poderá, a critério do Tribunal ou do seu Presidente, ser prorrogado por igual período.

Art. 41 - Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo magistrado, constará o compromisso de desempenhar com retidão as funções do cargo, cumprindo a Constituição e as leis.

§ 1º - O magistrado, no ato da posse, deverá apresentar declaração pública de seus bens.

§ 2º - Não haverá posse nos casos de remoção, promoção e reintegração.

Art. 42 - São competentes para dar posse:

I - o Superior Tribunal Militar e seus Ministros;  
II - o Presidente do Superior Tribunal Militar ao Juiz-Auditor Corregedor e a Juiz-Auditor Substituto.

Art. 43 - As datas de início, interrupção e reinício do exercício devem ser comunicadas imediatamente ao Tribunal, para registro no assentamento individual do magistrado.

Art. 44 - O exercício do cargo terá início no prazo de trinta dias, contado:

I - da data da posse;  
II - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração.

Art. 45 - É considerado como de efetivo exercício o período de tempo necessário à viagem para a nova sede.

§ 1º - O período de que trata este artigo constará do ato de remoção ou de designação do magistrado promovido e não excederá de trinta dias.

§ 2º - O magistrado removido ou promovido com designação para nova sede, quando licenciado ou afastado em virtude de férias, casamento ou luto, terá o prazo a que se refere o parágrafo anterior contado a partir do término do afastamento.

Art. 46 - A promoção não interrompe o exercício, que é contado a partir da data da publicação do ato que promover o magistrado.

Art. 47 - Não se verificando a posse ou exercício dentro dos prazos previstos nesta Lei, o ato de nomeação, promoção ou remoção será revogado, não produzindo qualquer efeito.

Art. 48 - Os magistrados de carreira adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício.

§ 1º - Os magistrados de que trata este artigo, e que não hajam adquirido a vitaliciedade, não perdem o cargo senão por proposta do Tribunal, adotada pelo voto de dois terços de seus membros.

§ 2º - Os magistrados podem praticar todos os atos reservados por lei aos juizes vitalícios, mesmo que não hajam adquirido a vitaliciedade.

## CAPÍTULO IV

## DA ANTIGUIDADE

Art. 49 - Considera-se de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

I - férias;  
II - casamento;  
III - falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão;

IV - prestação de serviços à Justiça Eleitoral;  
V - licença a gestante;  
VI - licença-paternidade;

VII - licença por acidente em serviço;  
VIII - licença para tratamento de saúde, em decorrência de moléstia especificada em lei;

IX - período de trânsito;  
X - frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, a critério do Superior Tribunal Militar, pelo prazo máximo de dois anos;

XI - afastamento do exercício do cargo, em virtude de inquérito ou processo criminal ou administrativo, desde que reconhecida a inocência do magistrado ou quando não resultar pena disciplinar, ou esta se limitar a advertência ou censura.

Art. 50 - A antiguidade do Ministro do Superior Tribunal Militar conta-se a partir da posse.

Parágrafo único. - Em caso de empate, prevalece:

I - a antiguidade na carreira militar;  
II - o maior tempo de efetivo exercício em cargo anterior do serviço público federal, prevalecendo, neste caso, o de serviço na Justiça Militar;

III - a idade, em benefício de quem a tiver maior.

Art. 51 - A antiguidade de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto é determinada pelo tempo de efetivo exercício nos respectivos cargos.

Art. 52 - Em caso de empate na classificação por antiguidade, prevalece, sucessivamente:

I - maior tempo de serviço na classe;  
II - maior tempo de serviço na carreira da magistratura da Justiça Militar;

III - maior tempo de serviço público federal prevalecendo, neste caso, o de serviço na Justiça Militar;

IV - idade, em benefício de quem a tiver maior.

Parágrafo único. - Na classificação inicial, o primeiro desempate é determinado pela classificação em concurso para ingresso na carreira da magistratura.

Art. 53 - Anualmente, até o dia 31 de janeiro, o Superior Tribunal Militar organizará e publicará no Diário da Justiça a lista de antiguidade dos magistrados de carreira.

Art. 54 - Contra a lista de que trata o artigo anterior, podem ser apresentadas reclamações dentro de trinta dias contados da publicação, que serão processadas e julgadas pelo Superior Tribunal Militar.

Parágrafo único. - O relator e o Tribunal podem determinar diligências, inclusive mandar ouvir os interessados, marcando-lhes prazo que não exceda de trinta dias.

## CAPÍTULO V

## DAS FÉRIAS, LICENÇAS E APOSENTADORIA

Art. 55 - Os Ministros do Superior Tribunal Militar gozam férias coletivas, de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

Parágrafo único. - Se a necessidade do serviço judiciário lhes exigir a contínua presença no Tribunal, o Presidente e Vice-Presidente gozarão trinta dias consecutivos de férias individuais, por semestre.

Art. 56 - Os magistrados de primeira instância da Justiça Militar gozam férias individuais, de sessenta dias, concedidas segundo a conveniência do serviço.

Parágrafo único. - As férias de que trata este artigo não podem fracionar-se por períodos inferiores a trinta dias, podendo acumular-se somente por necessidade do serviço e pelo máximo de dois meses.

Art. 57 - Os magistrados gozam licenças na forma do Estatuto da Magistratura.

Art. 58 - A aposentadoria dos magistrados da Justiça Militar com vencimentos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura.

Art. 59 - A verificação de invalidez, para o fim de aposentadoria, far-se-á na forma da lei e do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar.

Parágrafo único. - O magistrado que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais, para tratamento de saúde, deve submeter-se, ao requerer nova licença, para igual fim, dentro de dois anos, a exame para verificação de invalidez.

Art. 60 - O processo de aposentadoria obedece às disposições de lei especial.

## CAPÍTULO VI

## DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 61 - Não podem servir, conjuntamente, os magistrados, membros do Ministério Público e advogados que sejam entre si cônjuges, parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha lateral, até o terceiro grau, e os que tenham vínculo de adoção.

§ 1º - A incompatibilidade a que se refere este artigo se resolve:

I - antes da posse, contra o último nomeado ou contra o mais idoso, se as nomeações forem da mesma data;

II - depois da posse, contra quem lhe deu causa; e contra o mais moderno, se a incompatibilidade for imputada a ambos.

§ 2º - Se a incompatibilidade se der com advogado, este deverá ser substituído.

## CAPÍTULO VII

## DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 62 - Os magistrados da Justiça Militar são substituídos:

I - o Presidente do Superior Tribunal Militar, pelo Vice-Presidente e este pelo Ministro civil mais antigo;

II - os Ministros militares, mediante convocação pelo Presidente do Tribunal, por oficiais da Marinha, Exército ou Aeronáutica, do mais alto posto, sorteados dentre os constantes da lista enviada pelos Ministros das respectivas Pastas;

III - os Ministros civis pelo Juiz-Auditor Corregedor e, na falta deste, por convocação do Presidente do Tribunal, após sorteio público ao qual concorrerão os cinco Juizes-Auditores mais antigos;

IV - os Juizes-Auditores pelos Juizes-Auditores Substitutos do Juízo, ou, na falta destes, mediante convocação do Presidente do Tribunal dentre Juizes-Auditores Substitutos, observado, quando for o caso, o disposto no art. 64 desta Lei;

V - o Juiz-Auditor Corregedor, por convocação do Presidente do Tribunal, dentre os Juizes-Auditores titulares.

Parágrafo único. - A convocação prevista nos incisos II e III deste artigo só se fará para completar o quorum de julgamento.

Art. 63 - Em caso de afastamento de Ministro ou de vaga por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado substituto, por decisão da maioria absoluta dos membros do Superior Tribunal Militar.

§ 1º - O substituto de Ministro militar será escolhido na forma do inciso II do artigo anterior.

§ 2º - O substituto de Ministro civil será escolhido na forma do inciso III do artigo anterior.

§ 3º - Em caso de afastamento, por período superior a trinta dias, os feitos em poder do magistrado afastado e aqueles em que tenha proferido relatório, como os que haja colocado em mesa para



julgamento, são redistribuídos aos demais membros do Tribunal, mediante oportuna compensação. Os feitos em que seja revisor passam ao substituto, na forma do Regimento Interno.

§ 4º - O julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, ainda que o magistrado afastado seja o relator.

§ 5º - Quando o afastamento for por período igual ou superior a três dias, são redistribuídos, mediante oportuna compensação, os habeas-corpus, os mandados de segurança, e os feitos que, consoante fundada alegação do interessado, reclamem solução urgente.

§ 6º - Em caso de vaga, ressalvados os processos a que se refere o parágrafo anterior, os demais serão atribuídos ao nomeado para preenchê-la.

§ 7º - Não concorrerão ao sortelo de que trata o inciso III do artigo anterior, os magistrados punidos com as penas de advertência, censura, remoção compulsória e disponibilidade.

Art. 64 - Nas circunscrições Judiciárias com mais de uma Auditoria na mesma sede, a substituição de Juiz-Auditor, quando não houver substituto disponível na Auditoria, faz-se por magistrado em exercício na mesma sede.

Parágrafo único - A substituição de que trata este artigo ocorrerá nos casos de licença, falta e impedimento do substituído, sem prejuízo das funções do substituto.

Art. 65 - A substituição nos casos de ausência ou impedimento eventual não autoriza a concessão de qualquer vantagem, salvo diárias e transporte, se for o caso.

Art. 66 - O magistrado convocado para substituir Ministro civil perceberá a diferença de vencimentos correspondente, durante o período da convocação, inclusive diárias e transporte, se for o caso.

## TÍTULO VI

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO JUNTO À JUSTIÇA MILITAR

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 67 - O Ministério Público mantém representantes junto a Justiça Militar.

Art. 68 - Os membros do Ministério Público desempenham, junto à Justiça Militar, atribuições previstas no Código de Processo Penal Militar e leis especiais.

## TÍTULO VII

### DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO JUNTO À JUSTIÇA MILITAR

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 69 - A Defensoria Pública da União mantém representantes junto a Justiça Militar.

Art. 70 - Os membros da Defensoria Pública, junto à Justiça Militar, desempenham as atribuições previstas no Código de Processo Penal Militar e leis especiais.

## PARTE II

### DOS SERVIÇOS AUXILIARES

## TÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 - Os Serviços Auxiliares da Justiça Militar são executados:

- I - pela Secretaria do Superior Tribunal Militar;
- II - pelas Secretarias das Auditorias.

Art. 72 - Aos funcionários da Justiça Militar aplica-se o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, observadas as disposições desta Lei.

Art. 73 - Salvo os casos indicados em lei, a primeira investidura para os cargos dos Serviços Auxiliares dependerá de aprovação prévia em concurso público.

Art. 74 - O provimento dos cargos de direção e assessoramento, classificados nos três primeiros níveis do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias, faz-se dentre os ocupantes de cargos de nível superior do respectivo Quadro, que atendam aos seguintes requisitos:

- a) qualificação específica para a área relativa à direção ou assessoramento, mediante graduação em curso de nível superior;
- b) experiência para o respectivo exercício, de acordo com as normas regulamentares expedidas pelo Tribunal.

§ 1º - O provimento dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, vinculados a Gabinete de Ministro, faz-se por indicação da respectiva autoridade, dentre pessoas com formação de nível superior.

§ 2º - O provimento dos cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, classificados nos demais níveis, observado o limite de 50% (cinquenta por cento), somente pode recair em funcionário da Justiça Militar que atenda aos requisitos estabelecidos na parte final do caput deste artigo e suas alíneas a e b.

## TÍTULO II

### DA COMPETÊNCIA

Art. 75 - A competência dos órgãos da Secretaria do Superior Tribunal Militar será definida em ato próprio, baixado pelo Tribunal.

Art. 76 - As Secretarias das Auditorias incumbem a realização dos serviços de apoio aos respectivos juízes, nos termos das leis processuais, atos e provimentos do Superior Tribunal Militar e Corregedoria da Justiça Militar, bem como portarias e despachos dos Juizes-Auditores, aos quais estejam diretamente subordinados.

## TÍTULO III

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES

#### CAPÍTULO I

#### DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Art. 77 - As atribuições dos servidores da Secretaria do Superior Tribunal Militar serão definidas em ato próprio por este baixado, observadas as especificações de classes.

#### CAPÍTULO II

#### DAS SECRETARIAS DAS AUDITORIAS

Art. 78 - Os servidores da Secretaria são, nos processos em que funcionarem, auxiliares do juiz e a ele subordinados.

## SEÇÃO I

### DOS DIRETORES DE SECRETARIA

Art. 79 - São atribuições do Diretor de Secretaria:

I - ter em boa guarda os autos e papéis a seu cargo e os que, por força de ofício, receber das partes;

II - conservar a Secretaria em boa ordem e classificar por espécie, número e ordem cronológica, os autos e papéis a seu cargo, quer os em andamento, quer os arquivados;

III - escrever em forma legal e de modo legível, ou datilografar, os termos do processo, mandados, precatórias, depoimentos, atas das sessões dos Conselhos e demais atos próprios do seu ofício;

IV - providenciar, com diligência, o cumprimento de decisões ou despachos do juiz, com vista a notificação ou intimação das partes, testemunhas, ofendido ou acusado, para comparecerem em dia, hora e lugar designados no curso do processo, bem como cumprir quaisquer atos que lhe incumba por dever de ofício;

V - lavrar procuração apud acta;

VI - prestar as informações que lhe forem pedidas sobre processos em andamento, salvo quanto a matéria que tramite em segredo de justiça;

VII - fornecer, independentemente de despacho, certidões requeridas pelos interessados, submetendo ao Juiz-Auditor os casos que versarem a matéria referida na parte final do inciso anterior, bem como aqueles passíveis de dúvidas;

VIII - numerar e rubricar as folhas dos autos e quaisquer peças neles juntadas;

IX - providenciar o registro das sentenças e decisões dos Conselhos de Justiça e do Juiz-Auditor;

X - registrar, em livro próprio, os nomes dos réus condenados e a data da condenação, bem como a pena aplicada e o seu término;

XI - registrar, em ordem cronológica, a entrada de processos e inquéritos, sua distribuição, a remessa a outro juízo ou autoridade, bem como as devoluções ocorridas;

XII - providenciar livros, classificadores, fichas e demais materiais necessários a ordem e a boa guarda dos processos;

XIII - providenciar o expediente administrativo da Secretaria;

XIV - acompanhar o Juiz-Auditor nas diligências de ofício;

XV - fornecer ao Juiz-Auditor, de três em três meses, a relação de inquérito e demais processos que se encontrarem parados na Secretaria;

XVI - apresentar, até o dia quinze de janeiro de cada ano, relatório das atividades anuais da Secretaria;

XVII - praticar os atos de que tratam os arts. 20, 21 e 22 desta Lei;

XVIII - distribuir o serviço pelos servidores da Secretaria, fiscalizando sua execução e representando ao Juiz-Auditor em caso de irregularidade ou desobediência de ordem.

## SEÇÃO II

## DOS TÉCNICOS JUDICIÁRIOS

Art. 80 - São atribuições do Técnico Judiciário:

- I - substituir o Diretor de Secretaria, nas férias, licenças, faltas e impedimentos, por designação do Juiz-Auditor;
- II - executar os serviços determinados pelo Juiz-Auditor e Diretor de Secretaria, inclusive os atos previstos nos incisos III, VIII, X e XI do art. 79 desta Lei, que serão por este último assinados;
- III - lavrar procuração apud acta, quando estiver funcionando em audiência.

## SEÇÃO III

## DOS OFICIAIS-DE-JUSTIÇA AVALIADORES

Art. 81 - São atribuições do Oficial-de-Justiça Avaliador:

- I - funcionar, nos casos indicados em lei, como perito oficial na determinação de valores, salvo quando exigidos conhecimentos técnicos especializados;
- II - fazer, de acordo com a lei processual penal militar, as citações por mandado, bem como as notificações e intimações de que for incumbido;
- III - convocar pessoas idôneas para testemunharem atos de seu ofício, quando a lei o exigir;
- IV - dar contrafe e certificar os atos e diligências que houver cumprido;
- V - lavrar autos, efetuar prisões, diligências e medidas preventivas ou assecuratórias determinadas por Conselhos de Justiça ou Juiz-Auditor;
- VI - apregoar a abertura e o encerramento das sessões do Conselho de Justiça;
- VII - fazer a chamada das partes e testemunhas;
- VIII - passar a certidão de preções e de fixação de editais;
- IX - praticar outros atos compatíveis com a natureza do cargo, ordenados por presidente de Conselho de Justiça, Juiz-Auditor e Diretor de Secretaria.

## SEÇÃO IV

## DOS DEMAIS SERVIDORES

Art. 82 - As atribuições previstas nos incisos II e III do art. 80 desta Lei poderão, no interesse do serviço, ser deferidas ao Auxiliar Judiciário.

Art. 83 - Aos demais servidores da Secretaria incumbe a execução das tarefas pertinentes a seus cargos, conforme for determinado pelo Juiz-Auditor e pelo Diretor de Secretaria.

## CAPÍTULO III

## DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 84 - Os funcionários dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar estão sujeitos ao regime disciplinar estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, observadas as disposições desta Lei.

Art. 85 - Para aplicação de pena disciplinar são competentes:

- a) o Presidente do Superior Tribunal Militar, aos ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro do Tribunal, bem como aos servidores subordinados a Ministro, mediante representação deste;
- b) o Juiz-Auditor Corregedor e Juiz-Auditor, aos servidores que lhe são subordinados;
- c) o Diretor-Geral, aos servidores do Quadro da Secretaria, não compreendidos na alínea a deste artigo.

§ 1º - A pena de suspensão por mais de trinta dias será aplicada pelo Presidente do Superior Tribunal Militar.

§ 2º - A aplicação da pena de destituição de função caberá à autoridade que houver feito a designação, mediante representação da autoridade a que estiver subordinado o funcionário.

§ 3º - Independe de processo a aplicação das penas de repressão, multa e suspensão até trinta dias.

Art. 86 - As penas de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade serão impostas pelo Superior Tribunal Militar.

Art. 87 - A aplicação de pena disciplinar poderá ser precedida de advertência, a juízo da autoridade competente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres do cargo.

Parágrafo único - A advertência, que poderá ser feita reservadamente, não constará dos assentamentos funcionais.

Art. 88 - Caberá recurso para o Superior Tribunal Militar das penas aplicadas pelas autoridades referidas nas alíneas a e b do art. 85 desta Lei, no prazo de quinze dias contado da data da ciência de sua aplicação ou do indeferimento do pedido de reconsideração.

Parágrafo único - Das penas aplicadas pelo Diretor-Geral caberá recurso ao Presidente do Tribunal, na forma deste artigo.

## PARTE III

## CAPÍTULO UNICO

## DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

Art. 89 - Na vigência do estado de guerra, são órgãos da Justiça Militar junto as forças em operações:

- I - os Conselhos Superiores de Justiça Militar;
- II - os Conselhos de Justiça Militar;
- III - os Juizes-Auditores.

Art. 90 - Compete aos órgãos referidos no artigo anterior o processo e julgamento dos crimes praticados em teatro de operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupados por forças brasileiras, ressalvado o disposto em tratados e convenções internacionais.

Parágrafo único - O agente é considerado em operações militares desde o momento de seu deslocamento para o teatro de operações ou para o território estrangeiro ocupado.

Art. 91 - O Conselho Superior de Justiça é órgão de segunda instância e compõe-se de dois oficiais-generais, de carreira ou reserva convocado, e um Juiz-Auditor, nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo único - A Presidência de Conselho Superior de Justiça Militar é exercida pelo Juiz de posto mais elevado, ou pelo mais antigo, em caso de igualdade de posto.

Art. 92 - Junto a cada Conselho Superior de Justiça funcionarão um Procurador e um Defensor Público, nomeados pelo Presidente da República, dentre os membros do Ministério Público da União junto à Justiça Militar e da Defensoria Pública da União, respectivamente.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho Superior de Justiça requisitará, ao Ministro militar competente, o pessoal necessário ao serviço de secretaria, designando o Secretário, que será de preferência bacharel em Direito.

Art. 93 - O Conselho de Justiça compõe-se de um Juiz-Auditor ou Juiz-Auditor Substituto e dois oficiais de posto superior ou igual ao do acusado, observado, na última hipótese, o princípio da antiguidade de posto.

§ 1º - O Conselho de que trata este artigo será constituído para cada processo e dissolvido após o término do julgamento, cabendo a presidência ao juiz de posto mais elevado, ou ao mais antigo em caso de igualdade de posto.

§ 2º - Os Oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica serão julgados, quando possível, por juizes militares da respectiva Força.

Art. 94 - Haverá, no teatro de operações, tantas Auditorias quantas forem necessárias.

§ 1º - Compõem-se a Auditoria de um Juiz-Auditor, um Procurador, um Defensor Público, um Secretário e auxiliares necessários, podendo as duas últimas funções ser exercidas por praças graduadas.

§ 2º - Um dos auxiliares de que trata o parágrafo anterior, exercerá, por designação do Juiz-Auditor, a função de oficial de justiça.

Art. 95 - Compete ao Conselho Superior de Justiça:

- I - processar e julgar originariamente os oficiais-generais;
- II - julgar as apelações interpostas das sentenças proferidas pelos Conselhos de Justiça e Juizes-Auditores;
- III - julgar os embargos opostos às decisões proferidas nos processos de sua competência originária.

Parágrafo único - O comandante do teatro de operações, responderá a processo perante o Superior Tribunal Militar, condicionada, a instauração da ação penal, à requisição do Presidente da República.

Art. 96 - Compete ao Conselho de Justiça:

- I - o julgamento dos oficiais até o posto de coronel, inclusive;
- II - decidir sobre arquivamento de inquérito e instauração de processo, nos casos de violência praticada contra inferior para compelir-lo ao cumprimento do dever legal, ou em repulsa a agressão.

Art. 97 - Compete ao Juiz-Auditor:

- I - presidir a instrução criminal dos processos em que forem réus praças, civis ou oficiais até o posto de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, inclusive;
- II - julgar as praças e os civis.

## PARTE IV

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98 - No exercício de suas funções na Justiça Militar, há recíproca independência entre os membros da Magistratura, do Ministério Público e da Defesa.

Art. 99 - Os Magistrados, os representantes do Ministério Público, os Defensores, o Secretário do Tribunal Pleno, o Diretor de Secretaria, o Oficial-de-Justiça Avaliador e outros servidores usarão, nas sessões e audiências, o vestuário e insígnias estabelecidos em lei ou no Regimento Interno do Tribunal.

Art. 100 - Aplica-se o disposto no art. 61 desta Lei, aos representantes do Ministério Público, advogados e servidores da Justiça Militar, observado, quanto a estes, a exceção prevista no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União.

Art. 101 - Nos atos de seu ofício, estão investidos de fé pública o Secretário do Tribunal Pleno, os Diretores de Secretaria, os Oficiais-de-Justiça Avaliadores e, bem assim, o Diretor-Geral do Tri-

bunal e aqueles que realizem atividades processuais nos autos de recursos ou processos de competência originária.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 102 - As Auditorias da Justiça Militar têm por sede: as da Primeira Circunscrição Judiciária Militar, a cidade do Rio de Janeiro/RJ; as da Segunda, a cidade de São Paulo/SP; as da Terceira, respectivamente, as cidades de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria/RS; a da Quarta, a cidade de Juiz de Fora/MG; a da Quinta, a cidade de Curitiba/PR; a da Sexta, a cidade de Salvador/BA; a da Sétima, a cidade de Recife/PE; a da Oitava, a cidade de Belém/PA; a da Nona, a cidade de Campo Grande/MS; a da Décima, a cidade de Fortaleza/CE; a da Décima Primeira, a cidade de Brasília/DF e a da Décima Segunda, a cidade de Manaus/AM.

Parágrafo único - A instalação da 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, a que se refere o art. 11, alínea c, desta Lei, que terá por sede a cidade de Brasília, fica condicionada à existência de recursos orçamentários específicos.

Art. 103 - O atual quadro de Defensores Públicos da Justiça Militar da União permanecerá, funcionalmente, na forma da legislação anterior, até que seja organizada a Defensoria Pública da União.

Art. 104 - Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969) e, em especial, o § 2º do art. 470 do Código de Processo Penal Militar.

**O SR. PRESIDENTE** (Saldanha Derzi) — De acordo com o disposto no § 2º, do art. 104, do Regimento Comum, ficam assim constituídas as Comissões Mistas incumbidas de relatar os vetos:

MENSAGEM Nº 127, DE 1992-CN  
(PLC/123/91)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Ronan Tito	Evaldo Gonçalves
Lucídio Portella	Angela Amimújo
Nelson Wedekin	Fetter Júnior

MENSAGEM Nº 128, DE 1992-CN  
(PLC/74/92)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Ronaldo Aragão	Clóvis Assis
Esperidião Amin	José Serra
Beni Veras	José Thomaz Nôno

MENSAGEM Nº 129, DE 1992-CN  
(PLC/76/92)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Cid Sabóia de Carvalho	Nilson Gibson
Chagas Rodrigues	Tourinho Dantas
Valmir Campelo	Roberto Magalhães

MENSAGEM Nº 130, DE 1992-CN  
(PLC/46/92)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Ney Maranhão	Chico Vigilante
Valmir Campelo	José Maria Eymael
Cid Sabóia de Carvalho	Nilson Gibson

MENSAGEM Nº 131, DE 1992-CN  
(PLC/36/92)

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
Nabor Júnior	Paes Landim
Francisco Rollemberg	Adylson Motta
José Paulo Bisol	João Fagundes

Nos termos art. 105 do Regimento Comum, as Comissões Mistas deverão apresentar os relatórios sobre os vetos até o dia 25 do corrente mês.

A convocação de sessão destinada à apreciação das matérias será feita após a publicação e distribuição de avulsos

contendo os textos dos projetos vetados, os pareceres das comissões que os apreciaram e os relatórios das Comissões Mistas ora designadas.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 5 de dezembro de 1992.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

OF/GAB/I/Nº 502

Brasília, 30 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Deputado Marcelo Barbieri passa a integrar, na qualidade de efetivo, a Comissão Especial Mista destinada a “elaborar os modelos de forma e sistema de governo a serem utilizados no plebiscito previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, em vaga existente pertencente a este partido.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — Deputado **Genebaldo Correia**, Líder do PMDB.

SGM/P Nº 1.454

Brasília, 29 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 315/92, da Liderança do PTB, a indicação do Sr. Deputado Wilson Cunha para integrar a Comissão Especial Mista “Destinada a estudar o problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e propor soluções”, em substituição ao Sr. Deputado Nelson Trad.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

Ofício nº 315/92

Brasília, 28 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Indico a V. Exª, nos termos regimentais, para integrar a Comissão Especial Mista “Destinada a estudar o problema do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro e propor soluções”, o Senhor Deputado Wilson Cunha, em substituição ao Deputado Nelson Trad.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração. — Deputado **Onaireves Moura**, Vice-Líder do PTB no exercício da Liderança.

Ofício nº 0269/GSNWED/92

Brasília, 7 de outubro de 1992

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento nº 593 de 1991-CN, indico o nobre Senador Darcy Ribeiro, em substituição ao nobre Senador Abdias do Nascimento, na qualidade de titular, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na Universidade brasileira.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Nelson Wedekin**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Concedo a palavra a nobre Congressista Maria Luiza Fontenele.

**A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE** (PSB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na sessão do Congresso Nacional do dia 28 próximo passado foi lido um requerimento do Senador Esperidião Amin no sentido de se instalar uma CPI para apurar os fatos ocorridos na Casa de Detenção, em São Paulo.

Na Câmara, em torno de duzentos deputados apuseram suas assinaturas no documento.

No momento em que foi lido o requerimento, o Senador Jurandyr Paixão arguiu a inconstitucionalidade da CPI e solicitou ao Presidente do Congresso Nacional o arquivamento do pedido.

Acredito, pela própria argumentação que o Senador Esperidião Amin desenvolveu quando do questionamento do Senador Jurandyr Paixão, que há toda uma evidência, tanto do ponto de vista constitucional, como do ponto de vista da luta maior pelos direitos humanos, além da postulação de vários setores da sociedade civil organizada, preocupados com a situação carcerária do País, para que se possa, a partir dos fatos registrados em São Paulo, proceder a uma ampla investigação sobre a realidade desse setor. A partir dessa CPI pode-se estender o trabalho para outra CPI de porte mais amplo, como foi, inclusive, a minha proposta inicial na Câmara dos Deputados, que suspendi em função da apresentada pelo Senador Esperidião Amin.

Então, meu pleito neste momento, Sr. Presidente, é no sentido de que seja agilizada a implantação da CPI, uma vez que a argumentação usado pelo próprio Senador Amin é irrefutável.

**O SR. PRESIDENTE** (Saldanha Derzi) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item I

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.

— Dependendo de parecer.

Prazo: 7-11-92

Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga para proferir o parecer.

**O SR. BELLO PARGA** (PFL — MA. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 122, de 1992-CN (nº 645, na origem), submete à deliberação do Congresso Nacional, com base no artigo 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.

O texto legal pode ser assim resumido:

1 — A criação da Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais dá-se no âmbito do Ministério da Educação, incorporando o “Projeto Minha Gente” e transferindo para a mesma Secretaria o acervo patrimonial, as atribuições, as competências, as obrigações e os direitos da extinta Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

2 — As competências do órgão estão voltadas, entre outras, para o planejamento, coordenação e supervisão da execução de programas e implantação física dos Centros de Atenção Integral a crianças e adolescentes.

3 — Sua estrutura básica, composta de um Gabinete, três Departamentos e duas Coordenações, condiciona-se à criação de 142 Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (Anexo A) e à transferência de apenas 25 cargos da Secretaria-Geral da Presidência da República, ligadas ao Projeto Minha Gente (Anexo B), com a conseqüente extinção de 78 cargos de direção e assessoramento superior e 202 funções gratificadas existentes na Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República (E. M. nº 245).

4 — A unidade gestora do Projeto Minha Gente transfere-se da Presidência da República para a Secretaria de Administração Geral do Ministério da Educação.

5 — Finalmente, o artigo 6º determina que o Poder Executivo disponha, no prazo de trinta dias, sobre a organização e funcionamento da Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais.

De conformidade com o artigo 7º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, cabe a esta Comissão examinar a Medida Provisória nº 308, de 1992, quanto aos aspectos constitucional e de mérito, uma vez que ela atende aos pressupostos de urgência e relevância.

No que se refere à constitucionalidade, nenhum dispositivo da norma em exame infringe a Lei Maior, pois compete privativamente ao Presidente da República “dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da Lei” (art. 84, VI) e ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: “X — criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas”; e “XI — criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública” (art. 48).

Quanto ao mérito, convém ressaltar os seguintes aspectos, constantes da Exposição de Motivos nº 245 do Senhor Ministro de Estado da Educação:

1º) É preciso evitar a dicotomia entre implantação física das unidades, denominadas CIAC — Centros Integrados de Apoio à Criança, sob a responsabilidade do Projeto “Minha Gente” e a orientação dos programas pedagógicos, treinamento dos recursos humanos, definição de normas para o funcionamento e para manutenção das unidades, sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

2º) Na operacionalização dos programas, o Ministério da Educação não pode ter sua ação inibida pela Medida Provisória nº 305, de 1992, sobretudo no que diz respeito a decisões administrativas importantes como a da determinação dos locais onde os programas devem funcionar.

3º) Sendo o Projeto, hoje, uma realidade irreversível, deixando abertos caminhos para inovações educacionais importantes, ele deve ser conduzido a um rumo mais adequado com algumas correções conceituais e administrativas, sobretudo a da reunião de tarefas anteriormente separadas, a fim de evitar-se ações duplicadas ou conflitantes.

4º) Por outro lado, o Projeto “Minha Gente” passa a ser designado, para uma melhor clareza conceitual, como Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, dada a amplitude de seus objetivos sociais que se estendem muito além de um período governamental.

5º) Extinguindo-se a Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, a Medida Provisória nº 308, de 1992, contribui para a redução de gastos, não acarretando, portanto, o aumento de despesas ao propor a criação da Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais no âmbito do Ministério da Educação.

Por todas essas razões, fundamentadas no propósito de um atendimento integral à infância e à adolescência com a efetiva participação da comunidade, somos de parecer que a Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, nos seus exatos termos, deve ser convertida em lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Saldanha Derzi) — O parecer conclui pela aprovação.

Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**, em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 36/92-CN — nº 149/92, na origem), tendo:

PARECER favorável, sob nº 25/92-CN

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 57/92-CN — nº 314/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 30/92-CN, favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Saldanha Derzi) — **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.000.000,00, para fins que especifica. (Mensagem nº 59/92-CN — 358/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 33/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a

abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.680.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 60/92-CN — 359/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 34/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 69/92-CN — 462/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 35/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 70/92-CN — 492/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 36/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — **Item 8:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências. (Mensagem nº 72/92-CN — 495/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 37/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela rejeição do Projeto e pela prejudicialidade das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****9:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recurso sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 73/92-CN — 509/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 38/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****10:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 74/92-CN — 510/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 39/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****11:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 75/92-CN — 511/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 40/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****12:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 77/92-CN — 513/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 41/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****13:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 78/92-CN — 514/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 42/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****14:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 79/92-CN — 515/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 43/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****15:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 80/92-CN — 516/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 44/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item****16:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 81/92-CN — 517/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 45/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 17:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 82/92-CN — nº 519/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 46/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 18:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 83/92-CN — nº 520/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 47/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 19:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 85/92-CN — nº 529/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 48/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 20:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a

abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 86/92-CN — nº 530/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 49/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 21:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$612.336.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 98/92-CN — nº 560/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 51/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 22:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 99/92-CN — nº 561/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 52/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 23:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito pessoal até o limite de Cr\$396.872.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 100/92-CN — nº 562/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 53/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 24:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 102/92-CN — nº 564/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 54/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 25:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.633.849.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 103/92-CN — 565/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 55/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 26:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928,000,00, para fins que especifica. (Mensagem nº 104/92-CN — 566/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 56/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 27:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a

abrir aos Orçamentos da União, crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 115/92-CN — 630/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 57/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 28:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 116/92-CN — 631/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 58/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Item 29:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 118/92-CN — 633/92, na origem), tendo

PARECERE, sob nº 59/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi)** — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, para votação da Medida Provisória nº 308, de 1992, e de projetos de lei referentes à abertura de créditos adicionais.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi)** — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 16 minutos.)*



# Ata da 50ª Sessão Conjunta, em 5 de novembro de 1992

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Beni Veras.

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Bello Parga – Beni Veras – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Darcy Ribeiro – Dario Pereira – Divaldo Suruagy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Eva Blay – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Hydekel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Riça – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Luiz Alberto – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Roman Tito – Ruy Bacelar – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS

### RORAIMA

AVENIR ROSA	PDC
FRANCISCO RODRIGUES	PTB
JOAO FAGUNDES	PMDB
JULIO CABRAL	PTR
RUBEN BENTO	BLOCO
TERESA JUCA	PDS

### AMAPA

AROLD GÖES	PDT
FATIMA PELAES	BLOCO
GILVAM BORGES	PMDB
LOURIVAL FREITAS	PT
MURILO PINHEIRO	BLOCO
VALDENOR GUEDES	PTR

### PARAÍ

ALACID NUNES	BLOCO
CARLOS KAYATH	PTB
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
FRMINIO CALVINHO	PMDB

HILARIO COIMBRA	PTB
JOSE DIOGO	PDS
MARIO CHERMONT	PTR
MARIO MARTINS	PMDB
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT
PAULO TITAN	PMDB

### AMAZONAS

BETH AZIZE	PDT
EZIO FERREIRA	BLOCO
PAUDERNEY AVELINO	PDC

### RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	PTB
CARLOS CAMURCA	PTR
EDISON FIDELIS	PTB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
NOBEL MOURA	PTR
PASCOAL NOVAES	BLOCO
REDITARIO CASSOL	PTR.

### ACRE

ADELAIDE NERI	PMDB
CELIA MENDES	PDS
FRANCISCO DIOGENES	PDS
JOAO MAIA	PTR
JOAO TOTA	PDS
RONIVON SANTIAGO	BLOCO
ZILA BEZERRA	PMDB

### TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
FREIRE JUNIOR	BLOCO
LEOMAR QUINTANILHA	PDC
OSVALDO REIS	PTR

### MARANHAO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB

DANIEL SILVA	PDS	IVAN BURITTY	BLOCO
FRANCISCO COELHO	PDC	IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB
JAYME SANTANA	PSDB	JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE BURNETT	BLOCO	JOSE MARANHÃO	PMDB
JOSE REINALDO	BLOCO	VITAL DO REGO	PDT
NAN SOUZA	PST	ZUCA MOREIRA	PMDB
PEDRO NOVAIS	PDC		
SARNEY FILHO	BLOCO	PERNAMBUCO	
CEARA		ALVARO RIBEIRO	PSB
AECIO DE BORBA	PDS	FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
ARIOSTO HOLANDA	PSB	GILSON MACHADO	BLOCO
CARLOS VIRGILIO	PDS	JOAO COLACO	PTB
EDSON SILVA --	PDT	JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
ERNANI VIANA	PSDB	JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO	JOSE MOURA	BLOCO
GONZAGA MOTA	PMDB	JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO
JACKSON PEREIRA	PSDB	LUIZ PIAUHYLINO	PSB
JOSE LINHARES	PSDB	MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
LUIZ GIRAO	PDT	MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
LUIZ PONTES	PSDB	MIGUEL ARRAES	PSB
MARCO PENAFORTE	PSDB	NILSON GIBSON	PMDB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB	OSVALDO COELHO	BLOCO
MAURO SAMPAIO	PSDB	PEDRO CORREA	BLOCO
MORONI TORGAN	PSDB	RENILDO CALHEIROS	PCdoB
PINHEIRO LANDIM	PMDB	WILSON CAMPOS	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB	ALAGOAS	
UBIRATAN AGUIAR	PMDB	AUGUSTO FARIAS	BLOCO
PIAUI		JOSE THOMAZ NONO	PMDB
B. SA	PTB	MENDONCA NETO	PDT
FELIPE MENDES	PDS	ROBERTO TORRES	PTB
JESUS TAJRA	BLOCO	SERGIPE	
JOAO HENRIQUE	PMDB	BENEDITO DE FIGUEIREDO	S/P
JOSE LUIZ MAIA	PDS	PEDRO VALADARES	PST
MURILO REZENDE	PMDB	BAHIA	
MUSSA DEMES	BLOCO		
PAES LANDIM	BLOCO		
PAULO SILVA	PSDB		
RIO GRANDE DO NORTE		ALCIDES MODESTO	PT
FERNANDO FREIRE	PDS	AROLDO CEDRAZ	BLOCO
FLAVIO ROCHA	PL	BENITO GAMA	BLOCO
IBERE FERREIRA	BLOCO	CLOVIS ASSIS	PDT
NEY LOPES	BLOCO	ERALDO TINOCO	BLOCO
PARAIBA		GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
ADAUTO PEREIRA	BLOCO	GENERALDO CORREIA	PMDB
EFRAIM MORAIS	BLOCO	HAROLDO LIMA	PCdoB
		JABES RIBEIRO	PSDB
		JOAO ALMEIDA	PMDB

JOAO ALVES  
JONIVAL LUCAS  
JORGE KHOURY  
JOSE FALCAO -  
JOSE LOURENCO  
LUIZ EDUARDO  
LUIZ MOREIRA  
LUIZ VIANA NETO  
NESTOR DUARTE  
PEDRO IRUJO  
PRISCO VIANA  
RIBEIRO TAVARES  
SERGIO BRITO  
SERGIO GAUDENZI  
TOURINHO DANTAS  
URALDO DANTAS  
ULDURICO PINTO  
WALDIR PIRES

MINAS GERAIS

AECIO NEVES  
AGOSTINHO VALENTE  
ALVARO PEREIRA  
ANNIBAL TEIXEIRA  
ARACELY DE PAULA  
ARMANDO COSTA  
CAMILO MACHADO  
CELIO DE CASTRO  
ELIAS MURAD  
FELIPE NERI  
FERNANDO DINIZ  
GENESIO BERNARDINO  
ISRAEL PINHEIRO  
JOAO PAULO  
JOSE ALDO  
JOSE GERALDO  
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS  
MARCOS LIMA  
NILMARIO MIRANDA  
OSMANIO PEREIRA  
PAULO DELGADO  
PAULO HESLANDER  
PEDRO TASSIS  
SERGIO NAYA  
TILDEN SANTIAGO  
VITTORIO MEDIOLI  
WILSON CUNHA  
ZAIRES REZENDE

PDS  
PDC  
BLOCO  
BLOCO  
PDS  
BLOCO  
PTB  
S/P  
PMDB  
BLOCO  
PDS  
PL  
PDC  
PDT  
BLOCO  
PSDB  
PSB  
PDT.

PSDB  
PT  
PSDB  
PTB  
BLOCO  
PMDB  
BLOCO  
PSB  
PSDB  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PRS  
PT  
PRS  
PMDB  
BLOCO  
PMDB  
PT  
PSDB  
PT  
PTB  
PMDB  
PMDB  
PT  
PSDB  
PTB  
PMDB

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS  
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES  
JOAO BAPTISTA MOTTA  
JONES SANTOS NEVES  
JORIO DE BARROS  
NILTON BATANO  
RITA CAMATA  
ROBERTO VALADAO  
ROSE DE FREITAS

PDT  
PMDB  
PSDB  
PL  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PMDB  
PSDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL  
ALVARO VALLE  
ARTUR DA TAVOLA  
CARLOS LUPI  
CIDINHA CAMPOS  
EDUARDO MASCARENHAS  
FLAVIO PALMIER DA VEIGA  
FRANCISCO DORNELLES  
FRANCISCO SILVA  
JANDIRA FECHALI  
JOAO MENDES  
JOSE VICENTE BRIZOLA  
LAERTE BASTOS  
LUIZ SALOMAO  
MARINO CLINGER  
MIRO TEIXEIRA  
PAULO PORTUGAL  
PAULO RAMOS  
SANDRA CAVALCANTI  
SIDNEY DE MIGUEL  
SIMAO SESSIM  
VIVALDO BARBOSA  
VLADIMIR PALMEIRA  
WANDA REIS

PTB  
PL  
PSDB  
PDT  
PDT  
PDT  
BLOCO  
BLOCO  
PST  
PCdoB  
PTB  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
PDT  
BLOCO  
PV  
BLOCO  
PDT  
PT  
S/P

SÃO PAULO

ALDO REBELO  
ANDRE BENASSI  
BERETTO HADDAD  
BETO MANSUR  
CARDOSO ALVES  
CUNHA BUENO  
EDUARDO JORGE  
ERNESTO GRADELLA  
FABIO MEIRELLES  
GASTONE RIGHI  
GUSTAVO ALCKMIN FILHO

PCdoB  
PSDB  
PTR  
PDT  
PTB  
PDS  
PT  
S/P  
PDS  
PTB  
PSDB

HEITOR FRANCO	BLOCO	RONALDO CATADO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
JOSE GENOINO	PT		
JOSE SERRA	PSDB	MATO GROSSO DO SUL	
KOYU IHA	PSDB		
LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	ELISIO CURVO	BLOCO
LUIZ GUSHIKEN	PT	FLAVIO DERZI	BLOCO
MALULY NETTO	BLOCO	JOSE ELIAS	PTB
MANOEL MOREIRA	PMDB	NELSON TRAD	PTB
MARCELO BARBIERI	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
MAURICI MARIANO	PMDB		
OSWALDO STECCA	PMDB	PARANA	
PAULO NOVAES	PMDB		
PEDRO PAVAO	PDS	BASILIO VILLANI	PDS
ROBSON TUMA	PL	CARLOS SCARPELINI	PST
TADASHI KURIKI	BLOCO	EDI SILIPRANDI	PDT
TIDEI DE LIMA	PMDB	ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
VADAO GOMES	BLOCO	FLAVIO ARNS	PSDB
VALDEMAR COSTA	PL	IVANIO GUERRA	BLOCO
WALTER NORY	PMDB	JONI VARISCO	PMDB
		LUIZ CARLOS HAULY	PST
MATO GROSSO		MAX ROSENMAN	BLOCO
		MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
JOAQUIM SUCENA	PTB	ONATREVES MOURA	PTB
JONAS PINHEIRO	BLOCO	PAULO BERNARDO	PT
JOSE AUGUSTO CURVO	PL	PEDRO TONELLI	PT
RODRIGUES PALMA	PTB	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
		REINHOLD STEPHANES	BLOCO
DISTRITO FEDERAL		RENATO JOHNSON	S/P
		WERNER WANDERER	BLOCO
AUGUSTO CARVALHO	PCB		
BENEDITO DOMINGOS	PTR	SANTA CATARINA	
CHICO VIGILANTE	PT		
OSORIO ADRIANO	BLOCO	ANGELA AMIN	PDS
PAULO OCTAVIO	BLOCO	CESAR SOUZA	BLOCO
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
		DERCIO KNOP	PDT
GOIAS		JARVIS GAIDZINSKI	PL
		NELSON MORRO	BLOCO
ALANO DE FREITAS	PMDB	NEUTO DE CONTO	PMDB
ANTONIO DE JESUS	PMDB	ORLANDO PACHECO	BLOCO
ANTONIO FALEIROS	PSDB	PAULO DUARTE	BLOCO
DELIO BRAZ	BLOCO	RUBERVAL PILOTTO	PDS
JOAO NATAL	PMDB	VASCO FURLAN	PDS
LUCIA VANIA	PMDB		
LUIZ SOYER	PMDB	RIO GRANDE DO SUL	
MARIA VALADAO	PDS		
OSORIO SANTA CRUZ	PDC	ADAO PRETTO	PT
PAULO MANDARINO	PDC	ADYLSO MOTA	PDS
PEDRO ABRÃO	PTR	AMAURY MULLER	PDT
ROBERTO BALESTRA	PDC	ARNO MAGARINOS	BLOCO

CELSE BERNARDI	PDS
EDEN PEDROSO	PDT
FETTER JUNIOR	PDS
GERMANO RIGOTTO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PDS
JORGE UBUQUE	PSDB
JOSE FORTUNATI	PT
LUIS ROBERTO PONTE	PMDB
NELSON JOBIM	PMDB
NELSON PROENÇA	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PDS
PAULO PAIM	PT
TELMO KIRST	PDS
VALDOMIRO LIMA	PDT
VICTOR FACCIONI	PDS
WILSON MULLER	PDT

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — As listas de presença acusam o comparecimento de 65 Srs. Senadores e 317 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez estou trazendo a este Plenário uma denúncia que julgo muito importante. Recebi, na semana passada, da SOBREVIVÊNCIA, Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, presidida pelo meu amigo e colega, professor da Escola Paulista de Medicina, Elisaldo Carlini, os processos aprovados pela DIRPOD, Divisão de Produtos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária.

A Diprod é a divisão do Ministério da Saúde encarregada de analisar os processos de aprovação de medicamentos. Por exemplo, quando determinado laboratório pretende lançar no mercado um medicamento novo, tem de submeter o seu processo a essa divisão que o analisa com o maior cuidado, verificando os riscos, as vantagens terapêuticas e as possibilidades de efeitos colaterais ou tóxicos daquele medicamento. Trata-se de uma divisão extremamente importante.

O que é grave na denúncia da Sobravime, uma entidade privada que não tem nenhuma ligação com o Governo, é o fato de que, ao apagar as luzes do Governo Collor, a Diprod aprovou, em quarenta e poucos dias, 1.073 processos de medicamentos no Ministério da Saúde. E o mais curioso é que nesses 1.073 processos não há nenhum medicamento novo, apenas modificações, por exemplo, de dosagens. Determinados produtos, em vez de apresentar comprimidos de dez miligramas, passaram a conter comprimidos de vinte miligramas, ou, então, em vez de comprimidos, drágeas e outras modificações semelhantes, algumas inclusive de titularidade, isto é, o produto passa de determinado laboratório para outro.

Isso configura, na minha opinião — e esta é a opinião expressada também pela Sobravime — maquiagem de medica-

mentos. Maquiagem em que sentido? Só pode haver uma espécie de maquiagem nesse campo particular, que é criar condições para um aumento dos preços dos medicamentos, e estamos verificando isso na prática.

O próprio Presidente da República, Dr. Itamar Franco, manifesta a sua indignação pelo aumento exorbitante dos medicamentos nos últimos tempos. Só para citar um exemplo desses aumentos exorbitantes, um medicamento comum, a Tetraciclina, antibiótico à base do conhecido Tetrex, aumentou 3.000% no último ano, depois que os medicamentos tiveram seus preços liberados. Muitos outros exemplos podem ser citados. Já encaminhei ao Sr. Ministro da Saúde, meu colega e amigo Dr. Jamil Haddad, essa denúncia da Sobravime, extremamente grave, de que, em quarenta e poucos dias, foram modificados 1.073 produtos farmacêuticos no mercado brasileiro.

Daqui deste plenário reafirmo a disposição de lutarmos contra esses artifícios, geralmente utilizados pelas multinacionais farmacêuticas, pelas companhias transacionais, que controlam mais de 80% do mercado farmacêutico brasileiro.

É interessante afirmar que a Sobravime, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tem o apoio da Associação Médica Brasileira, do Conselho Federal de Farmácia, do Conselho Federal de Medicina, da federação dos organismos ligados à proteção do consumidor e da própria SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Faço, mais uma vez, um apelo ao Sr. Ministro da Saúde, que hoje está em reunião para estudar a questão dos medicamentos no País, no sentido de que invista na CEME, Central de Medicamentos, na chamada RENAME, que é a Relação de Medicamentos Essenciais. São cerca de 350 medicamentos, que, se forem produzidos pelos laboratórios oficiais, pela Ceme, dar-nos-ão condições de atender a mais de 90% das doenças tratáveis, fornecendo medicamentos a baixo custo, particularmente à população carente deste País.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaury Muller.

O SR. AMAURY MULLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a proa da economia nacional, virtualmente destruída pela recessão econômica e pela persistência de um modelo neoliberal, concentrador de riqueza e excludente da maioria, levou o Presidente da República, Itamar Franco, à patética constatação de que o País está à beira de uma convulsão social.

Não surpreende a preocupação de S. Ex<sup>a</sup> Afinal, ao longo dos dois últimos anos e meio, esta Casa tem testemunhado frequentes e sistemáticas denúncias contra as políticas adotadas pelo Governo Federal, que, na sua perversidade e no seu profundo desprezo pelos valores do trabalho e da dignidade humana, geraram o arrocho salarial, o desemprego, o subemprego, a angústia, a desesperança e a revolta.

Ora, se o quadro é tão eloquentemente dramático, é chegado o momento de todos os setores responsáveis da sociedade brasileira, a começar pelo Congresso Nacional, assumirem a responsabilidade de modificar esse estado de coisas e gerar expectativas positivas de que é possível banir do horizonte da Pátria esse volume perigoso de nuvens da incerteza e da falta de fé.

Ouçõ dizer que a preocupação do Presidente Itamar Franco, na área trabalhista, é a de elaborar, a partir de uma ampla discussão com todos os setores interessados, principalmente com os trabalhadores, uma nova política salarial, que talvez

utilize a velha, mas sempre eficiente, fórmula do gatilho para corrigir as violências e a erosão que um processo inflacionário incontornável pratica contra os direitos essenciais dos assalariados brasileiros.

Não foi outra a intenção da lei, durante o Governo Sarney, quando aprovamos esse tipo de política salarial. Se é verdade que a inflação provou patamares elevados, chegando a mais de 80% ao mês, não é menos verdade que o gatilho salarial permitia a reposição automática e mensal de todas as perdas provocadas pela erosão inflacionária.

Saúdo essa decisão, que não vai se materializar agora, mas somente chegará a uma palpante realidade após entendimentos, negociações, estudos e debates, como uma ferramenta de grande utilidade e de importância fundamental para que possamos, o mais rapidamente possível, dobrar a esquina da recessão econômica e reencontrar os pródigos caminhos do crescimento econômico harmônico e do desenvolvimento integral, capazes um e outro de contemplar cada um dos brasileiros com os frutos sazonados da justiça social.

Espero, Sr. Presidente, que, sem prejuízo do que a Câmara dos Deputados já começa a discutir, tentando minimizar os efeitos danosos da política do salário mínimo com reajustes quadrimestrais, estabelecendo antecipações bimestrais, nós possamos construir, numa obra de engenharia política que envolva todo os setores ideológicos e partidários do Congresso Nacional, os caminhos, a larga avenida que nos levará ao Brasil de todos os brasileiros, onde não persistam como hoje, salários miseráveis, insultos à dignidade humana, desemprego, subemprego, fome, doença, miséria generalizada e sobretudo desesperança.

Saúdo essa decisão, Sr. Presidente, como uma abertura saudável, uma espécie de oxigenação das relações do Poder Executivo com o Legislativo e com a sociedade e espero que possa essa decisão resultar num somatório de profundo conteúdo humano para todos os brasileiros e que possamos, afinal, todos nós, pertencendo ou não ao Governo, estando ou não no Governo, patrocinar a causa que o Presidente Itamar Franco está defendendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Há requerimento sobre a mesa, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 130/92-CN**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei nº 40/92-CN, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$326.630.684.000,00, para os fins que especifica”, de autoria do Poder Executivo, tramite em regime de urgência.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1992. — **Genebaldo Corrêa** — **José Fortunati** — **Diogo Nomura** — **José Serra** — **José Luis Maia** — **Nelson Wedekin** — **Lucídio Portela** — **João Mendes** — **Pedro Novais**.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Em votação o requerimento.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

O Projeto de Lei nº 40/92-CN, passa a figurar na Ordem do Dia, em último lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Há sobre a mesa outro requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 131, DE 1992-CN**

Nos termos regimentais, requeremos inversão da Ordem do Dia a fim de que os itens 2 e 8 da pauta sejam apreciados em último e penúltimo lugares, respectivamente.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 1992. Deputado **Adilson Motta**.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Em votação o requerimento.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — A Presidência recebeu, na época oportuna, expediente do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 595/91-CN, destinada a apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação, que vai ser lido pelo Senhor Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

#### **SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Ofício nº 40/91

Brasília, 29 de outubro de 1992

#### **REQUERIMENTO Nº 132, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 595, de 1991-CN, destinada a “apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro de Habitação”, solicito a Vossa Excelência, conforme o disposto na Alínea a, Parágrafo 1º, do art. 76 do Regimento Interno desta Casa, combinado com o parágrafo 3º do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias, do prazo concedido a este órgão técnico.

Certo de contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente. — Senador **Henrique Almeida**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — A Presidência esclarece que recebeu o requerimento na época oportuna.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

Em votação no Senado Federal  
Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Aprovado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1.

Votação, em turno único, da Medida Provisória nº 308, de 7 de outubro de 1992, que cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e da outras providências, tendo

PARECER, proferido em Plenário pelo Senador Bello Parga, pela aprovação da Medida.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada hoje, as onze horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Em votação a Medida Provisória na Câmara.

**O Sr. Paulo Paim** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. PAULO PAIM** (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota contra.

**O SR. ADYLSO MOTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto pessoal é contra e já argumentei em outras sessões o porquê.

**O SR. AMAURY MÜLLER** (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, da mesma forma, o PDT, mas, como o voto de Liderança já está acertado, não nos oporemos à aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Aprovada, contra os votos dos Deputados Amaury Müller, Paulo Paim e Adylson Motta, a Medida Provisória é aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

O Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Aprovada.)

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

### MEDIDA PROVISÓRIA nº 308, de 7 de outubro de 1992

**Cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.**

O VICE-PRESIDENTE da REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º É criada, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais, mediante a incorporação do Projeto Minha Gente, órgão inte-

grante da estrutura da extinta Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República, com a finalidade de promover a atenção integral a crianças e adolescentes, mediante ações de educação, saúde, assistência e promoção social e integração comunitária.

Parágrafo único. Ficam transferidos para a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais o acervo patrimonial, as atribuições, as competências, as obrigações e os direitos da extinta Secretaria de Projetos Especiais da Presidência da República.

Art. 2º Compete à Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais:

I — planejar, coordenar e supervisionar, diretamente ou mediante convênios, a execução de programas de atenção integral a crianças e adolescentes, após a aprovação das suas diversas etapas pelo Ministro da Educação;

II — planejar, coordenar, promover, fiscalizar e executar, diretamente ou mediante convênios, a implantação física dos centros de atenção integral a crianças e adolescentes, bem como fixar normas para sua manutenção;

III — coordenar e apoiar a operacionalização dos centros de atenção integral a crianças e adolescentes, controlando e supervisionando a qualidade dos serviços prestados nos mesmos, assim como fixar as normas para seu funcionamento;

IV — promover a capacitação dos recursos humanos envolvidos na operacionalização da atenção integral a crianças e adolescentes, mediante o apoio à realização, diretamente ou por intermédio de convênios, de programas de treinamento e de estudos e pesquisas voltados para o desenvolvimento tecnológico da atenção integral;

V — articular-se com órgãos e agentes do Poder Público, no âmbito federal, estadual e municipal, com empresas privadas e organizações não-governamentais envolvidos nos programas de atenção integral a crianças e adolescentes.

Art. 3º A Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais tem a seguinte estrutura básica:

I — Gabinete;

II — Departamento de Infra-Estrutura;

III — Departamento de Operações;

IV — Departamento de Desenvolvimento Tecnológico;

V — Coordenação de Apoio Logístico;

VI — Coordenação de Apoio Técnico;

Art. 4º Ficam criados os cargos em comissão e funções gratificadas constantes do Anexo desta Medida Provisória, sendo transferidos e transformados aqueles existentes na Secretaria-Geral da Presidência da República, destinados ao Projeto Minha Gente.

Art. 5º A unidade gestora específica do Projeto Minha Gente fica transferida, da Presidência da República, para a Secretaria de Administração geral do Ministério da Educação.

Art. 6º O Poder Executivo disporá, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação desta Medida Provisória, sobre a organização e o funcionamento da Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de outubro de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

## ANEXO

## A) QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS, CRIADOS NA SECRETARIA NACIONAL DE PROJETOS EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

UNIDADE	QUANT.	CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG
GABINETE	1	Secretário Nacional	101.6
	1	Chefe	101.4
	5	Assessor	102.4
	2	Chefe	101.2
	10		FG-1
DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA	12		FG-2
	15		FG-3
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.1
	5	Coordenador-Geral	101.4
	5	Gerente de Projeto	101.2
	12	Chefe de Serviço	101.1
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	1	Diretor	101.5
	2	Assessor	102.2
	1	Assessor	102.1
	4	Coordenador-Geral	101.4
	5	Gerente de Projeto	101.2
COORDENAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor	102.3
	3	Coordenador	101.3
	10	Chefe de Divisão	101.2
	6	Chefe de Serviço	101.1
COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor	102.3
	4	Chefe de Divisão	101.2

## B) CARGOS EM COMISSÃO TRANSFERIDOS DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

UNIDADE	QUANT.	CARGO	DAS
PROJETO MINHA GENTE	12	Gerente de Projeto	101.2
	4	Assessor	102.2
	3	Assessor	102.3
	6	Chefe de Serviço	101.1

## O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Item 2: da pauta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.413.000,00 (cento e quarenta e quatro bilhões, cento e vinte e três milhões, quatrocentos e treze mil cruzeiros), paga os fins que especifica.

Ao projeto foram apresentadas 1.450 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu parecer nº 30, de 1992-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada hoje, às 11h30min, ficando adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa requerimentos de destaque que vão ser lidos pelo Senhor Primeiro Secretário.

São lidas as seguintes.

## REQUERIMENTO Nº 133/92-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00217-6, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 134-CN, DE 1992.

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00218-4, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 135-CN, DE 1992.

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00219-2, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 136-CN, DE 1992

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00220-6, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 137, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00221-4, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 138, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00222-2, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 139, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00223-1, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 140, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00224-9, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

## REQUERIMENTO Nº 141, DE 1992-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00225-7, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.



## REQUERIMIENTO N° 150, DE 1992-CN

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00212-5, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz.**

## REQUERIMIENTO Nº 151, DE 1992-CN

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00211-7, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMIENTO N° 152, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00210-9, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMIENTO N° 153, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00209-5, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz.**

## REQUERIMIENTO N° 154, DE 1992-CN

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00208-7, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMIENTO N° 155, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado. da Emen-  
da Nº 17-00207-9, de autoria do Deputado Fernando Diniz,  
ao PLN nº 17-92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMIENTO N° 156, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda Nº 17-00206-1, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz.**

## REQUERIMIENTO N° 157, DE 1992-CN

Senhor Presidente,  
Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00205-2, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 158, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00204-4, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 159, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00203-6, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 160, DE 1991-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00202-8, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 161, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00201-0, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 162, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00200-1, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 163, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00199-4, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 164, DE 1992**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00198-6, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 165, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00197-8, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 166, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00196-0, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 167, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00195-1, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**REQUERIMENTO Nº 168, DE 1992-CN**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para votação em separado, da Emenda nº 17-00194-3, de autoria do Deputado Fernando Diniz, ao PLN nº 17/92.

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Deputado **Fernando Diniz**.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — As partes destacadas serão votadas oportunamente.

Nos termos do art. 24 da Resolução nº 1, de 1991-CN, o parecer da Comissão sobre as emendas será conclusivo e final, salvo requerimento para que as emendas sejam submetidas a votos. Assinado por um décimo dos Congressistas. Apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o dia anterior ao estabelecido para a discussão da matéria em plenário.

Em votação o projeto, na Câmara, sem prejuízo das partes destacadas.

Aprovado.

Em votação no Senado.

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Em votação a Emenda nº 217.

Em votação na Câmara.

Aprovada.

Em votação no Senado.

Aprovada.

**O Sr. Aldo Rebelo** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ALDO REBELO** (PC do B — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a aprovação foi do destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Destaque para a Emenda nº 218.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

**O Sr. Eden Pedroso** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. EDEN PEDROSO** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a inversão de pauta, do item 26 para logo após o Item 3.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — V. Exª terá que encaminhar à Mesa requerimento de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Destaque para a Emenda nº 219.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Destaque para a Emenda nº 220

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Destaque para a Emenda nº 221.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovada.

**O Sr. José Luiz Maia** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. JOSÉ LUIZ MAIA** (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho a impressão de que é visível a falta de **quorum**.

**O Sr. Adylson Motta** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. ADYLSO MOTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há pouco me foi solicitado que assinasse um requerimento de inversão de pauta, solicitação a que atendi, para colaborar com o andamento dos nossos trabalhos. Porém, agora fiquei sabendo que se trata da rolagem da dívida dos estados, e não tenho nenhum interesse em procrastinar essa decisão. Então, em face da balbúrdia que se instalou, solicito a V. Exª que encerre a sessão, pela visível falta de **quorum** e para que possamos, em outra sessão, cautelosamente, decidir, até porque é matéria de alta significação em termos financeiros.

Honestamente, sinto-me constrangido por ter assinado esse requerimento, do qual não me foi dado conhecer o teor. Apenas para ajudar a Mesa, eu o assinei, mas, na verdade, desejo que se vote de imediato esse crédito, para viabilizar os estados que estão com esse problema da dívida.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Nos termos do art. 29, a Presidência acolhe a questão de Ordem e adia a votação da matéria, bem como a dos demais itens da pauta.

São os seguintes os itens adiados:

— 3 —

**PROJETO DE LEI Nº 17, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar até o limite de Cr\$144.123.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 57/92, na origem), tendo

**PARECER**, sob nº 30/92-CN, favorável ao Projeto e contrário às emendas apresentadas.

— 4 —

**PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 19, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$40.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 59/92-CN — 358/92, na origem), tendo

**PARECER**, sob nº 33/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 5 —

**PROJETO DE LEI Nº 20, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 20, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$1.680.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 60/92-CN — 359/92, na origem), tendo

**PARECER**, sob nº 34/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

— 6 —

**PROJETO DE LEI Nº 21, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 21, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$1.549.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 69/92-CN — 462/92, na origem), tendo

**PARECER**, sob nº 35/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 7 —

**PROJETO DE LEI Nº 22, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 22, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$324.479.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 70/92-CN — 492/92, na origem), tendo

**PARECER**, sob nº 36/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 9 —

**PROJETO DE LEI Nº 25, DE 1992-CN**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 25, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$507.900.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fa-

zenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 73/92-CN — 509/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 38/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 10 —

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 26, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$132.906.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 74/92-CN — 510/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 39/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 11 —

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 27, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$2.444.816.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 75/92-CN — 511/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 40/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 12 —

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 29, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal, crédito suplementar no valor de Cr\$83.295.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 77/92-CN — 513/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 41/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 13 —

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.630.948.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 78/92-CN — 514/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 42/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, pela aprovação do Projeto.

— 14 —

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$4.695.759.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 79/92-CN — 515/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 43/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e para rejeição da emenda apresentada.

— 15 —

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 32, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orça-

mento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$25.000.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 80/92-CN — 516/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 44/92, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 16 —

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 33, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$13.513.160.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 81/92-CN — 517/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 45/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 17 —

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos do Tesouro Nacional e a abertura, ao Orçamento Fiscal da União, de crédito especial, até o limite de Cr\$2.550.000.000.000,00, em favor de Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, para os fins que especifica. (Mensagem nº 82/92-CN — 519/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 46/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 18 —

PROJETO DE LEI Nº 35, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 35, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Tribunal de Contas da União, crédito suplementar no valor de Cr\$1.968.754.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 83/92-CN — 520/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 47/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 19 —

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$20.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 85/92-CN — 529/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 48/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 20 —

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$579.000.000,00, para os

fins que especifica. (Mensagem nº 86/92-CN — 530/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 49/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 21 —

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 45, de 1992-CN, que autoriza o Poder executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$12.336.000.00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 98/92-CN — 560/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 51/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 22 —

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 1992-CN, que autoriza o Poder executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$552.660.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 99/92-CN — 561/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 52/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 23 —

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito pessoal até o limite de Cr\$396.872.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 100/92-CN — 562/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 53/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 24 —

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos União, em favor do Senado Federal e do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$6.107.394.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 102/92-CN — 564/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 54/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 25 —

PROJETO DE LEI Nº 50, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 50, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$2.633.849.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 103/92-CN — 565/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 55/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

— 26 —

PROJETO DE LEI Nº 51, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 51, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$921.834.928.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 104/92-CN — 566/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 56/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

— 27 —

PROJETO DE LEI Nº 56, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 56, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito especial até o limite de Cr\$4.300.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 115/92-CN — 630/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 57/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 28 —

PROJETO DE LEI Nº 57, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 57, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$130.000.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 116/92-CN — 631/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 58/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

— 29 —

PROJETO DE LEI Nº 59, DE 1992-CN

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 59, de 1992-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$3.679.951.000,00, para os fins que especifica. (Mensagem nº 118/92-CN — 633/92, na origem), tendo

PARECER, sob nº 59/92-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pela aprovação do Projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 1992-CN, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992, e dá outras providências.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 1992-CN, que autoriza a emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e a abertura de créditos especiais, até o montante de Cr\$72.100.000.000,00 (setenta e dois trilhões, cem bilhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

**O SR. PRESIDENTE** (Beni Veras) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral ..... Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

### SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral ..... Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso ..... Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS**